

# DEFESA DE ESPINHO

DIRECTOR: FERNANDO BARRADAS

FUNDADOR: BENJAMIM COSTA DIAS

Sexta-feira, 30 / Novembro / 1979 — Ano 48.º — N.º 2486 — Preço 6\$00 SEMANARIO

**QUE  
MARAVILHA!**

**FESTA  
DA  
CRIANÇA**

**FOI HINO  
DE AMOR**



**FORAM  
DE ALEGRIA  
10.500 HORAS**

**O «DE» ORGANIZOU  
A SOLVERDE PATROCINOU  
...E MILHARES DE CRIANÇAS  
DERAM AS MÃOS**

(ÚLTIMA PÁGINA)

**OS ARGOLINHAS É PRECISO PARTIR OS QUEIXOS AOS BANDOLEIROS E VIGARISTAS**

• LER NA PÁGINA 5 •

## NO DIA 1.º DE DEZEMBRO

## Repensar Portugal

• POR JOSÉ GONZALES

«Dia puro e alegre» definiu Rebelo da Silva o 1.º de Dezembro de 1640. Na verdade aquele dia foi o da pureza da alma lusitana farta do jugo espanhol. Fidalgos e povo uniram para terminar, de uma vez para sempre, com a interferência de estranhos à raça lusitana nos destinos deste País.

O povo já não suportava mais os altos impostos que o governo de Castelo impunha. Amordaçado por fora, estava por dentro amarrado à maneira como terminar com a subjugação castelhana. Igualmente a nobreza pensava em como exterminar com o domínio estrangeiro. Todos pensavam num Messias. Enquanto o povo se imbuía com as «Trovas» do sapateiro Gonçalo Anes, de Trancoso, cognominado pelo Bandarra, alimentava espiritualmente a esperança da sua independência, os nobres reuniam-se secretamente para saberem como resolver tão periclitante problema.

A Europa vivia a Guerra dos

Trinta anos, o que muito viria a beneficiar-nos. Em 1635 a França, após ter terminado a intervenção sueca na batalha de Nordlingen, joga contra a Casa de Austria declarando guerra à Espanha. Richelieu não consegue descobrir maneira de defender a ofensiva contrária, pois as tropas de Filipe IV invadem a Borgonha, a Picardia e Corbie. Mas a Espanha internamente luta contra a heterogeneidade dos diversos estados que aglomera, sempre sedentos do separatismo, fenómeno que ainda hoje aflige o governo de Madrid.

Em 7 de Junho de 1640 a Catalunha revolta-se contra o Rei. Em 24 de Agosto toda a nobreza portuguesa recebe ordens para se dirigir para a Catalunha. Cumprir esta ordem era o suicídio da Pátria.

A 12 de Outubro um grupo de fidalgos reúne-se em casa de D. Antão de Almada, formando-se uma Junta de que fazem parte D. Miguel de Almeida, D. Francisco e D. Jorge de Melo, Pedro

de Mendonça, António Saldanha e ainda João Pinto Ribeiro que é chamado, sendo incumbido de procurar o Duque de Bragança para que aceite a Coroa, mas não aceita tal incumbência, alegando a sua posição junto da Casa de Bragança. Vai então, encarregado da missão Pedro de Mendonça, que fala com D. João dizendo-lhe que caso não aceite se vê a Junta obrigada a proclamar a República. O futuro rei consulta sua esposa, D. Luísa de Gusmão que lhe responde «mais vale ser Rainha um dia que duquesa toda a vida», o que leva D. João de Bragança a anuir ao pedido do emissário da Junta.

## NA VÉSPERA DA REVOLTA

No dia 30 de Novembro uma certa efervescência surge por toda a Lisboa. Não só a nível da Junta nem da fidalguia, outrossim as camadas populares apercebem-se de que algo irá surgir brevemente. Não é por acaso que uma criada de D. Antão de Almada, quando ao sair de casa, vê um preto com uma mensagem para a esposa de um presoneiro de Miguel de Vasconcelos, lhe diz em voz alta: «Que dissesse àquela senhora que se não consumisse, que amanhã havia de ir o senhor D. Antão e outros fidalgos matar o Secretário de Estado e soltar o senhor seu marido».

D. Antão pede aos frades Arrábidos que naquela noite orem. D. António Luís de Meneses pede a suas irmãs, religiosas da Madre de Deus da Esperança, que não deixem de orar naquela noite.

D. António de Mascarenhas, ao passear com alguns amigos no adro de Xabregas, recusa-se a tirar o chapéu a Miguel de Vasconcelos, e diz para os amigos que estranham tal facto: «Eu não tiro o chapéu hoje a quem hei-de matar amanhã».

A noite vai alta. Lisboa adormeceu. As ruas vivem o silêncio da arrogância espanhola, que está a terminar. Com Sacramento exposto, o Arcebispo D. Rodrigo da Cunha e alguns cônegos, recita preces nessa noite última da molhela espanhola.

## ALELUIA I ALELUIA I

A aurora resplandece no céu, e a aurora da liberdade abre os corações dos portugueses. D. Filipa de Vilhena arma cavaleiros seus dois filhos e D. Mariana de Lencastre igualmente faz o mesmo. Duas mães atiraram para o lado o amor maternal e levantam o amor pátrio.

A primeira badalada das nove horas surge, e dos coches saem os conjurados e entram no Paço. D. Miguel de Almeida dispara um tiro de pistola, senha para começar. Dado a rapidez com que estes fidalgos actuam, os guardas do Palácio nada conseguem fazer. Procuram por todo o lado Miguel de Vasconcelos, que não aparece, dando a entender ter fugido. Uma escrava, sob as ameaças dos fidalgos, diz-lhes onde ele se havia escondido. D. António Teles de Meneses, encarregado de o executar, abre o armário e dispara um tiro mortal.

D. Miguel de Almeida abre uma janela e vira-se para o povo, aglomerado no Terreiro do Paço e clama: «Liberdade portugueses! Viva El-rei D. João!».

O povo, esfaimado de liberdade,

deixa de estar todo por dentro amarrado e grita jubiloso a palavra «Liberdade».

A notícia corre veloz o país. O grito da independência é recebido por todo o lado com júbilo.

## RENASCE PORTUGAL

Naquela manhã de 1 de Dezembro, Portugal renascia das cinzas, embora nos corações dos portugueses estivesse sempre viva a chama lusitana.

Não é por acaso que um Bandarra atira estrofes de lusitanismo. Por isso, no dia 15 de Dezembro, dia da coroação de D. João IV uma imagem desse sapateiro de Trancoso é colocada no altar da Sé, ao lado dos santos. E o arcebispo consagra-o postumamente, não se importando que a Inquisição o tivesse condenado.

Não é por acaso que durante todo o tempo do domínio castelhano, surge no espírito dos portugueses o regresso de D. Sebastião. É que o sebastianismo alimentava a alma da raça lusitana.

Embora os espanhóis governassem administrativamente Portugal, em cada alma lusa, era D. Sebastião que governava. E todos esperavam com anseio esse tal dia de nevoeiro.

O dia não chegou. O nevoeiro, que por vezes surgia, não tinha a cor da cinza precisa para que nele viesse D. Sebastião. Mas o dia surgiu, claro, de céu aberto — e esse é um dia em que todos nós devemos repensar Portugal. Porquê?

Repensar Portugal porque não nos podemos esquecer de Afonso Henriques, de Nun'Alvares Pereira, de D. Henrique e de Luís de Camões.

Repensar Portugal porque não nos podemos esquecer o sangue patriótico derramado nas gestas e façanhas dos nossos antepassados.

Repensar Portugal porque não somos filhos bastardos e, por isso, temos de honrar a memória do nosso fundador, baluarte da nossa independência nacional.

Ao repensar Portugal, temos de atirar o nosso fel a D. Leonor Teles, a Miguel de Vasconcelos e a todos quantos pretenderam vender a Pátria.

Por isso, neste dia 1.º de Dezembro, mais que nunca, temos de repensar Portugal. Temos de olhar para todos os Migueis de Vasconcelos, tirá-los dos armários onde se encontram, e ter a coragem de D. António Teles de Meneses, para os lançar pelas varandas fora.

Temos de repensar Portugal, neste 1.º de Dezembro, vivendo o espírito dos homens que em 1640 nos deram de novo a independência.

Mas não só nós, homens. Todas as mulheres têm de repensar Portugal e viver o mesmo espírito de D. Filipa de Vilhena.

É nesta hora de decisão que temos de nos unir para respirar a mesma alegria que viveu o povo português nessa manhã do 1.º de Dezembro de 1640 no Terreiro do Paço.

## ES PIÑO!

• POR JAIME MANUEL

## A CIDADE À MESA DO CAFÉ

Escondida no gigantismo da capital do Norte, já mal protegida pelo título de «Rainha da Costa Verde», mas enroupada de estância balnear, Espinho é cidade turística. Mas há uma outra face da cidade-divertimento, a dos divertimentos dominicais, a dos cafés...

Dos da Avenida aos da Beira Mar, dos da rua 6 aos da Alta, são dezenas por toda a cidade. Servem gostos, hábitos, extractos sociais, opções políticas...

A bica a 7\$50 com tendência a aumentar, a TV a que poucos ligam, o grupo de amigos, o jornal da tarde — o costume.

O cliente da torrada e do galão, o empregado já bem conhecido, a convidativa mesa do lado, a conversa-passatempo — o habitual.

O «tricot» da senhora, o abraço dos namorados, o mini-comício do político de algibeira, a fulana está sempre aqui metida, naquele café é só droga — o normal.

O cliente apressado, o café sem açúcar, o desordeiro valentão, o tabaco está a acabar — a rotina.

— Não há nada que fazer, vamos ao café...

## O MAIOR

É domingo.

A Avenida 8, a sul, está movimentadíssima.

Pessoas de meia idade, muitos miúdos, alguns jovens.

Todos os caminhos vão dar ao Campo da Avenida.

— É prá bola! Peão e Bancada!

— Sou sócio.

— Olhe qu'hoje é dia do clube...

O aglomerado de pessoas avluma-sse com o aproximar dum dos portões de entrada e, quase sem dar por ela, mais no ar do que de pés assentes no chão, a pessoa de meia idade, o miúdo e o jovem entram, deparando com um enorme rectângulo ladeado por uma moldura humana que eles vão engrossando.

Vinte e cinco homens, devidamente equipados, entram no quadrilátero e...

Espinho! Espinho! Espinho! canta a multidão e continua a cantar por uns longos 90 minutos porque, algum tempo depois...

— GOOLO!!!

Era golo dos locais!

— O Espinho é muito bom!, alguém exclama de contentamento.

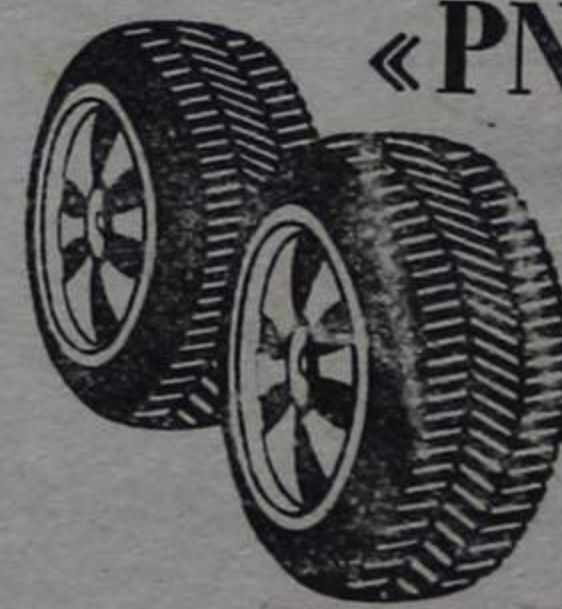
Os ponteiros do relógio vão rolando sem que outros golos surjam. Mesmo assim, as manifestações de apoio continuam.

— Espinho! Espinho! Espinho!

Mas um «trriu-trriu» manda os 25 homens embora e a multidão também. A pessoa de meia idade, o miúdo e o jovem não cabem em si de contentes.

— O Espinho ganhou! O Espinho é o maior!

## «PNEUS CAR» Telef. 923266



CENTRO DE VENDA DE PNEUS NACIONAIS E ESTRANGEIROS ASSISTENCIA TÉCNICA

— ALINHAMENTO DE DIRECÇÕES  
— EQUILIBRIO DE RODAS  
— VULCANIZAÇÃO DE CAMARAS

Rua 18 n.º 1010 (Rua da Igreja) Espinho

## TOME UMA MEDIDA INTELIGENTE

## ASSINE «DEFESA DE ESPINHO»

Conforme o seu caso envie-nos a quantia constante no quadro abaixo em dinheiro, cheque, ou vale do correio, e receba em sua casa, comodamente, durante um ano, o nosso jornal.

Se é espinhense, tem o dever, e a obrigação, de ler «Defesa de Espinho». Se não é, leia o nosso jornal e sinta a pena de não ser. Assinar o «Defesa de Espinho» é dar mais força à nossa razão.

Preços de Assinatura Anual

V. Aérea V. Normal

|   |         |         |
|---|---------|---------|
| Portugal Continental e Ilhas Adjacentes ...               |         | 312\$00 |
| Angola e Moçambique ...                                   | 598\$00 | 379\$00 |
| Austrália, África do Sul, Rodésia, U.S.A. e Venezuela ... | 884\$00 | 572\$00 |
| Brasil ...  | 884\$00 | 572\$00 |
| Alemanha e Luxemburgo ...                                 | 884\$00 | 572\$00 |
| Macau ...   |         | 379\$00 |
| Colombia ...  |         | 572\$00 |
| França ...  |         | 572\$00 |
| Espanha ...   |         | 572\$00 |

## SESSÃO DA CÂMARA

CADA «BOLETIM CULTURAL»  
CUSTA-NOS 56 MIL ESCUDOS

O fornecimento da água a Espinho será mais caro dentro em breve. Para já, a Câmara recebeu um ofício da sua congénere de Gaia a dizer que o custo da água a esta cidade custará à edilidade 5\$60 por metro cúbico. A vereação na sua habitual reunião decidiu enviar esta carta para que a Assembleia Municipal se pronuncie.

Nesta reunião a carta que sugeriu maior polémica foi a de Azevedo Brandão, director do «Boletim Cultural» a desculpar-se dos tercelos e quartos volumes ainda não terem saído devido à tipografia não os ter dado prontos.

«Não temos nada a ver com a tipografia» — disse Veiga Ribeiro.

«Não é justo que saiam três números num espaço de um mês» — afirmou João Barbosa, enquanto António Gaio perguntava «três?».

«Sim três, pá. Então não saiu há dias o segundo volume, e, agora, num espaço de dois meses vão sair os outros dois, quando devia de ser um por trimestre» — retorquiu João Barbosa.

«A verba que recebeu em excesso fica cativa para o próximo ano» — sugeriu Veiga Ribeiro, ao afirmar: — «Deve receber o dinheiro conforme eles vão saindo».

Alberto Alves queria saber como tinha sido decidido entregar a verba a Azevedo Brandão. Depois de um interregno, enquanto um funcionário foi buscar a acta da sessão de 18 de Agosto de 1978, a discussão continuou, após haverem lido que o director do «Boletim Cultural» tinha direito a receber 236 contos anuais divididos em quatro prestações trimestrais, ficando incumbido de entregar um volume por trimestre.

«O director não cumpriu, o que não obriga a Câmara a pagar» — advertiu Veiga Ribeiro.

«Mas a Câmara tem de pagar» — afirmou o chefe da secretaria.

«Mas não tem» — disse Veiga Ribeiro.

«Mas já pagou» — afirmou de novo o chefe da secretaria.

Para pôr ponto final na questão, António Gaio afirmou:

«Fica resolvido. O homem que

entregue até ao fim do ano os dois volumes que faltam e fica a questão resolvida».

A P.S.P. de Espinho pediu à Câmara para que lhes arranjassem um local para um bairro habitacional da polícia. Sugeriram os vereadores, que o eng. Pinto Correia arranjasse o local e fizesse o projecto, ao que este afirmou:

«Fazer projectos! Daqui a pouco andamos também a fazer policiamento nas ruas».

«Na verdade a Câmara não tem capacidade para fazer projectos, mas vamos tentar arranjar terreno e colaborar nas habitações sociais para a polícia» — afirmou Artur Bártolo.

E a terminar a sessão, Artur Bártolo prevenia os vereadores que estavam mobilizados para o dia 2 de Dezembro, ao que João Barbosa retorquiu:

— Se me arranjam um capote...

TEMOS QUE EXIGIR  
UM NÓ DE ACESSO  
À AUTO-ESTRADA

A auto-estrada Porto-Lisboa passará a escassos 6 quilómetros do centro da urbe, mas Espinho não beneficiará muito com essa proximidade, pois o projecto do lanço Vila da Feira-Carvalhos não prevê qualquer trevo de ligação a esta cidade.

Setenta quilómetros da futura ligação estão já executados ou em vias de conclusão. Logo que os 320 quilómetros de auto-estrada estejam abertos ao tráfego, o que, ao ritmo que as obras levam a verificar lá para a década de 90, as duas cidades ficarão a pouco mais de 2 horas e meia de percurso, pois ela está estudada para uma velocidade de 120 quilómetros horários.

Espinho, como é do conhecimento geral, não tem bons acessos.

Para o Porto, logo que este lanço estivesse concluído, estaria resolvido o problema do «funil» do Juncal até que a variante à Estrada Nacional n.º 109 e a Via Rápida Espinho-Granja estivessem prontas, o que no caso da primeira se verificará a longo prazo e, por outro lado, a segunda introduzir-se-á na confusa malha urbana, criando consequentes dificuldades de circulação. Daí que,

mesmo para a ligação ao Porto, o «nó» continuasse a ser extremamente útil.

Também para Lisboa, evitar-se-ia a necessidade de percorrer os 15 quilómetros de péssima estrada que ligam Espinho à Vila da Feira, onde ficará o «nó» mais próximo.

A localização desse trevo é talvez o problema maior.

A zona corticeira de Santa Maria de Lamas reclama para as proximidades dessa freguesia o «nó» de acesso. Por outro lado, o Hospital de Sampaio de Oleiros, o único do Concelho da Feira, fica ali próximo. Espinho, pelo exposto, necessita também de um acesso à auto-estrada.

Por isso, repetimos, a localização do trevo é o maior problema, todos concordarão, mas isso resolver-se-á com um estudo adequado, pois todos concordam igualmente que um nó de acesso à auto-estrada nas proximidades de Espinho se torna necessário.

Reivindicamo-lo enquanto é tempo, porque embora a passo de tartaruga, a obra vai rolando, e se não se forçar a «Brisa» a solucionar o problema, esta vai por certo continuar a alhear-se dele.

ASSEMBLEIA  
GERAL DOS  
VOLUNTARIOS  
ESPINHENSES

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Espinhenses leva a efeito no próximo dia 1 de Dezembro, pelas 17 horas, no seu Salão Nobre, uma Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: Leitura da Acta da última Assembleia; aprovação do primeiro Orçamento Suplementar para 1979; aprovação do Orçamento Ordinário para 1980; resolver durante 30 minutos qualquer assunto de interesse Associativo.

Se à hora marcada não estiver o número de presenças consideradas legais, a Assembleia funcionará uma hora depois da marcada com qualquer número de sócios.

22.º CURSO INTENSIVO  
DE ENOLOGIA

Vai realizar-se na Estação Vitivinícola da Anadia, de 7 a 12 de Janeiro de 1980, o 22.º Curso Intensivo de Enologia que consta de palestras teóricas e práticas de laboratório e de adega, onde vão ser versados os seguintes temas:

- Exame e apreciação do vinho:
  - Prova organoléptica
  - Características fundamentais
  - Modificações a que estão sujeitas

- Principais constituintes químicos do vinho:

- Evoluções operadas durante a conservação
- Conservação e melhoramento em função do tempo, do estado sanitário, da capacidade

do vasilhame e do material de que é constituído.

- Turvações persistentes e furtivas — suas causas
- Clarificações e filtrações — oportunidades e conveniências
- Desequilíbrios, defeitos e doenças — Tratamentos preventivos e curativos
- Aproveitamento de subprodutos: álcoois, tártaros, etc.

As inscrições para este curso são gratuitas e estão abertas a todos os viticultores, devendo os interessados dirigirem-se à Estação Vitivinícola em simples postal ou carta, indicando a profissão, habilitações literárias e morada.

VOTE NA VIDA  
APOIE A GENÉTICA

Identificado com o espírito que preside à iniciativa lançada pelo diário portuense «O Comércio do Porto», o nosso jornal abriu igualmente as suas colunas à subscrição pública que proporcionou o conveniente apetrechamento do Hospital de Crianças Maria Pia e assim possibilite a milhares de crianças o diagnóstico eficaz de doenças com consequências futuras irremediáveis.

Assim, continuámos hoje a publicação dos donativos que, para o Hospital Maria Pia, forem enviados ao «Defesa de Espinho» e de que faremos entrega no «O Comércio do Porto».

|  |                    |
|--|--------------------|
| A TRANSPORTAR  | 33 500\$00         |
| COTESI — Companhia de têxteis Sintéticos, S.A.R.L., Grijó - Gaia | 100 000\$00        |
| Trabalhadores da COTESI, Grijó, Gaia                             | 42 500\$00         |
| M. F. P. V. — Espinho  | 1 000\$00          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>177 000\$00</b> |

## ANTA

RUAS CONTINUAM  
INTRANSITÁVEIS

Uma rede de saneamento básico é essencial para uma povoação e Anta pode congratular-se por ter chegado a sua vez, tanto mais que este impunha-se numa freguesia quase toda «metida» na cidade.

Mas, as condutas foram colocadas, não sendo depois as ruas devidamente repavimentadas.

Pelo menos, a Estrada de Anta e a Rua do Liceu encontra-se em mísero estado, sendo, tanto uma como outra, vias de considerável movimento automóvel.

Daí que uma correcção do pavimento se imponha.

## NÃO É ASSIM

Num semanário local foi levantado o problema das placas delimitativas das freguesias de Anta e Guetim, na Estrada da Idanha.

Afirmava-se que a placa de Anta estaria dentro de Guetim, o que efectivamente não acontece.

Segundo apuramos junto do presidente da Junta de Guetim, Joaquim Sá, «a divisão é mesmo assim». Os limites naquela rua aparecem numa diagonal em relação à citada Estrada da Idanha.

## AI OS PARTIDOS I

A Junta de Freguesia de Anta teve a feliz ideia de colocar no Largo do Souto «placards» para afixação de cartazes dos partidos na campanha eleitoral em curso.

Só que esses painéis estão quase vazios e a escola, em frente, encontra-se autenticamente forrada a papel.

Nem respeitam sequer os edifícios públicos!

AGRADECE AO DIVINO  
ESPÍRITO SANTO

Graça recebida

C. C.

## A S. JUDAS TADEU

Por uma Graça recebida

## AO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Por uma Graça recebida.

A. L.

## O Meu Cristo

A meu Filho, Nélon Tamagnini quando de uma oferta das suas primeiras obras.

Símbolo da dor e da amargura  
Tua arte vida Lhe deu!  
Em cruel morte e na tortura  
Num Deus vivo, pertença do Céu!

Viveste todo o Seu tormento  
P'ra tua alma expressão Lhe dar!  
Vibrar d'artista o sentimento  
Fiel crente sem igualar!

Tuas pequeninas mãos se ergueram  
Um dia, e num olhar de brilho,  
Tocaste o Cristo que te deram...  
Vi-te chorar, meu querido Filho!

Rolam anos... tempo passou...  
És homem, escultor com valor,  
E do que te impressionou...  
Salu a Obra — eis o SENHOR!

MILENA

## SILVALDE

## PERGUNTAS

O buracão da Bicha das Sete Cabeças continua por tapar. Apenas foi colocada terra vegetal no fundo da «cratera».

E se chover a sério?

Não será caso para a Polícia fazer umas visitas esporádicas àquela rua?

Quem, vindo de Aveiro, transita pela EN 109, vê uma placa informativa de Espinho, no jardim do Formal.

Quinhentos metros adiante, no cruzamento de Silvadinho, encontra-se uma placa-seta indicativa da localidade.

Afinal, o condutor está dentro de Espinho ou vai a caminho de lá?

Não será de crescer a palavra «centro», entre parêntesis, dado que Silvalde pertence à cidade?

A Rua das Pedreiras tem sentido único, por imposição de sinalização ali colocada. Há, no entanto, muita boa gente que ignora o sinal de sentido proibido.

### JURAMENTO DE BANDEIRA NO REGIMENTO DE ENGENHARIA DE ESPINHO

Teve lugar, no Regimento de Engenharia de Espinho o Juramento de Bandeira da última incorporação do corrente ano, no dia 23, pelas 9,30 horas, com a presença do comandante da Região Militar Norte, general Mário Delgado e de várias entidades civis e militares.

O comandante da unidade, coronel Veríssimo Baptista, fez uma alocução respeitante ao acto, tendo a leitura dos deveres militares sido feita pelo tenente Teixeira.

Realizou-se depois o desfile das tropas em parada e finalmente, a exibição do pelotão auto-comandado e vários exercícios de aplicação militar numa demonstração da eficiente preparação do pessoal.

### AINDA O LIXO

A Rua 27, entre a Avenida 24 e a Rua 26, é um dos exemplos de como a cidade fica afogada em lixo especialmente às segundas e terças de manhã. As segundas, porque no Domingo não há recolha; às terças, porque o dia anterior é de feira.

Uns metros acima está um contentor mas não só é pequeno para o lixo que naqueles dias se acumula como não está colocado no local mais necessário.

Os moradores queixam-se e com razão. Não se pode passar no passeio cheio de lixo, o cheiro é horrível, é maléfico para a saúde.

Assim não está bem.

O trabalho sob o título em epígrafe saiu recheado de «gralhas» tipográficas, o que dificultou a sua leitura.

Por outro lado, na reportagem sobre o Bairro Piscatório, onde se lia «...30 ou 40 crianças das casas pré-fabricadas frequentam a Escola da Toudrada», dever-se-ia acrescentar «...e outras».

Pelos lapsos, as nossas desculpas.

Na generalidade dos cruzamentos da EN 109, as transversais não oferecem ao condutor a visibilidade suficiente para se poder entrar sem perigo de acidente na referida estrada.

Não se deveriam colocar espelhos auxiliares dos condutores, evitando-se assim mais acidentes?

Nesta terra, muita gente cai ainda no «conto do vigário». Num estabelecimento local, tal «pegou», a sua demolição que ela não é cigana.

Não será preciso mais cuidado?

A Escola de Silvadinho está em más condições de conservação. Será pelo facto de estar prevista (não se sabe para quando) a sua demolição que ela não é conservada?

### BANCO DE URGÊNCIA

A menina Maria Elisabete Ribeiro Fernandes de 2 anos de idade sofreu ferimentos no lábio causado por atropelamento no Bairro Piscatório.

António Vieira Soares, de 75 anos de idade, residente na Rua Machado Santos, 408, em Coimbrões, Vila Nova de Gaia sofreu ferimento no couro cabeludo, tendo seguido para o Hospital de Gaia.

A menina Anabela Ferreira da Silva de 10 anos, moradora no lugar de Barril, freguesia de Paramos foi vítima de acidente de viação, tendo sofrido hematoma cerebral.

Depois dos primeiros socorros seguiu para o Hospital Geral de Santo António.

Maria Glória Oliveira Gomes de 31 anos, moradora em Paramos sofreu escoriações no braço direito.

### INCÊNDIO NO PALÁCIO HOTEL

Um incêndio de pequenas proporções deflagrou no segundo piso do Palácio-Hotel, do lado da Rua 21, na tarde do passado sábado, tendo sido rapidamente dominado pelos bombeiros locais e não provocando vítimas.

Desconhece-se a origem do sinistro e os estragos são de reduzida monta.

### EM JANEIRO SEMINÁRIO DE ARTE LUSO-BRASILEIRA

O primeiro seminário de Arte luso-brasileira realizar-se-á em Lisboa de 23 a 31 de Janeiro de 1980.

O seminário é organizado pela Associação Internacional de Estudo Turístico e Cultural de Portugal e pelo Centro de Produção e Arte Brasileira e tem como objectivo preparar a realização de futuros encontros no âmbito das realidades históricas e culturais entre os dois países irmãos.

### AUTOCARRO ASSALTADO

Um grupo de energúmeos partiu o vidro de um autocarro da «Turispraia» estacionado na Rua 8, tendo danificado os bancos e furtado uma alcatifa.

Os danos causados orçam no valor de doze mil escudos.

### IMPOSTOS A PAGAR EM DEZEMBRO

Durante o mês de Dezembro próximo estão em pagamento na Tesouraria da Fazenda Pública os seguintes impostos:

Imposto Complementar — Secção A do ano de 1978; Imposto de Circulação (4.º trimestre) do ano de 1979; Imposto de Compensação (4.º trimestre) do ano de 1979; Imposto de Camionagem (4.º trimestre) do ano de 1979; Imposto Extraordinário do ano de 1978.

Estes impostos deverão ser pagos por uma só vez.

### NECROLOGIA

#### ANTÓNIO MARIA CARVALHO

Com 53 anos de idade faleceu no passado dia 18 na Rua 18 n.º 1010 o sr. António Maria Carvalho viúvo da sr.ª D. Felismina Teixeira Pinto Leandro.

#### ADELAIDE SOFIA GOMES ALVES

No pretérito dia 20 com a idade de 93 anos faleceu a sr.ª D. Adelaide Sofia Gomes Alves viúva do sr. Júlio Augusto da Conceição de Oliveira Guimarães.

#### MARIA DA CONCEIÇÃO DE JESUS

Faleceu no transacto dia 21 com a idade de 82 anos na Rua 37, a sr.ª D. Maria da Conceição de Jesus, viúva do sr. António Valente dos Santos.

#### ROSA RODRIGUES DE SA

Em Guetim com a idade de 82 anos faleceu no passado dia 24 a sr.ª D. Rosa Rodrigues de Sá.

#### ALICE DE OLIVEIRA LEMOS MARTINS

No passado dia 25, com 60 anos de idade, faleceu na Rua 18 n.º 520 a sr.ª D. Alice de Oliveira Lemos Martins casada com o sr. Fausto Tavares Martins.

### ESTABELECIMENTO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES

ESPECIALIDADES EM MOBÍLIAS DE ESTILO SÉCULO XVII

### JOSÉ AZEVEDO PERES BIZARRO

Rua 4, n.º 667 \* Tel. 921324  
ESPINHO

DÊ O JORNAL A LER AO SEU VIZINHO

### Associação de Socorros Mútuos e Fúnebre Familiar de Espinho

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente convido os senhores associados a reunirem em Assembleia Geral Ordinária na Sede da Associação, sita na Rua 22, n.º 327, no dia 8 de Dezembro de 1979 pelas 14,00 horas, a fim de tratarem da seguinte

#### ORDEM DO DIA

- 1.º — Apreciação e votação do orçamento das Despesas de Administração e Cobrança para o ano de 1980;
  - 2.º — Eleição dos Corpos Gerentes;
  - 3.º — Deliberar sobre a duração dos mandatos dos corpos gerentes, de harmonia com o n.º 1 do artigo 21 do Decreto-Lei n.º 636/76, de 28 de Julho de 1976.
- Espinho, 23 de Novembro de 1979.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

José Francisco Zenha

Se a Assembleia não puder funcionar no referido dia por falta de comparecência, de metade de sócios funciona no Sábado seguinte, dia 15 de Dezembro, uma hora depois da marcadada, com qualquer número de sócios presentes.

### COMPRA-SE

Terreno grande, para construção de habitação própria em Espinho ou arredores, de preferência Silvalde, Anta ou Granja. — RESPOSTA à Redacção ao n.º 2011.

### VENDE-SE

CASA DEVOLUTA na Praia Azul em Espinho na Av. 8, n.º 174, junto às cancelas do C. Ferro da C.P. para época balnear ou habitação permanente. Preço 750 contos suj. a oferta. — Informações: Telef. 920495 - 683322.

### CARTÓRIO NOTARIAL DE ESPINHO

A CARGO DA NOTARIA Lic. MARIA FERNANDA DE VASCONCELOS DE AGUIAR DA FONSECA E CASTRO

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 22 de Outubro de 1979, lavrada de 8 folhas verso a 10 do livro de notas para escrituras diversas E - Número 17, deste cartório notarial de Espinho, AUGUSTO DIAS PEREIRA dividiu a sua quota do valor nominal de 70.000\$00 que possuía na sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada «AUGUSTO, FREDERICO & SANTOS, LIMITADA», com sede e estabelecimento no lugar da Tabuaça, freguesia de Anta, deste concelho, em duas de 35.000\$00 cada uma delas, e cedeu uma a cada um dos seus consócios FREDERICO AUGUSTO PEREIRA ALMEIDA DIAS e MANUEL AUGUSTO FERREIRA DOS SANTOS, desligando-se da sociedade e renunciando, em consequência, às suas funções de gerente.

E que, unificadas as quotas dos ditos Frederico Augusto Pereira Almeida Dias e Manuel Augusto Ferreira dos Santos numa só, pela mesma escritura, foram alterados os artigos primeiro, terceiro e sexto do pacto social que rege a dita sociedade, aos quais é dada a seguinte nova redacção:

Primeiro — A sociedade adopta a firma «FREDERICO & SANTOS, LIMITADA», tem a sua sede e estabelecimento na Rua do Senhor Reitor, freguesia de Grijó, concelho de Vila Nova de Gaia, e a sua duração é por tempo indeterminado, a partir da data da sua constituição.

Terceiro — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 210.000\$00, e corresponde à soma de duas quotas iguais de 105.000\$00 cada uma pertencentes a cada um dos sócios.

Sexto — A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, compete a ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes, sendo necessária a assinatura de ambos para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos e a representar em juízo, activa e passivamente, e sendo suficiente a assinatura de um deles nos actos de mero expediente.

ESTÁ CONFORME AO ORIGINAL.

Espinho e Cartório Notarial, 22 de Outubro de 1979.

O Ajudante do Cartório José dos Santos Sil

### NELSON PEREIRA MOUTINHO DE OLIVEIRA

#### 1.º ANIVERSÁRIO

Recordando com saudade, sua esposa, filhos e demais família mandam celebrar missa do 1.º aniversário do seu falecimento, segunda-feira, 3 de Dezembro, pelas 19 horas na igreja matriz de Espinho, agradecendo desde já às pessoas que se dignarem comparecer a este piedoso acto.



### TERESA FILOMENA PEREIRA BRANDÃO DE ALMEIDA

#### 3.º ANIVERSÁRIO

Com profunda saudade e chorando sempre a sua falta, seus pais, irmãos e restante família, participam que mandam celebrar missa na igreja matriz, hoje, dia 30, às 19 horas pelo seu eterno descanso. Agradecem a todos os amigos que queiram participar neste piedoso acto.



# É PRECISO PARTIR OS QUEIXOS AOS BANDOLEIROS E VIGARISTAS

POR ARAÚJO DE CASTRO

Com a cabeça completamente perdida, anda a corja capitaneada pelo Cunhal, mais conhecido, nos esterqueiros de Moscovo, pelo «Barreirinhas». Esta matula, quando perde a cabeça, é mesmo perigosa. É perigosa, porque a carneirada às consignas da canalha que a comanda, deita mão dos mais reles, vis e torpes meios para alcançar os seus fins.

Perdida com a vitória, que se antevê, da Aliança Democrática, do que mistificadora com o objectivo de convencer as pessoas mais simples de que é que se lembrou a bandidagem? Começou a espalhar uma propaganda a Aliança Democrática era a Aliança do Povo Unido. Desmascarado o processo infame, a mentira nojenta, a falta de coragem e a isenção absoluta de escrúpulos, a corja não desistiu. Começou então a imaginar processo semelhante com o mesmo objectivo. Mas, o povo já avisado, mandou-a à fava com o recado de ir ter com a mãe dela, atirando-lhe à cara com a mais lídima expressão do linguajar mais popular: «seus filhos de vossa mãe», deixem-me o vergueiro e desamparem-me a loja que tenho mais que fazer, seus aldravazes!

Corrido em pele e osso, o bando foi receber novas ordens. Então, os sátrapas industriaram-nos noutros processos mais mentirosos, mais revoltantes, mais imorais. E, agora, andam como salteadores, de porta em porta, a falar com as pessoas, a perguntar-lhes por quem vão votar, que eles os magarefes, os maganões, desejam ensinar ao gentio como deve preencher o boletim de voto. E dizem então, muito sorrateiros, que a cruzinha se deve pôr em cima do emblema da Aliança Democrática. O fim é conseguirem pela mentira, pela má fé, pelo embuste, um voto em branco e desta maneira conseguem, por estes meios, o que até agora conseguiram pelo abstencionismo covarde ou oportunista. Já andam as populações rurais das nossas freguesias e das nossas aldeias a braços com estes salteadores de estrada, tão covardes e sem vergonha, que, quando apanhados, não têm pejo de se desculparem desta maneira:

«Que quer, ando a ganhar o meu».

Meus amigos, o Cunhal, embrutecido e fanatizado nas alfurjas soviéticas, aconselhava o seu bando a quebrar os queixos à reacção. «É preciso quebrar os queixos à reacção!» berrava histericamente. Ele, que anda sempre guardado; ele, que ninguém sabe onde mora; ele, que é um covarde encartado; ele que, num país livre, vive numa abjecta e ridícula semi-clandestinidade, ele, que prega a liberdade, e não vive livremente; ele, que passou a maior parte da sua vida acorrentado na Soviéci; ele, agora velho e caquético, que nada mais sabe fazer do que tornar-se ridículo de tão desacreditado; ele que vive apavorado com a certeza de que tem de prestar contas aos sátrapas soviéticos; ele, estalinista, que se Estaline fosse vivo, já teria sido limpo com o clássico tiro na nuca; ele, que anda debaixo do olho cita de Kalinine; ele, que não dá um passo que não seja minuciosamente vasculhado pelos KGB, entocados na embaixada soviética; ele, embrechado, que não vive, porque a sua vida é um pandemónio; ele, que é um vivo morto; ele, traidor, que vendeu a alma ao inferno soviético, antes de trair e vender Portugal; ele, que traidor contumaz, não desiste de transformar o que resta de Portugal numa horta russa.

Meus amigos, os Portugueses vão quebrar os queixos mumificados do Cunhal e dos seus lacaios. Se alguns destes vos bater à porta para vos ensinar a preencher o boletim do voto, quebrai-lhes os queixos sem dó nem piedade. É preciso quebrar os queixos aos bandoleiros e aos vigaristas do Cunhal. É preciso escorraçar esta matulagem, esta cáfila de salteadores, que fez de Portugal a Cafraria que hoje é. É preciso quebrar os queixos ao Cunhal e à sua corja, na boca das urnas, com uma votação tão grande que enfie, estarreça, apavore e aterre todos os marxistas, sejam eles comunistas ou socialistas, mentirosos e hipócritas que são, desenvergonhados que nem se coibiram de representar a farsa onde desempenharam o papel de sacristas evangélicos, chasqueando e ridicularizando a consciência católica do Povo Português. Eles: o ateu e maçã Mário Soares; o ateu e satânico Cunhal. Eles a repetirem as «Três Tentações do Deserto» com que o diabo pretendeu seduzir Cristo. Eles: os inimigos de Deus e da sua Igreja a pretenderem, hipocritamente e farisaicamente, ludibriar a nossa consciência católica.

É preciso quebrar os queixos aos bandoleiros e aos vigaristas, no dia 2 do próximo mês de Dezembro.



## OS ARGOLINHAS

Por ERCÍLIO DE AZEVEDO

Os bufarinheiros da política que correram sua veniaga pelas feiras públicas da parvónia ergueram, agora, por mal dos nossos pecados, tenda de pau e corda no adro da Senhora do Bom Despacho.

Romeiros do Senhor dos Aflitos, devotos de Nossa Senhora dos Perdões, lá vão, vestindo o burel humilde de grossa estamena, genuflexar mil vénias à Senhora dos Mercês, directa intercessora de S. Bento, o da Porta (ora) Fechada.

Os almocreves da política montam burricos doces e pacíficos, plateros de olhos submissos, alegres tratadores de feiras e romarias... São cautos (os almocreves, claro), espertos e ladinos, usam rosários e figas por entre as andainas de cotim e nos chapéus sem abas um registo ingénuo da Senhora das Necessidades. Azevieiros e faladores, os bufarinheiros da política salamalecam Deus e encomendam-se ao Diabo, aspergem-se com água-benta e orvalham os pobres tolos com o fel das suas ocultas intenções... São sabidos e possidónios, aguçados de entendimento e espessos de alma... Vivem de furar a vida com o alvião pouco escrupuloso da vaidade e da ganância, rezarão o Credo e salmodiarão o Corão se Cristo ou Mafoma lhes acenarem com a bênção de Belém...

Vendem fitinhas escarlates, vidrilhos de mil cores, prometem o céu aos seus fiéis e precipitam os incrédulos na perdição do mar coalhado...

Correm montes e vales, chãs e outeiros onde reluz a uma ermida à Senhora dos Remédios. Mas a mezinha é a deles, a que carretam nos alforges sebentos e engordurados por mãos mimosas que nunca conheceram o jeito da plaina, a forma do torno ou o peso da rabiça. E destes utensílios de criar, produzir, afeiçoar fazem emblemas, acepilhando-os e cosendo-os em flamantes bandeiras rubras de procissão indígena.

Pregadores de missa de festa em honor da Virgem dos Milagres, armam barracas dos mesmo, distribuem hóstias e catecismam os ateus...

São almocreves, bufarinheiros e feirantes de uma política de compra, venda e penhora de consciências leves e cachimónias de vento...

## O PAÍS EM POUCAS LINHAS

O general Ramalho Eanes, Presidente da República e Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas presidiu, no dia 25 de Novembro, em Estremoz, às comemorações do quarto aniversário do «25 de Novembro». Como convidados especiais encontravam-se na tribuna os anteriores Primeiros-Ministros, eng. Nobre da Costa e prof. dr. Mota Pinto, e o actual, Lurdes Pintasilgo.

Ramalho Eanes, a dada altura, diria:

«De que os portugueses de hoje motivem o seu trabalho na perspectiva de um futuro que não desmereça o carácter de «excepção» que a Grei portuguesa imprimiu ao nosso passado colectivo.

Excepção na aventura fabulosa dos descobrimentos, quaisquer que tenham sido — e muitas foram — as motivações dessa loucura colectiva.

Excepção na criação, por um País tão pequeno, de um Mundo tão vasto e tão unido como o Brasil.

Excepção na literatura, as mais significativas, além da grega, de um povo tão reduzido.

Excepção na natureza de um império, historicamente o primeiro e último império colonial do Mundo moderno.

Esperança, portanto, no Portugal novo mas profundamente reconstruído no passado multissecular que somos. O Portugal que «fariam os melhores dos nossos maiores se vivos fossem». O Portugal de autêntico desenvolvimento «do homem todo e de todos os homens», através das grandes modernizações necessárias e sustentadas pela força interior do seu povo».

# ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES

## ALIANÇA DEMOCRÁTICA DE ESPINHO

De acordo com o nosso propósito de publicarmos as opiniões dos partidos e coligações concorrentes às eleições legislativas intercalares, transcrevemos, da exclusiva responsabilidade deste agrupamento, um texto que nos foi entregue pela Aliança Democrática de Espinho.

Sublinhe-se entretanto que, apesar das diversas deligências que promovemos nesse sentido, não nos foi enviado, para publicação, qualquer texto, ou comunicado de outras forças políticas concorrentes a estas eleições.

### GRANDE COMICIO FESTA DA AD NA PRAÇA DE TOUROS DE ESPINHO

Teve lugar nesta cidade de Espinho, no sábado passado, dia 24 do corrente, um Grande Comício-Festa que mobilizou milhares de Espinhenses adeptos e simpatizantes da Aliança Democrática.

Logo pela manhã dois conjuntos de Zés Pereira vindos de Oliveira do Bairro, com os seus bombos, Gaitas de Fole e bandeiras da Aliança Democrática, conseguiram dar a esta cidade um tom festivo, ao mesmo tempo que convidaram a população estar presente, à tarde, no Comício-Festa da Praça de Touros.

Ainda pela manhã e prolongando-se pela tarde um carro de som foi percorrendo as principais artérias da cidade bem como todas as freguesias do concelho e até freguesias de concelhos limítrofes.

Pelas 14,30 horas, e com partida da Rua 8, junto à sede do Partido Social-Democrata, organizou-se uma monumental caravana automóvel que percorreu todas as freguesias do concelho, mostrando o incontestável poder de mobilização que tem a Aliança Democrática.

Dentro da maior harmonia, terminado que foi o seu trajecto, esta caravana dirigiu-se à Praça de Touros de Espinho, onde teve início o Comício-Festa da Aliança Democrática.

Abriu esta Festa o conjunto de Zés Pereiras, tendo sido de imediato feita a apresentação dos Candidatos a Deputados pelo distrito de Aveiro, e presentes a este nosso Comício: Angelo Correia (P.S.D.), Ribeiro Castro (C.D.S.), Armando Adão e Silva (Reformador) e José Fonseca (P.S.D.).

Abriu o Comício o candidato a deputado pelo distrito de Aveiro José Fonseca. Tentou este candidato, como residente em Espinho, e portanto como melhor conhecedor deste meio, acentuar o que, em seu entender, viria a constituir a tónica do Comício:

O P.S.D., C.D.S., P.P.M., e Reformadores, conscientes da extrema necessidade de se provocar no nosso país o aparecimento de uma nova maioria política, uniram-se num acordo de cooperação e numa coligação eleitoral, para oferecer a Portugal uma verdadeira alternativa política e numa autêntica solução para os problemas do País.

Em nosso entender, esta passagem do nosso candidato Espinhense à Assembleia da República marcou a orientação e os objectivos que presidiram à realização deste Comício: «...Pela primeira vez na nossa história recente se conseguiu juntar à volta de objectivos comuns — grandes partidos e outras forças independentes».

Proseguindo a sua intervenção, José Fonseca verberou duras críticas ao dr. Mário Soares a propósito deste político: «apresentando-se como ateu, vir agora em campanha eleitoral afirmar que o programa do seu partido, contém, como nenhum outro, a mensagem cristã. Com que autoridade moral?»

«O que há de mais objecto, torpe e repugnável em democracia e fazer-se duma questão religiosa, uma estratégia política. O que o dr. Mário Soares anda a fazer pelos Paços Episcopais está precisamente nesta linha.

«Não nos repugna a via-sacra do dr. Mário Soares pelos Paços Episcopais.

Já na Idade Média havia pedacinhos que só os Bispos podiam perdoar!...

«A continuar esta «tournee», pelos Paços Episcopais, o dr. Mário Soares sujeita-se a que um dia os porteiros lhe respondam: — «...isto não é nenhuma casa de recuperação!»

Seguiu-se a intervenção do dr. Ribeiro e Castro, pelo C.D.S. Em estilo calmo, preciso, com uma profundidade de pensamento que lhe é peculiar, este orador fez uma análise ao comportamento deste Governo face às graves carências do País.

Acentuou a total incapacidade do Presidente da República em inspirar o mínimo de confiança, mercê da ambiguidade, da falta de isenção que vem manifestando.

Pelos Reformadores, falou o dr. Armando Adão e Silva, figura de imenso prestígio, já pela frontalidade com que sempre lutou pela liberdade, já pelo esforço colectivo a fim de se apresentar um projecto sério e digno para Portugal.

Na sua intervenção, o dr. Armando Adão e Silva fez uma simbiase muitíssimo feliz entre pontos chave do Programa de Governo da Aliança Democrática e o Manifesto Reformador.

Num pequeno intervalo, registamos aqui com o agrado e aplausos de todos os participantes neste comício a actuação dum conjunto musical espinhense «Os Malas», constituído por famílias de ciganos que, vivendo há longos anos nesta cidade de Espinho pelo seu comportamento cordato, pela colaboração que sempre deram a colectividades de Espinho e não só, sempre mereceram o apreço e estima da nossa gente.

A Aliança Democrática ao convidá-los para o seu Comício-Festa quis manifestar-lhes o seu apreço e garantir-lhes que no momento em que tiver responsabilidades na gestão municipal tudo fará para trazer os ciganos ao nosso convívio, rompendo com uma marginalização a que, ape-

sar de tudo, têm sido votados.

Finalmente, usou dapalavra o nosso candidato a deputado pelo distrito de Aveiro, Eng. Angelo Correia.

Com as qualidades que todos lhe reconhecemos, com o traquejo parlamentar de que sempre deu prova, Angelo Correia foi capaz de polarizar toda a assistência para as críticas feitas ao Partido Comunista, ao Partido Socialista e ao Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo.

«O Partido Comunista não está interessado em devolver ao nosso País a capacidade de dispor de grandes empresas. Quer, sim, o monopólio do Estado. Os comunistas querem um Portugal pequeno e a pedir. A iniciativa privada esbarra com os monopólios do Estado. Os Portugueses não podem dispor localmente de grandes indústrias, mas o Estado e as multinacionais podem. Daí o desemprego, daí falta de postos de trabalho. Há que produzir. Não basta emprego, é preciso trabalho. Se o operário não realiza, o patrão paga a primeira vez, mas à segunda já não pode».

A intervenção de Angelo Correia foi constantemente interrompida por aplausos da assistência, a quem nem o aproximar da noite fria, nem um certo cansaço de várias horas, fizeram arredar pé.

Fim do comício, organizou-se novamente a caravana automóvel que percorreu as principais ruas da cidade. Na passagem pelo Bairro Piscatório em Silvalde, e junto à passagem de nível sem guarda, os últimos carros da caravana que tiveram de ficar retidos na Avenida S. João de Deus foram atingidos por areia arremçada, algumas pedras e toda uma linguagem própria de quem nunca soube o que é vivência democrática.

Por parte da caravana que constituía a Aliança Democrática não houve, para além do entusiasmo que se gerou num comício de milhares de pessoas a convivência amigavelmente, e naturalmente da certeza que o eleitorado de Espinho vai votar não em arruaceiros ou clássicos manipuladores dos mais desfavorecidos, tais como industriais de areia, fanticos e crínicos da pior qualidade, nada que se pudesse minimamente considerar de provocação, insulto ou agressão como tentou um miserável industrial do Bairro Piscatório, tão objecto, tão oportunista que nem homem sério de esquerda ainda conseguiu ser.

A política, senhor industrial de areia suja, não supre aquilo em que a natureza foi madrastra. Este pequeno incidente, que quase não teve significado, face ao êxito que conseguiu a Aliança Democrática, serve apenas para concluirmos que a população de Espinho já sabe em quem pode de não subalternizar quem quer que seja. Queremos uma mudança na tranquilidade, na paz, na convivência e no respeito pelos

valores fundamentais de qualquer sociedade.

Vivência democrática, é incompatível com agressões, confrontações e... atirar pedras.

Ao manipulador do Bairro Piscatório, por cuja gente temos o máximo respeito, e nem sequer temos qualquer razão de queixa, queremos dizer, senhor industrial, que a canalha só atira pedras a árvores de fruto.

Entretanto foi lida a seguinte comunicação de Rocha Pinto:

### O PORQUÊ DO NOSSO VOTO

Não sou candidato a Deputado. Não sou capitalista nem latifundiário. Não estou filiado em nenhum partido. Sou um trabalhador como vós!

Trabalho mais de 12 horas por dia e dedico à minha actividade profissional todo o meu saber, para ser digno da confiança que em mim depositaram e também para ter a satisfação de, no fim de cada dia, poder dizer: Cumprí o meu dever.

Não me pediram que aqui viesse falar. Fui eu que pedi que me dessem essa oportunidade.

Entendi que era meu dever de cidadão vir aqui, neste momento em que tantas promessas se fazem ao povo, dizer-vos que não nos devemos deixar enganar, uma vez mais.

Devemos recordar-nos:

— Daqueles que ainda há pouco ocuparam as v/ empresas, as v/ casas e os v/ campos;

— Daqueles que amordaçaram os meios de informação;

— Daqueles que tentaram lavar-vos o cérebro com slogans e frases feitas;

— Daqueles que, intitulando-se «trabalhadores» nunca vergaram a coluna vertebral nem fizeram calos nas mãos;

— Daqueles que, tendo sido criados na abundância e na ociosidade, resolveram mascarar-se de proletário e progressistas;

— Daqueles falhados, maus portugueses, que julgaram ter chegado a hora de tudo subverter;

— Daqueles que vos enganaram com promessas utópicas e fantasistas;

— Daqueles que devassaram as v/ casas, que vos perguntaram se as v/ mulheres tinham tido assistência médica nos partos, que vos comeram a carne de porco que se destinava ao governo da v/ casa durante o inverno, que comeram o v/ pão e beberam o v/ vinho!

Depois dessas intromissões em casa alheia, depois dessa fraternidade que apregoavam, todos ficámos desiludidos e todos ficámos mais pobres!

Mas eles queriam mais que a nossa pobreza: eles queriam roubar-nos a nossa liberdade.

— Queriam praticar a política da terra queimada: tudo reduzir a cinzas, tudo destruir, para mais facilmente instaurar a ditadura e governar pelo terror, à semelhança do que acontece em alguns países de quem os referidos senhores eram os emissários!

O Povo do Norte, depois de lhe passar a acção do narcótico, depois de acordar e ver que o haviam enganado, levantou-se em unísono e disse: Bastar!

Também hoje, neste momento histórico que vivemos, eu quero dizer-vos:

Nós não queremos ser governados por homens falhados, por traidores da Pátria ou por homens que pensam cecear as nossas liberdades!

— Queremos conservar aquilo que os nossos Pais, com suor e muito sacrifício, nos deixaram;

— Queremos continuar a chamar nosso àquilo que adquirimos honradamente;

— Queremos ter liberdade religiosa;

— Queremos ter liberdade de educar os nossos filhos;

— Queremos acabar com as barracas e dar habitação condigna a todos os portugueses;

— Queremos que acabem os assaltos desenfreados e a vadiagem;

— Queremos uma reforma justa para os velhos que passaram a vida a trabalhar;

— Queremos que os estudantes estudem; que os trabalhadores trabalhem, que as empresas dêem lucros, que se estimule e recompense condignamente o esforço de cada um;

— Queremos que Portugal ocupe, definitivamente, o lugar a que tem direito na Europa ocidental e que deixemos, de uma vez para sempre, de ser considerado aquele povo indolente e madraço que prefere estender a mão à caridade a ter de trabalhar;

— Queremos reconstruir Portugal e ter orgulho de sermos portugueses!

O trabalho e as dificuldades não assustam o Povo Português.

Mais de um milhão de portugueses procurou na Europa aquilo que a Pátria lhes negou.

Abandonaram a terra que os viu nascer;

Abandonaram familiares e amigos e sem dinheiro, sem documentos, sem falar a língua do País que o acolheu, conseguiram triunfar!

Vivem decentemente, e mantêm no peito o fogo sagrado da Pátria! É com as economias que fazem e canalizam para Portugal que nos ajudam a viver.

Também nós que aqui estamos, do Minho até aos Açores e Madeira, somos capazes de reconstruir Portugal.

Precisamos de Paz, precisamos de investimentos e precisamos sobretudo de governantes capazes que não percam o tempo a discutir os problemas dos outros países, mas que cuidem dos nossos, que tantos são!

Precisamos de governantes experientes que tenham dado sobejas provas de bons gestores, que tenham criado postos de trabalho e riqueza à sua volta, que sejam Portugueses dos 4 costados, íntegros e que não tenham passado metade da vida na cadeia!

A grande maioria do Povo Português pensa como eu. É necessário que no próximo acto eleitoral não haja uma única abstenção. Temos de dinamizar os nossos familiares e amigos para o dever sagrado de votar.

Temos de obter a maioria absoluta nas próximas eleições.

Para — pôr fim à incompetência e ao compadrio; Para — pôr toda a gente a trabalhar; Para — criar riqueza e distribuí-la com justiça; Para — concretizar o sonho dos Portugueses de uma vida melhor; Para — acautelar o futuro dos nossos filhos; Para — reconstruir Portugal.

### VAMOS TODOS VOTAR NA ALIANÇA DEMOCRÁTICA!

### AGENDA ELEITORAL

#### A. D.

Dia 30 — Sexta-feira, às 21,30 horas, em Paramos, na Banda Paramense.

Dia 30 — Sexta-feira, às 21,30 horas, comício de encerramento do Norte, no Estádio das Antas, no Porto, com Helena Roseta, Pinto Balsemão, Lucas Pires, Ferreira de Amaral, José Manuel Casqueiro, Américo Sá e António Barreto.

# ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES



A Aliança Democrática apresenta-se ao eleitorado com um Programa Eleitoral de Governo. Em matéria de política económica promete: defender o poder de compra e combater a inflação; reduzir os impostos directos e subsidiar cada família de acordo com as suas possibilidades; aumentar o investimento, fomentar a poupança e combater o desemprego; uma política monetária para o desenvolvimento; uma nova ética e uma nova prática nas relações de trabalho; um cooperativismo livre e apartidário; uma integração rápida no Mercado Comum; o aumento da produção agrícola e o desenvolvimento das pescas; uma indústria voltada para a exportação e o controlo dos preços.

Quanto à defesa do poder de compra escreve-se no Programa da A. D.:

«Os consumidores têm de ser defendidos; os monopólios, quer privados quer do Estado, têm de ser combatidos e rigorosamente controlados; a produção e a produtividade têm de aumentar; o investimento e a poupança têm de ser fomentados; o sector público tem de deixar de constituir um peso morto, suportado cada dia com mais dificuldade pelos portugueses.

«É preciso que o sector público, empresarial ou administrativo, seja racionalizado e tornado eficiente, para que passe a cumprir as suas funções úteis.

«É indispensável abrir progressivamente os diversos sectores de actividade à iniciativa privada.

«Numa palavra, há que lançar as bases de um sistema de economia de mercado, onde os preços se formem, em regra, segundo critérios de concorrência, como nos países do Mercado Comum.

«Por outro lado, devem-se regularizar os circuitos comerciais, de forma a assegurar a sua inteira clareza.

«Na luta contra a inflação o cooperativismo desempenha uma função importante, que se tentará garantir e fortalecer.

«Como se disse, a Aliança Democrática esforçar-se-á por manter o poder de compra atacando as causas da inflação, de modo a que a médio prazo se chegue a taxas não superiores às dos países do Mercado Comum.

«Entretanto, porém, procurará assegurar uma evolução paralela dos rendimentos e dos preços».

## REDUÇÃO DE IMPOSTOS

No que diz respeito à promessa de redução de impostos, a A. D. escreve no seu Programa:

«A Aliança Democrática entende que se impõe uma redução dos impostos pessoais, a criação de estímulos no investimento e ao trabalho, que atendam às dificuldades específicas de cada agregado familiar, bem como à sua composição.

«Perguntar-se-á como vai ser possível reduzir os impostos quando o Orçamento Geral do Estado apresenta tão pesados défices.

«A verdade é que o Estado tira com uma mão para dar com a outra, num completo caos, que não atende a critérios elementares de justiça social.

«A Aliança Democrática pretende levar a cabo uma profunda e drástica reforma no Orçamento Geral do Estado, lançando operações de racionalização e redimensionamento, tanto do sector público administrativo como do sector público empresarial. Será exercida uma apertada fiscalização sobre as despesas e combatida a evasão e a fraude fiscal.

## ABASTECIMENTO E PREÇOS

No capítulo de abastecimento e controlo dos preços, o Programa da A. D. diz nomeadamente:

«O Governo da Aliança Democrática, desburocratizará a intervenção estatal no que se refere ao controlo de preços, eliminando progressivamente os presentes factores de arbitrariedade, de forma a que as empresas conheçam com clareza os critérios de actuação a que se sujeitam. Critérios que serão idênticos para as empresas do sector público e do sector privado.

«O Governo da Aliança Democrática actuará também no sentido de eliminar a corrupção, o mercado negro e o contrabando através do reforço de fiscalização.

«Ao mesmo tempo, tomará medidas enérgicas para salvaguardar a saúde pública, fazendo o necessário para que os produtos cheguem ao consumidor em boas condições».

## HABITAÇÃO TRANSPORTES E SAÚDE

Em matéria de segurança social, a A. D. promete uma casa para todos, melhores transportes e um Serviço Nacional de

«E apoiará também o lançamento de programas municipais ou regionais de habitação social, quer agindo sobre o crédito, quer fornecendo projectos-tipo e apoio técnico, quer simplificando e tornando mais atraentes esquemas como os contratos de desenvolvimento».

Quanto à melhoria dos transportes, um possível Governo da A. D.:

«Fará o saneamento económico e financeiro das empresas públicas de transportes e comunicações e lançará medidas que promovam os investimentos de maior utilidade nacional, que evitem a degradação do sector e que melhor se adaptem aos limites impostos pela crise energética.

«Subsidiará as actividades de interesse social, entre as quais os transportes e comunicações interiores (incluindo as ligações com as Regiões Autónomas), bem como as respectivas infra-estruturas, interiores ou exteriores;

«Melhorará os transportes ferroviários de passageiros e, em geral, a cobertura do País de transportes públicos, sobretudo no que respeita a ligações rápidas entre as principais cidades;

«Estabelecerá as tarifas tendo em conta todos os custos de modo a permitir que se atribuam os subsídios conscientemente, que se

coamento e expansão que deve constituir uma das grandes responsabilidades do Serviço Nacional de Saúde fornecer-lhes.

«O País inteiro, conhece os vastos inconvenientes de uma excessiva estatização dos cuidados de saúde. Conhece aquilo a que se tem chamado a medicina das Caixas. O Governo da Aliança Democrática modificará os princípios e o modo de funcionamento dessa medicina, criando um Serviço Nacional de Saúde que permita o acesso, sem demoras e discriminações, a qualquer tipo de tratamento.

«O Governo da Aliança Democrática quer e fará o Serviço Nacional de Saúde possível e também o mais eficaz, o mais justo e de melhor qualidade. Um Serviço de Saúde particularmente sensível aos portugueses do interior e dos meios rurais, que ainda hoje nascem e morrem sem assistência médica».

## EDUCAÇÃO

No capítulo da política de educação, o Programa Eleitoral do Governo da Aliança Democrática promete actualizar, democratizar e regionalizar o ensino; uma formação profissional para combater o desemprego; defender o direito dos pais a educar os filhos, desenvolver a investigação científica e democratizar a cultura. De um modo geral, diz que orientará a sua acção seguindo três objectivos essenciais:

«1) Rever o sistema de Ensino de acordo com a Lei de Bases

eliminar o analfabetismo e a estender a um maior número de portugueses o ensino de base.

3) Dar início à regionalização da administração escolar. O Governo da Aliança Democrática garantirá igualmente o integral cumprimento da escolaridade obrigatória e acabará, de vez, com o ano propedéutico».

O Programa da A. D. dá uma especial ênfase ao ensino familiar e particular nos seguintes termos:

«A família cabe a primeira e maior responsabilidade pela educação dos filhos menores.

«Aos pais assiste o direito e o dever de se pronunciarem sobre a educação dos filhos e de evitarem que a escola contrarie ou ataque a formação que lhes dão em casa.

«A escola não pode ser sectária. E há muitos pais e alunos que sabem como houve — e continua a haver — aulas que pouco se distinguem de comícios.

«A Aliança Democrática não aceita um ensino propagandístico ou faccioso. Quer uma educação esclarecida e aberta ao progresso e à compreensão do Mundo. Mas rejeita o dirigismo prepotente exercido sobre alunos indefesos.

«De acordo com estes princípios, os partidos da Aliança Democrática propõem-se regulamentar a Lei das Associações de Pais e promover a participação da família no processo educativo, nas áreas em que ela é conveniente e indispensável.

«A Aliança Democrática apoia o Ensino Particular e Cooperativo, porque ele ajuda a garantir uma efectiva liberdade de escolha em matéria educacional. Mas preocupar-se-á em evitar as discriminações económicas que dele podem resultar, de modo a facultar a todos o acesso à escola da sua preferência».

## ENERGIA E AMBIENTE

O programa dedica um capítulo ao que designa de melhoria de qualidade de vida, em que refere a política do ambiente, do aproveitamento dos recursos naturais e de um novo urbanismo. É neste capítulo que inclui a matéria da poupança de energia, abordada nos seguintes termos:

«A crise do petróleo e a subsequente subida do preço dos combustíveis trouxe à atenção mundial o problema da conservação da energia. E veio demonstrar a enorme importância para a nossa civilização da sua disponibilidade.

«É hoje preocupação de todos os países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento encontrar maneiras de reduzir ao mínimo os consumos actuais e criar alternativas de abastecimento.

«A energia que Portugal hoje gasta é ainda insuficiente para garantir o bem-estar da população. O seu desenvolvimento está assim condicionado à existência de uma política coerente de aquisição, produção e poupança de energia.

«Porém, nada, até hoje, se fez de útil na matéria. Aumentaram-se os preços dos combustíveis para obter fundos para o Estado. Os governos procuraram justificar a crise económica e encobrir os seus erros, sobretudo com o problema energético. Mas continuaram a agir como se ele não existisse.

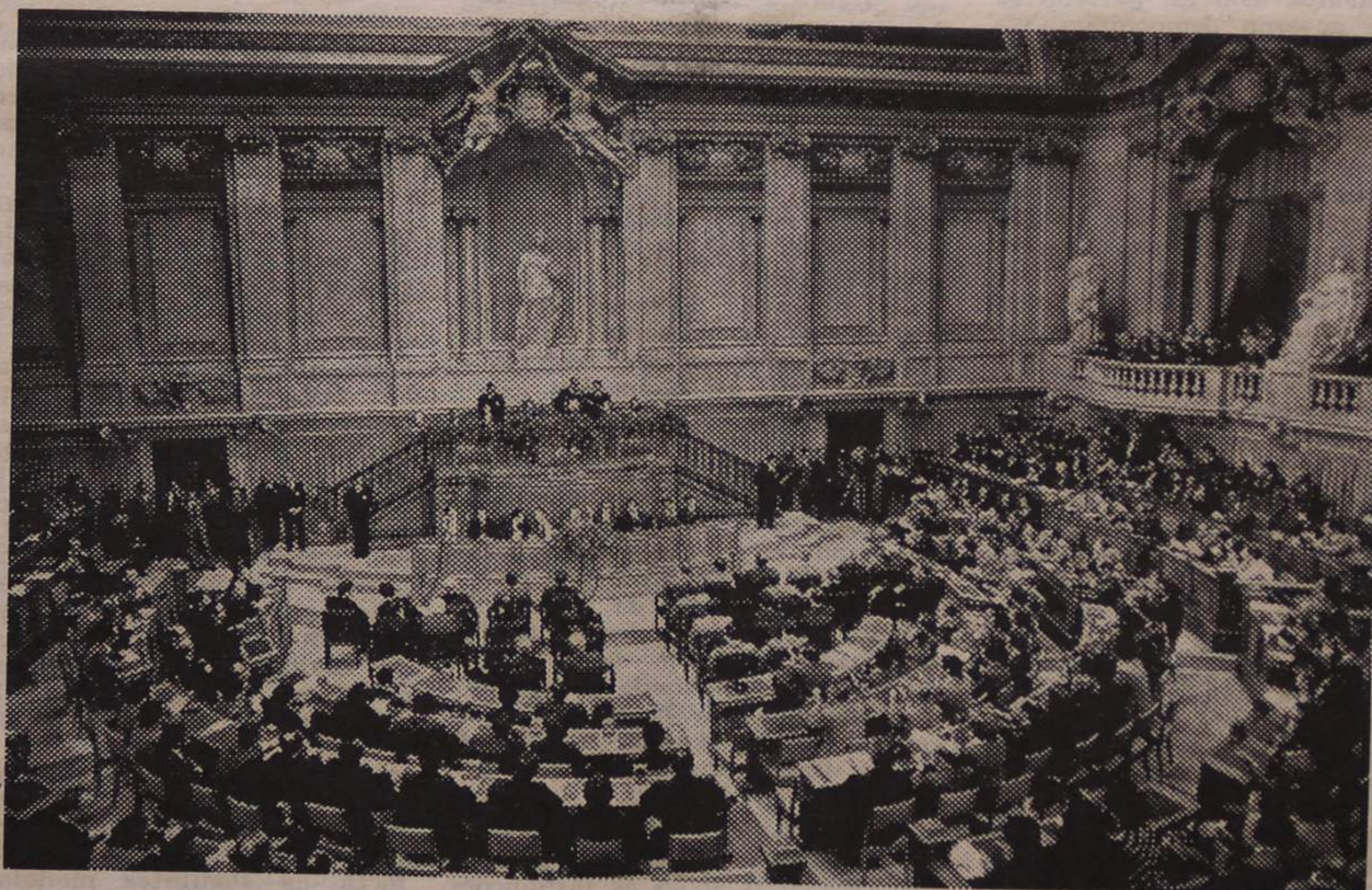
«A Aliança Democrática conhece a exacta gravidade e urgência da questão. Para a resolver prosseguirá uma política de conservação com três objectivos imediatos:

1) — Estabelecer um plano energético nacional, com o correspondente controlo de execução que garanta o seu rigoroso cumprimento;

2) — Estimular todas as formas de poupança de energia, em especial nas unidades industriais;

3) — Lançar um programa de investigação e desenvolvimento no domínio energético».

(Continua na página seguinte)



Saúde possível, justo e eficiente. Sobre habitação escreve-se no Programa:

«O Governo da Aliança Democrática pretende que todas as famílias tenham uma casa digna. Sabe que isso não é possível de um momento para o outro, mas irá estimular a construção de modo a que se produza, a curto prazo, um número de novos fogos por ano, pelo menos o duplo do actual.

«Simultaneamente, procurar-se-á suster a destruição e degradação dos prédios antigos e torná-los aptos a voltarem a ser habitados.

«O Governo da Aliança Democrática apoiará as Câmaras para que elas possam dispor de planos directores municipais e recursos financeiros, que lhes permitam urbanizar os solos necessários à expansão das vilas e cidades e colocar ao alance dos eventuais interessados terrenos com infra-estruturas, de maneira a evitar a construção clandestina.

normalize a gestão das empresas e que se defina uma política responsável de tarifas sociais».

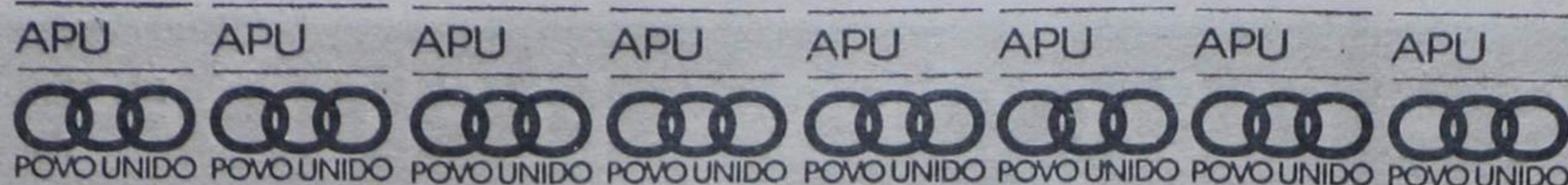
No capítulo da Saúde, que envolve a controversa questão do S. N. S., o Programa estabelece as seguintes linhas de orientação:

«A universalidade do direito à saúde, tal como os partidos da Aliança Democrática a defendem, implica que todos os portugueses possam contar com cuidados de saúde com a urgência que as situações imponham. Para isso, terá de existir um Serviço Nacional de Saúde eficiente e organizado de modo a que os seus utentes não estejam sujeitos a situações frustrantes e susceptíveis de conduzir ao adiamento da cura, se não mesmo ao agravamento da doença.

«Os portugueses podem eles próprios contribuir para a protecção da sua saúde e para a prevenção de inúmeras doenças. Bastar-lhe-á intervir activamente, colaborando com os serviços existentes e lutando pelo seu aperfei-

apresentar à Assembleia da República. A Lei de Bases determinará a adaptação dos programas e a modificação dos cursos de acordo com as exigências do último quartel do século XX e assegurará a formação de professores para um novo tipo de ensino. Um ensino destinado a desenvolver a personalidade e potencialidades individuais, a criar o gosto pela liberdade e o respeito pelo próximo, a encorajar a iniciativa e a preparar os jovens para o ingresso no mundo do trabalho.

2) Lutar pela igualdade de oportunidades. Serão criadas mais escolas de todos os níveis (da educação pré-escolar ao ensino superior), particularmente nas zonas mais desfavorecidas. Será aumentado o número de bolsas e proporcionados outros apoios sociais que atenuem discriminações económicas; será duplicado o número de jardins de infância para corrigir desigualdades à partida; será desenvolvida a educação permanente com vista a



# ALIANÇA DEMOCRÁTICA

(Continuação da página anterior)

suscitar como de promover a criatividade da sociedade civil.

## REVER A CONSTITUIÇÃO

Em capítulo de organização do Estado, o Programa da Aliança Democrática expõe os seus propósitos de revisão da Constituição e da Lei Eleitoral:

«A Aliança Democrática respeitará integralmente a Constituição Política e as leis em vigor, mas não se coibirá de propor a revisão da primeira e de alterar as segundas, sempre que necessário, de acordo com a sua concepção do interesse nacional.

«A revisão constitucional só poderá efectuar-se a partir das eleições parlamentares de 1980. No entanto, a Aliança Democrática apresentará antes disso ao País as linhas gerais do seu projecto comum de revisão. Com ele se procurará construir um Estado democrático moderno e descentralizado; liberto do domínio do poder económico ou de qualquer força partidária; aberto à inovação, à reforma e ao desenvolvimento técnico, científico e social; capaz de

«A Aliança Democrática defende, por princípio, uma atitude favorável à legitimidade democrática do referendo, como processo directo de ascultar a opinião e apurar a vontade do Povo, sobre questões fundamentais da vida colectiva ou da organização do Estado. Torna-se necessário, porém, estabelecer o regime jurídico do referendo, matéria que naturalmente compete à Assembleia da República.

«Será modificada a Lei Eleitoral por forma a introduzir o voto obrigatório e a garantir a máxima capacidade de expressão genuína da vontade popular.

«A Aliança Democrática proporá igualmente uma nova lei da nacionalidade, que nos diga em outros moldes quem é português, substituindo por via de regra os actuais critérios de índole territorial por critérios baseados sobretudo nos laços do sangue e da família e solucionando as principais injustiças, nesta matéria, do processo de descolonização».



«Mudar a Vida Portuguesa em Paz Social e Liberdade» é o título de um programa para um governo que o P.S. apresenta ao eleitorado.

No campo da política económica o programa afirma que «um governo socialista saído das eleições intercalares de 2 de Dezembro de 1979, tendo em conta a sua limitação temporal, terá de considerar várias frentes prioritárias de actuação. Será o caso, e apenas como exemplo, da melhoria dos salários reais, da expansão económica e da redução do desemprego, da reforma fiscal, da resolução da questão agrária».

Na introdução este capítulo escreve que o «P.S. e o eleitorado que nele confia, como garante da estabilidade e do progresso social, não permitirão que os sacrifícios recentes por que passou a população trabalhadora sejam agora aproveitados para uma restauração dos privilégios dos ricos pretendida pela direita, comprometida como está a entregar o Poder aos grandes interesses económicos do passado. Só o P.S. está em posição de garantir uma expansão económica ao serviço da progressiva melhoria do nível de vida dos mais desfavorecidos e da realização das reformas sociais, que a situação actual permite encarar com mais realismo».

Depois de defender que a expansão da economia será possível pela expansão do investimento, das exportações e do consumo privado, o Programa do P.S. projecta as seguintes medidas de combate ao desemprego.

«a) Criação de um esquema de prémios de emprego, atribuindo isenções de pagamento de contribuições para a segurança social durante determinado período de tempo. Tendo em conta a acuidade da situação de desemprego jovens, esta medida será reservada à criação de postos de trabalho para os que procuram o primeiro emprego;

«b) Regulamentação do apoio financeiro do Fundo de Desemprego a empresas em situação económica difícil que sejam susceptíveis de viabilização;

«c) Eliminação das práticas e situações de pluriemprego e de recurso sistemático a horas extraordinárias que prejudiquem a possibilidade de um mais

elevado aproveitamento de capacidade instalada quer a possibilidade da criação de empregos permanentes ou temporários;

«d) Lançamento de um programa de criação de empregos temporários para jovens, em colaboração com as autarquias locais, e virado essencialmente à prestação de serviços à comunidade;

«e) Promulgação do estatuto de aprendizagem e lançamento de esquemas de emergência de formação profissional de jovens à procura de primeiro emprego, apoiando as empresas que também se integrem naqueles esquemas.»

Quanto ao controlo da inflação, ao nível de vida e a política salarial, o Programa do P.S. estabelece o seguinte;

«Na actual conjuntura, um objectivo essencial dum governo P.S. para 1980 consiste na melhoria dos salários reais e, em geral, do rendimento disponível da população trabalhadora. A situação de relativo equilíbrio da economia, após a melhoria do défice externo, torna possível realizar esse objectivo. É essencial, para tanto, controlar a inflação, uma vez que num contexto de aceleração do aumento de preços será mais difícil assegurar a desejada melhoria dos rendimentos reais. Com a adopção de políticas adequadas parece possível atingir a redução do aumento do custo de vida. Apenas a verificação de novo e importante aumento de preço do petróleo e da inflação internacional, conjugada com eventual agravamento significativo do défice das finanças públicas, poderia vir a comprometer essa meta.

Quanto à política de rendimentos o Programa promete a redução dos impostos sobre o rendimento pessoal nos seguintes termos:

«O aumento dos rendimentos disponíveis resultará também da redução dos impostos profissional e complementar por ser indispensável corrigir a situação de carga fiscal a que se chegou neste domínio. Sublinhe-se que já em Junho do ano passado o II Governo Constitucional (do P.S.) havia anunciado essa redução no âmbito da preparação do orçamento

(Continua na página seguinte)

As eleições intercalares para a Assembleia da República vão realizar-se no quadro de uma saída constitucional para a crise governativa latente desde 1977 e marcada pela queda de sucessivos governos que desencadearam contra o Portugal de Abril uma crescente ofensiva de violências, ilegalidades, prepotências, arbitrariedades e inconstitucionalidades.

Os interesses nacionais, a estabilidade, a consolidação e o desenvolvimento da democracia portuguesa, a criação de um clima propício ao trabalho criador e à solução dos problemas do povo português e de Portugal, exigem que os resultados eleitorais confirmem a derrota dos partidos reaccionários e conduzam à formação de um Governo democrático com uma política democrática, que melhore as condições de vida do povo e abra caminho à recuperação económica que assegure as liberdades e o regime democrático, que salvaguarde a independência nacional.

Apresentando o seu Programa Eleitoral, o PCP propõe ao povo português e a todos os democratas e patriotas uma base séria para o entendimento, a acção comum e uma política governativa que responda às aspirações dos portugueses, capaz de fazer frente aos problemas do País e que tenha em conta as realidades nacionais.

A defesa da Constituição constitui um ponto central do Programa que o PCP apresenta ao eleitorado com vista ao voto na APU. Na sua acção política, nas suas propostas, a sua intervenção na vida nacional, o PCP inspira-se pelo princípio fundamental de que só no quadro do regime democrático e do respeito e aplicação da Constituição da República podem ser encontradas soluções verdadeiramente nacionais para os graves problemas de Portugal e dos portugueses.

O povo português quer viver em liberdade, paz e segurança. Quer assegurada a estabilidade do regime democrático, porque só um regime democrático estável pode garantir os direitos e liberdades dos cidadãos, pode promover o progresso de Portugal, a solução dos problemas nacionais, a satisfação das aspirações dos portugueses.

O PCP propõe aos eleitores uma política de «reorganização e democratização do aparelho de Estado, de defesa da ordem democrática e da tranquilidade pública, da consolidação das liberdades, do reforço do poder local, do funcionamento regular do regime e das instituições democráticas».

O PCP propõe aos eleitores uma política financeira, agrária, de pescas, industrial e comercial firmemente orientada para a recuperação e progresso económico de Portugal».

PCP é um programa de reanimação e desenvolvimento económico, que se baseia na mobilização geral dos recursos e energias produtivas do País, na confiança, na melhoria das estruturas produtivas, no apoio ao sector nacionalizado, à Reforma Agrária, às cooperativas, às pequenas e médias empresas privadas, para que todos estes sectores da economia nacional possam dar a máxima contribuição ao seu alcance para aumentar a riqueza do País e o bem-estar dos portugueses.

O povo português quer libertar-se dos sofrimentos, sacrifícios e dificuldades que, desnecessariamente, lhe têm sido impostos. Quer vencer a incerteza e insegurança no dia de amanhã. Quer viver uma vida melhor, mais segura, mais feliz.

O PCP propõe aos eleitores uma política «de salários, preços e em-

segurança social, de saneamento básico, defesa do ambiente e realização de infra-estruturas sociais firmemente orientada para o melhoramento das condições de vida do povo, de saúde, de habitação, de emprego».

O PCP propõe aos eleitores uma política cultural e de ensino que assegure o alargamento do acesso a todos os graus de ensino, a formação democrática da Juventude, a adequação do ensino ao desenvolvimento económico do País, a valorização do património cultural e a salvaguarda efectiva da liberdade de criação artística e cultural.

O PCP propõe aos eleitores uma política externa baseada na diversificação das relações externas, no respeito pelos princípios da igualdade, interesse mútuo e não ingerência e favorável ao desanuviamento internacional. Uma política que defenda intransigentemente a soberania popular, a unidade nacional, a integridade territorial e a independência nacional.

A derrota do PSD/PPD e do CDS consiste em não alcançarem em conjunto (na Aliança Reaccionária) maioria absoluta, pelo que não terão qualquer direito a formar governo.

A derrota eleitoral do PPD e do CDS deverá ter um transcendente significado político: fazer cair por terra os planos de destruição das conquistas da Revolução, da revisão inconstitucional na Constituição e da liquidação do regime democrático.

O povo português quer que o País seja governado com competência, dinamismo, fidelidade aos ideais democráticos e respeito pelas aspirações populares. Um tal governo só pode ser governo democrático, romado na base da maioria democrática efectiva (designadamente do PCP e do PS) a alcançar nas próximas eleições.

O Programa que o PCP apresenta ao País e pelo qual se compromete a lutar na Assembleia da República no Governo, em todos os planos da vida política, económica e social — é um Programa para dar resposta corajosa aos problemas nacionais e para corresponder às mais legítimas e profundas aspirações de todos os portugueses e portuguesas que aspiram a uma vida melhor e mais feliz no Portugal de Abril.

O Programa Eleitoral do PCP corresponde inteiramente aos interesses e aspirações de todas as classes e camadas antimonopolistas:

— da classe operária e de todos os trabalhadores (da indústria, das minas, dos transportes, da pesca, da agricultura, da função pública, dos serviços), defendendo a elevação dos salários reais, a contenção dos preços, o direito à contratação colectiva, o combate ao desemprego e aos despedimentos, os direitos e liberdades sindicais, a independência das suas organizações representativas, a melhoria da segurança social, da saúde, das condições de habitação e rendas de casa acessíveis;

— dos pequenos e médios agricultores e rendeiros; defendendo preços compensadores para os seus produtos e garantia para o escoamento, contenção dos preços dos artigos necessários à agricultura (adubos, combustíveis, forragens, rações, sementes, etc.), medidas de protecção à agricultura (créditos, seguro agro-pecuário, assistência técnica) revisão da Lei do Arrendamento Rural para defesa dos direitos dos baldios e melhor previdência dos rendeiros, aplicação da cía rural.

— dos intelectuais, quadros técnicos e profissões liberais; defendendo a dignificação das suas actividades e função social a defesa do

seu poder de compra, a segurança no emprego, carreira, profissionais e actualização profissional, o estímulo à criação artística e cultural e à investigação científica;

— dos pequenos e médios comerciantes e industriais» defendendo uma política de aumento da produção e do poder de compra, o alargamento do mercado interno, a valorização do seu papel na vida económica, acesso ao crédito e a redução das taxas de juro, a correcção das margens de comercialização e da fiscalidade, o encurtamento dos circuitos comerciais, o e reestruturação.

O Programa Eleitoral do PCP corresponde inteiramente aos interesses e aspirações:

— das «mulheres», defendendo os seus direitos de mães cidadãs e trabalhadoras, a sua crescente participação na vida política e social, a eliminação das discriminações sociais, profissionais e salariais e o respeito efectivo da função social da maternidade, a melhoria da assistência materno-infantil, o alargamento da rede de creches e jardins de infância e outros equipamentos sociais;

— da «juventude», defendendo o seu direito ao ensino, à preparação profissional e ao trabalho, a eliminação das discriminações sociais e profissionais, a reestruturação democrática do ensino, o alargamento do apoio social escolar, a dinamização da ocupação dos tempos livres.

O Programa Eleitoral do PCP corresponde inteiramente ao objectivo democrático e nacional de garantir um futuro de alegria, esperança e felicidade para:

— «as crianças portuguesas» defendendo o lançamento da rede oficial de estabelecimentos de educação infantil a criação de condições e meios materiais para uma racional e pedagógica ocupação dos tempos livres, a efectiva gratuitidade do ensino obrigatório, o combate à selecção económica do actual sistema de ensino, a prevenção da doença e o incremento da assistência materno-infantil e de saúde escolar medidas de protecção contra a exploração do trabalho infantil.

O Programa Eleitoral do PCP corresponde inteiramente aos interesses e aspirações dos sectores e camadas mais desfavorecidos:

— «dos que auferem mais baixos salários», defendendo a actualização periódica do salário mínimo nacional, o seu efectivo cumprimento, a extensão dos benefícios sociais;

— «dos reformados», defendendo a actualização de pensões e reformas, a gratuitidade da assistência médica e dos medicamentos, rendas bonificadas, desconto de 50% nos transportes, a melhoria e aumento das salas para centros de convívio e outras medidas que lhes assegurem a vida digna e tranquila a que têm direito;

— dos «deficientes», defendendo a sua reabilitação e integração social e profissional, o apoio às instituições não lucrativas de educação e recunento do ensino especial, a melhoria das pensões e subsídios, descontos nos transportes, a atenuação das barreiras arquitectónicas;

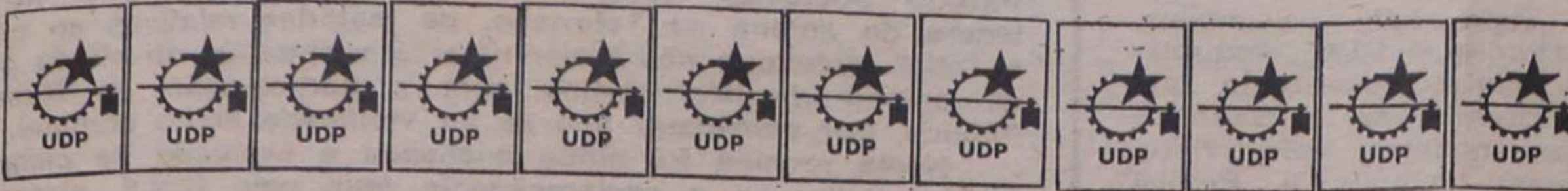
— das «viúvas e órfãos desamparados», defendendo o aumento das pensões de sobrevivência, a reformulação do regime, da sua atribuição e a reforma e humanização das instituições oficiais de assistência à infância desprotegida.

O Programa Eleitoral do PCP é um Programa do interesse de todos os portugueses que não querem voltar ao passado fascista e querem levar por diante as esperanças e as conquistas do glorioso 25 de Abril. É um Programa dos que lutam pela consolidação da Democracia e pelo futuro socialista de Portugal.

ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES



# ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES



## PARTIDO SOCIALISTA

(Continuação da página anterior)

to a apresentar em Outubro à Assembleia da República. Por isso, também o PS na Assembleia votou contra o chamado imposto extraordinário sobre os rendimentos de trabalho que o governo de direita de Mota Pinto procurou fazer aprovar.

«A redução daqueles impostos será operado essencialmente através da actualização dos escalões de rendimentos que integram as respectivas tabelas de taxas por forma a ter em conta a inflação, bem como do aumento das deduções permitidas no imposto complementar pelo cônjuge, sobretudo quando este também aufera rendimento de trabalho.»

O capítulo da Saúde do Programa de governo P.S. abre com a promessa da implantação parcial do Serviço Nacional de Saúde:

«O direito à saúde — considerada esta no seu verdadeiro sentido, de completo bem-estar físico, mental e social, para além da ausência de doença, e no seu triplice aspecto de prevenção, cura e reabilitação — inscreve-se no quadro mais básico e fundamental de todos os direitos: o direito à vida.»

O P.S. compromete-se, se for governo após as eleições e no curto período que decorrerá até ao próximo acto eleitoral, a iniciar a implantação do S. N. S. em, pelo menos, três distritos e a estabelecer postos de saúde-piloto em bairros pobres de Lisboa, Porto e Setúbal.

Ainda no capítulo da segurança social, o Programa P.S. considera que, «apesar das limitações financeiras, será viável melhorar o esquema dos benefícios nos seguintes aspectos:

a) Actualizar as pensões de reforma.

b) Continuar as acções tendentes à uniformização dos actuais sistemas de seguro social que enquadram os funcionários do Estado e os beneficiários da Previdência.

c) Integrar na segurança social a protecção em caso de desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, revendo as condições da sua atribuição e os meios actuais destes benefícios.

d) Especificamente quanto à 3.ª idade: aperfeiçoar os serviços de apoio existentes: criar novos equipamentos e em colaboração com as autarquias, nomeadamente:

Centros de dia com possibilidade de serviço de refeitório e ocupação de tempos livres; centros de convívio e bem-estar; Lares e Residências; criar serviços de assistência domiciliária aos idosos; melhorar o passe social para a 3.ª idade; estabelecer esquemas preferenciais quanto à assistência médica e medicamentosa, diminuindo a participação do idoso nestas despesas, enquanto não se estabelecer em todos os distritos o Serviço Nacional de Saúde.

c) Especificamente quanto à infância: criar novos equipamentos em colaboração com as autarquias, creches, infantários, jardins de infância, centros de animação infantil; e assegurar nas instituições criadas uma alimentação racional e saudável.»

No capítulo da Habitação, o Programa do P.S. projecta a recuperação da produção de novos fogos:

«A reedificação da produção habitacional far-se-á pelo relançamento da produção pública directa, pelo desbloqueamento dos financiamentos às cooperativas, pela aprovação de novos contratos de desenvolvimento (congelados desde o 1.º semestre de 1978) e pela recuperação da produção

habitacional privada, esta orientada predominantemente para custos moderados. Complementarmente deverá ser revigorado o PRID e apoiados os projectos de renovação urbana e de saneamento de zonas clandestinas.

No capítulo da política agrícola, as principais linhas programáticas do P.S. são as seguintes:

1) Assegurar o acesso, a técnicas de produção modernas, através da cooperação de pequenos produtores de modo a aumentar a eficiência da produção agrícola.

2) Promover uma intervenção mais extensa na transformação, valorização e comercialização primária dos produtos de origem agrícola, bem como garantir o acesso a factores de produção em melhores condições de preço e oportunidade.

3) Determinar a transferência para os rendimentos dos agricultores de uma fracção importante do valor dos produtos finais — no consumidor — que hoje são absorvidos por uma comercialização especulativa e por uma transformação desligada dos agricultores.

4) Autodisciplinar a produção de forma a atingir níveis de qualidade e preço aceitáveis.

5) Aumentar a participação dos cooperados na gestão e direcção das cooperativas.

6) Incrementar a ligação entre produtores e consumidores pela via cooperativa, convenientemente apoiada pelo Estado.»

No capítulo da educação, o Programa P.S. propõe fundamentalmente o seguinte:

«A preparação da juventude para a vida e para a modernização do País, que depende muito do sistema de ensino, exige a correcção prioritária dos aspectos mais graves da actual situação. Por outro lado, não se pode esquecer que a superação daqueles impõe a existência de uma perspectiva de conjunto sobre o que deve ser um verdadeiro e renovado sistema nacional de educação.»

«Por isso, o governo P.S. propõe-se:

a) apresentar, para aprovação da Assembleia da República, um quadro legal do sistema educativo a construir a médio prazo, que dê a todos que nele se integram a noção dos objectivos e prioridades fundamentais. É indispensável traçar um quadro flexível que pelas suas estruturas (públicas, privadas, cooperativas e de qualquer outro tipo de associativismo regional ou nacional) e pela reforma progressiva dos programas de estudo, métodos pedagógicos, valores educativos, se articule com outros programas de animação sociocultural, de desporto, de formação profissional, que conjuntamente constituem o verdadeiro suporte de uma nova sociedade que assegure a igualdade de oportunidades sem discriminações sociais;

b) Empreender medidas de administração do sistema escolar actual que, sem deixar de olhar para o horizonte futuro, dê imediata correcção a situações deploráveis e injustificáveis. Cabe aqui a realização de um plano nacional de fomento de construção de escolas ao nível preparatório e secundário, cuja rede se apresenta em tantos lugares em situação de calamidade pública; a formação e reciclagem em serviço do pessoal docente, a revisão da gestão escolar (pedagógica e gestão corrente), a avaliação e coordenação dos programas nos diferentes ramos e níveis de ensino, a integração efectiva no ensino directo dos alunos pré-universitários, acabando definitivamente com a experiência do propedéutico, a formação pré-profissional do pós-secundário, o fomento da educação pré-escolar, da educação de adultos e do ensino especial.»

motor que o faz trabalhar e a busca do lucro.

A candidatura da U.D.P. afirma, consciente das suas responsabilidades: nenhuma política não seja resolutamente dirigida contra o 25 de Novembro e contra o general Eanes.

Defender as liberdades e as conquistas de Abril, lutar pela recuperação económica e pelo bem-estar do povo, defender a independência nacional significa lutar contra o regime antipopular e antinacional estabelecido à sombra do 25 de Novembro.

Ainda que a nossa candidatura seja acusada de «extremista» e «desestabilizadora», não deixaremos de afirmar esta verdade. Não é a U.D.P. que inventa soluções radicais. É a própria vida que as reclama. É preciso recusar o regime do 25 de Novembro. Só assim será retomada a via iniciada em 1974-75, para a emancipação social e nacional do nosso povo.

A candidatura U.D.P. não se apresenta às eleições apenas para tornar as suas posições mais conhecidas dos portugueses. Apresentamo-nos em todos os círculos para eleger o maior número de membros das nossas listas, aderentes da U.D.P. ou independentes. Concorremos com três objectivos muito precisos:

— impor uma clara derrota parlamentar e política ao P.P.D. e C.D.S. que os obrigue a recuar na sua escalada reacção;

— colocar na Assembleia um grupo parlamentar de Unidade Popular que prossiga e alargue a acção positiva até agora desenhada pela U.D.P. ou independentes. Concorremos com três objectivos muito precisos:

— por um poderoso estímulo ao crescimento e coesão da Unidade Popular que forje uma real alternativa ao reformismo paralisante do P.S. e P.C. e permita uma intervenção em força nas eleições de 1980-81.

A candidatura da U.D.P. afirma que votar na Aliança reacçãoária é um erro trágico que nenhum trabalhador ou democrata deve cometer. Tudo fará para esclarecer um por um todos os trabalhadores para que não votem no P.P.D./C.D.S.. Mas afirma também que o voto no P.C. ou no P.S. é um voto inútil para o combate à direita.

A maioria P.S.-P.C. existe na Assembleia desde 1976 e não serviu para deter o avanço da direita nem para dar uma vida nova aos portugueses, porque nunca foi real maioria de esquerda. P.C. e P.S. submetem-se à supremacia militar personificada por Eanes. A sua perspectiva resume-se a atrair o Presidente pela travagem do movimento popular e a explorar as suas contradições com o P.P.C./C.D.S., na esperança de que o país fique por um regime presidencialista de «democracia»

autoritária. A experiência tem mostrado que tal política só favorece a escalada da direita. Por isso desaconselhamos o voto nestes partidos reformistas enleados em compromissos com o 25 de Novembro. Por isso também dizemos que é inútil o voto na U.E.D.S. e noutros pequenos partidos cuja plataforma se resume a pressionar o P.C. e o P.S. a um acordo que nunca conduziria a nenhuma mudança real.

Votar em qualquer dos partidos que promovem, defendem ou colaboram no regime do 25 de Novembro é um erro.

Com estes 25 pontos a candidatura da U.D.P. não pretende cobrir todas as questões vitais que hoje se colocam ao país. Muito menos pretende distribuir generosas promessas irrealizáveis. Indica as questões que serão prioritárias na sua acção parlamentar, porque só elas poderão abrir caminho a uma profunda transformação da vida do povo português.

1. Revogar a lei dos cem milhões de contos de indemnizações aos monopolistas e agrários.

2. Garantir dos países credores a suspensão do pagamento dos juros e amortizações da dívida externa.

3. Congelar os preços dos artigos de consumo e reprimir os especuladores e açambarcadores.

4. Estabelecer a actualização anual dos salários, pensões e reformas de acordo com o aumento do custo de vida. Reduzir os altos ordenados e vencimentos.

5. Revogar a lei Barreto, suspender a entrega de reservas, assegurar o apoio do Estado às cooperativas e UCP's.

6. Suspender os acordos com o F.M.I. e negociações para a adesão ao Mercado Comum. Anular a compra de centrais nucleares.

7. Pôr fim ao estrangulamento do sector nacionalizado, anular as desintervensões, impedir a reorganização dos grupos capitalistas e da banca privada.

8. Estabelecer impostos progressivos sobre os rendimentos e aplicar severas sanções à fuga aos impostos por parte dos capitalistas.

9. Congelar as rendas de casa, revogar a lei dos senhorios, proibir os despejos reactivar o S.A.A.L. e impulsionar as cooperativas de habitação.

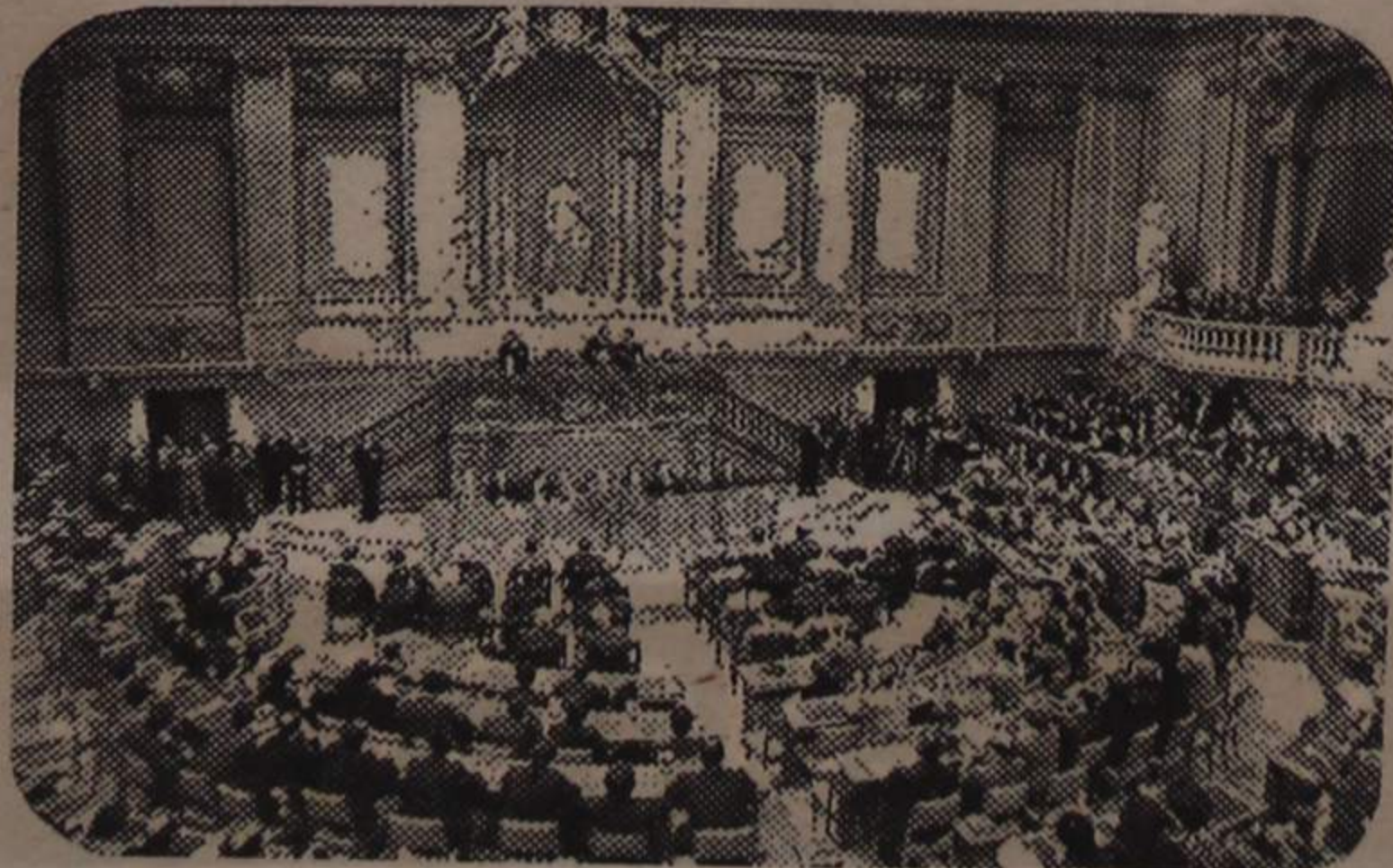
10. Pôr em prática o Serviço Nacional de Saúde.

11. Determinar o pagamento das dívidas à Previdência por parte do patronato e do Estado.

12. Fixar preços compensadores para os produtos agrícolas, subsidiar os preços do gasóleo e dos adubos, conceder crédito acessível aos agricultores.

13. Fazer cumprir a lei do

(Continua na página seguinte)



A porta de uma fábrica alemã do Porto operários fazem greve da fome para tentar impedir a perda dos seus postos de trabalho. No Vale do Sabor, populações revoltadas ocupam estradas e uma barragem para que não lhes retirem a sua única ligação ao mundo, um velho comboio a vapor. Sobem de novo os preços dos transportes, da água, da luz, da alimentação, das rendas de casa. Tal como há 40 anos, continua por assegurar o escoamento da batata, do milho, do vinho, produzidos pelos pequenos agricultores. Em Montemor-o-Novo, dois trabalhadores rurais caíram varados pelas balas da G.N.R. que interveio em apoio dos agrários parasitas. Melo milhão de desempregados (só 60 mil recebem um subsídio irrisório) encaram com desespero o dia de amanhã. Os vencimentos de alguns quadros superiores foram elevados para 50 contos. Famílias despejadas pela polícia dormem na rua. Actuam sem peias os bandos de criminosos e incendiários, as redes detraficantes de droga. Os especuladores apoiados na corrupção das polícias. Na Fábrica Têxtil do Jacinto, mercenários contratados pelo patrão espancam operárias. A Academia da Marinha presta homenagem ao almirante Sarmiento Rodrigues, antigo ministro salazarista das colónias. Ascendem a 22 milhões de contos as dívidas do patronato e do Estado à Previdência. As prisões políticas, donde foram soltos os antifascistas e que depois se encheram de pides, estão agora de novo ocupadas por antifascistas. As águas do Tejo, Douro e Guadiana na iminência de ser envenenadas pelos esgotos das centrais nucleares espanholas. A dívida ao estrangeiro, que cresce vertiginosamente representa já mais de um terço da produção nacional.

Estes factos dão um quadro sombrio mas bem real da vida em Portugal cinco anos após o derrubamento do fascismo. O povo pergunta: foi para isto que fizemos o 25 de Abril?

A U.D.P. afirma (e afirma-o há quatro anos dando voz ao descontentamento popular) que a culpa é do 25 de Novembro. O golpe de força de 25 de Novembro de 1975 chefiado pelo tenente-coronel Eanes é a causa directa da crise, das dificuldades do povo, das injustiças que se amontoam, da vida cinzenta que se abate sobre o país.

Os ideais do 25 de Novembro são a riqueza fácil para os que já têm tudo, a corrupção, o autoritarismo militarista, o servilismo perante o estrangeiro. A sua cultura é a violência e a pornografia. A sua liberdade é o conformismo e a submissão. A sua prosperidade é o apertar do cinto. Por causa do 25 de Novembro muitos descreem da democracia e o povo olha o futuro com angústia.

Ficar à espera que o regime se corrija, que o general Eanes se torne mais democrata, que os capitalistas se moderem e que os agrários se cansem de roubar terras à Reforma Agrária, que os especuladores se arrependam e que o F.M.I. acabe por ter pena da nossa ruína — seria ingenuidade indigna de um povo que fez as jornadas de 1974-7g. Viveram-se aí lições que não podem ser apagadas da consciência dos portugueses.

Este regime é o regime do capital e do capital numa época de profunda crise mundial. Dele só podem sair forças destrutivas. O



1—O Partido da Democracia-Cristã — PDC — ao concorrer às eleições de 2 de Dezembro para a Assembleia da República, integra-se na Frente antimarxista com o fim de impedir nova «maioria de esquerda» no Parlamento a eleger nessa data.

2—O PDC não participa na Aliança Democrática porque, por duas vezes, a Aliança o rejeitou. Restava, assim, ao PDC, enquanto Partido, com direito à intervenção política, concorrer por si próprio, fora, portanto, do quadro da Aliança. Nesta, aliás, a presença, de última hora, dos «Reformadores», acabaria por tornar discutível, em termos de coe-recência política, uma eventual participação do PDC.

3—Deve, em qualquer caso, ficar bem assente que não foi o PDC quem dividiu. Ao invés, o PDC pretendeu unir-se à Aliança mas foi menosprezado. Se alguma força política praticou divisionismo foi, portanto, a Aliança Democrática, através dos partidos que a integram.

Mais: abrindo-se aos «Reformadores», a Aliança dividiu o seu próprio eleitorado.

4—Colocado em tal situação, marginalizado pela Aliança — o PDC não aparece, contudo, isolado perante o eleitorado porque franqueou a participação nas suas listas de candidatos a deputados aos «Independentes de Direita» — Manuel Maria Múrias (primeiro pelo Círculo de Lisboa); Gilberto Santos e Castro, Jasmim Pereira e António Lopes Ribeiro (primeiros na lista de Leiria); António Manuel Couto Viana e Maria Valentina Silveira Machado (primeiros por Viana do Castelo).

5—Integram também as listas do PDC, como «Independentes Liberais», Pinheiro de Azevedo (primeiro pelo Porto) e Luís Arouca (segundo por Lisboa).

6—O PDC verifica que, paradoxalmente, se volta a apelar para o voto da «Direita» convencional, a favor, todavia, de personalidades e partidos da Aliança que se reclamam ostensivamente de esquerda, se declaram de centro e que publicamente, e por diversas vezes, afirmaram que não são nem nunca serão de direita...

7—O PDC e os «Independentes» que participam nas suas listas, não dividem a «Direita»; vão, sim, proceder à sua verdadeira mobilização em ordem aos mais altos interesses do País. Até porque a «Direita», numa manipulação grosseira e sem escrúpulos, somente tem servido para dar votos a certos partidos, mas não tem sido atendida nos seus justos direitos e aspirações.

8—Decidido e firme na defesa dos valores e símbolos da Pátria humilhada em que vivemos, o PDC surge, deste modo, perante o eleitorado, como um leque de opções antimarxistas e profundamente anticomunista.

9—As listas do PDC não apresentam candidatos comprometidos com anteriores manobristas parlamentares que incluíram coligações equívocas, ao nível de Governo, com socialistas-marxistas, quer acordos de bastidores com comunistas. Por isso, os que se reclamam de um projecto político humanista-cristão, como o que perfilhamos, não podem, de forma nenhuma, a partir de agora, justificar qualquer propósito de abstenção relativamente ao próximo acto eleitoral. É que o PDC, por um lado, e os referidos «Independentes», por outro, cobrem, de facto, importantes e significativas faixas do eleitorado que se sentem, em muitos casos, traídas pelos partidos em que votaram

até aqui. Sensibilizados, em termos de voto no PDC, ficam, desta vez, muito dos que, desencantados ou indiferentes, têm vindo sistematicamente a abster-se de eleição para eleição.

10—O PDC já tornou público, por mais de uma vez, não concorrer nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, por aí não se tornar necessário desalojar qualquer «maioria de esquerda», como infelizmente acontece no Continente.

11—Na verdade, a «maioria de esquerda», sob a falsa aparência de defesa dos interesses dos trabalhadores, tem arrastado o País para um crescendo de dificuldades e compromissos, tanto no plano interno como externo. Vendeu o ouro, hipotecou Portugal, comprometeu a independência nacional.

12—Antipatriota, de obediência estrangeira, o Partido Comunista serve apenas os propósitos desestabilizadores do comunismo internacional. Companheiro do mesmo ideal, o Partido Socialista abusou da boa-fé de muitos portugueses. De cedência em cedência, altamente responsável é o PS pelos progressos do comunismo em Portugal. Porque vive da demagogia e da promessa fácil, enquanto esteve no poder, provou o Partido Socialista a sua incapacidade para governar o País.

13—Por outro lado, os partidos não-marxistas cometeram erros graves, por demais conhecidos, desde a estranha coligação PS-CDS até aos acintosos derrobes dos 3.º e 4.º governos.

14—A própria dissolução da Assembleia da República, em si mesma e pela forma como se desenrolou, forneceu o atestado final da falência política da «maioria de esquerda» e também da incapacidade de resistência e de mobilização dos partidos não-marxistas PSD-CDS.

15—A classe política, que, desde 1975, tem estado nas bancadas no Parlamento, globalmente acumpliciada, provou sobejamente a sua incompetência, incapacidade e falta de patriotismo. Persistem esses mesmos deputados em voltar a S. Bento. É preciso impedir que, na maioria dos casos, tal possa vir a acontecer — para

que não fique tudo na mesma.

16—Segundo o PDC, comunistas e socialistas constituem forças convergentes no engrandecimento do monstro colectivista, que procura reduzir a Pessoa Humana a um mero funcionário do Estado, a um simples número social, a uma peça na engrenagem totalitária. Pelo contrário, o modelo de sociedade que o PDC preconiza é muito diferente: somos contra o materialismo, quer capitalista quer marxista. Somos também pelos valores do espírito. O PDC não se afirma apenas como partido de inspiração cristã: propõe-se aplicar, em concreto, através de um vanguardismo de acção, a doutrina social cristã — a via da Justiça Social.

17—O PDC luta contra todas as formas de exploração do Homem, nomeadamente pelo Estado. A exploração do Homem verifica-se sempre que se atenta contra a sua consciência e dignidade, isto é: quando o trabalhador é obrigado a inscrever-se num sindicato partidário ou numa central sindical única; quando é empurrado para ocupações ou greves injustas e selvagens que só favorecem os jogos e interesses totalitários dum partido; quando, por coacção, é integrado em cooperativas ou unidades colectivas e manipulado por novos patrões parasitas; quando é impedido de livremente praticar a sua religião, ameaçado ou limitado na sua liberdade de voto; quando é utilizado, a pretexto de reivindicações irrealistas, para sabotar a viabilidade económica da empresa; quando ainda, pelos meios de comunicação social estatizada, lhe é inculcido o ódio pelos outros num clima de agitação social permanente.

18—A esmagadora maioria dos portugueses sente na sua carne e no seu espírito, os desastrosos efeitos da demagogia e do esquerdismo reinantes. Todos teremos, de algum modo, a consciência de que não fizemos o que estava ao nosso alcance para nos opormos com determinação a tal descabro. De ilusão em ilusão, chegámos a esta trágica desilusão.

(Continua na página seguinte)

## O PROBLEMA DO ABORTO

«Entretanto, quanto a uma denúncia apresentada contra o Partido Socialista Revolucionário relativa à inserção, no seu tempo de antena na Televisão, de matérias relativas ao aborto, a C.N.E. entendeu não haver lugar à suspensão do citado direito de antena daquele partido nem a participação ao Ministério Público, por considerar não se ter verificado ilícito criminal.

Nesta reunião foi ainda analisada a evolução da campanha de sensibilização e esclarecimento feita pela C.N.E. através de órgãos da Comunicação Social».

A C.N.E. volta a reunir-se amanhã.

Entretanto, na sua denúncia do programa do P.S.R. na Televisão sobre a questão do aborto, o Partido da Democracia Cristã dizia que o Partido Socialista Revolucionário «feriu os sentimentos e a ética do povo português».

«O que chocou a sensibilidade da direita — afirma por seu turno o P.R.S. — foi a denúncia clara e inequívoca da realidade que ela pretende camuflar, ao mesmo tempo que recusa à mulher o direito elementar de decidir sobre a sua própria maternidade».

## UDP

(Continuação da página anterior)

Arrendamento Rural e extinguir o regime de colónia.

14. Acabar com os entraves patronais à negociação dos contratos colectivos assegurar a sua aplicação nas Ilhas, proibir as forças de mercenários nas empresas. Fazer cumprir a Portaria do Trabalho Rural.

15. Proibir os contratos a prazo, proibir despedimentos colectivos, garantir subsídio a todos os desempregados, criar novos postos de trabalho.

16. Acabar com os entraves à livre actuação dos sindicatos e órgãos populares (comissões de trabalhadores, de moradores, cooperativas) e ampliar o seu campo de acção.

17. Assegurar o direito das mulheres a salário igual para trabalho igual, dar assistência à maternidade, criar uma rede de infantários e creches, legalizar o aborto.

18. Assegurar o direito dos jovens ao primeiro emprego, anular a discriminação salarial, baratear os custos de ensino assegurar transportes escolares gratuitos, suprimir o propedéutico e o «numerus clausus».

19. Orientar os serviços consulares para a defesa efectiva dos

direitos dos emigrantes quanto a condições de trabalho, de habitação e de educação para os filhos.

20. Realizar uma verdadeira descentralização e a aplicação da lei das Finanças Locais. Adotar um programa urgente de melhoramentos locais, orientado sobretudo para as regiões abandonadas do interior e das Ilhas: água, luz, esgotos, caminhos, transportes, escolas.

21. Suspender os compromissos com a O.T.A.N. recusar a chamada lei da Defesa Nacional, reduzir drasticamente o orçamento militar.

22. Reintegrar os militares de Abril.

23. Fazer vigorar a lei contra as organizações fascistas e nomeadamente a FLA e a FLAMA, proibir a sua imprensa, assegurar um verdadeiro julgamento dos pides, dos bombistas e dos chefes separatistas, aplicar severas penas às redes de criminosos.

24. Libertar os antifascistas presos, pôr termo aos actos de repressão policial sobre o povo, levar a julgamento os responsáveis pelos assassinatos cometidos.

25. Fazer respeitar a Constituição contra os atropelos aos seus princípios e contra a imposição de um referendo ilegal que prepara a sua mutilação.

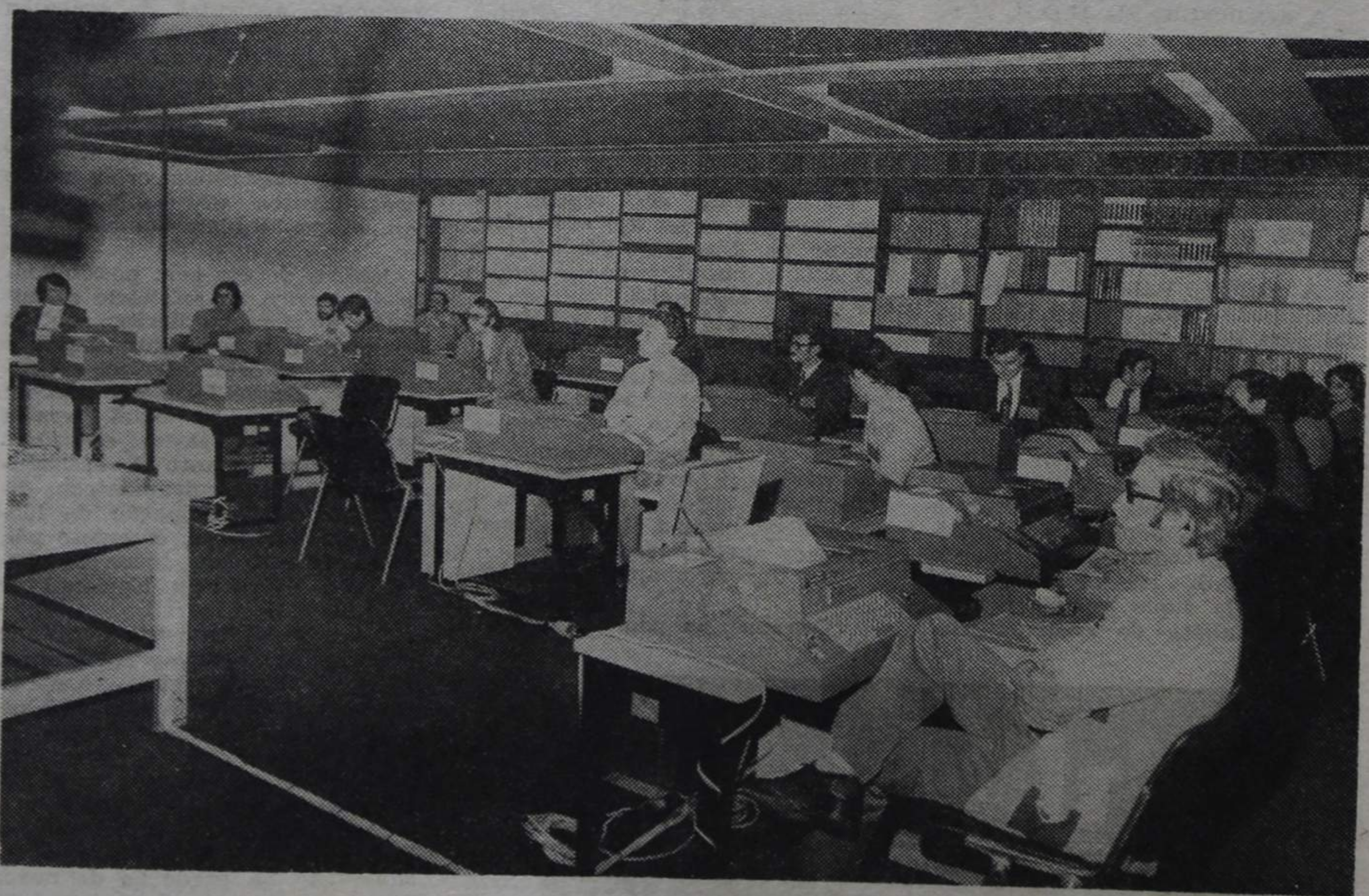
Estas são as reivindicações que os eleitos da UDP se comprometem a defender intransigentemente na Assembleia. Por elas lutaremos em todas as circunstâncias. Por elas luta a UDP no dia-a-dia.

## Ordem dos partidos nos boletins de voto

É a seguinte a ordem de apresentação dos partidos e coligações para as eleições intercalares de 2 de Dezembro, no Distrito de Aveiro:

UEDS  
PCTP/MRPP  
PDC  
PS  
PSR  
PT  
AD  
UDP  
APU

Das eleições intercalares do próximo dia 2 de Dezembro resultará uma nova distribuição de mandatos aos deputados à Assembleia da República por círculos que dará ao Parlamento uma representação distrital como segue, num total de 250 eleitos:



No dia 2 de Dezembro será assim — Sala dos terminais do computador para as eleições

# ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES

# ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES



## PDC

(Continuação da página anterior)

críticas sob pena de ser ilegalizado;

— Rever as Leis da Reforma Agrária, devolvendo aceleradamente as reservas;

— Indemnizar urgentemente todos os espoliados por efeito directo ou indirecto das nacionalizações, expropriações e da calamitosa descolonização;

— Obrigar as unidades colectivas a prestarem contas dos dinheiros recebidos e a liquidarem os impostos devidos ao Estado;

— Ajustar as pensões de reforma, invalidez e aposentação ao correspondente nível de vida;

— Promover a restauração dos valores nacionais nos domínios do ensino, cultura, artes e letras;

— Fomentar a iniciativa privada, eliminando os protecçõesismos às empresas do Estado;

— Estimular o investimento estrangeiro;

— Desnacionalizar sectores não fundamentais da economia;

— Sustentar a inflação pela fiscalização dos preços, melhoria dos índices de produtividade e pela concessão de subsídios estatais reprodutivos.

Compromete-se ainda o PDC a não participar em quaisquer coligações ou formas de colaboração com forças marxistas ou marxizantes, mesmo no tocante à revisão da Constituição.

21 — O PDC e os «Independentes», com a sua intrepidez, vão finalmente, desbloquear um parlamento demagogo e mediocre, palco de comédia da vida política portuguesa. Uma aragem de esperança e renovação há-de chegar, enfim, à nova Assembleia da República com a entrada e a intervenção corajosa do PDC.

22 — Portugueses, atenção!

Parece chegada finalmente a hora de arrepiar caminho, de afastar da cena política os ilusionistas e demagogos do poder. Os deputados do PDC, mais do que um Partido, servirão Portugal.

O Partido da Democracia-Cristã é um partido da vanguarda e de intervenção, que jamais cederá em termos de arrangismo político.

O 1.º de Dezembro é a data da Restauração de 1640.

O dia 2 seguinte terá que ser, em 1979, o do arranque patriótico também com a eleição de deputados do PDC.

Seremos, agora e sempre, pela defesa dos valores sagrados de Deus, da Pátria e da Família, por um Portugal livre, restaurado e independente!

## A LEI ELEITORAL

(MESAS DAS ASSEMBLEIAS E SECÇÕES DE VOTO)

1 — Em cada assembleia ou secção de voto é constituída uma mesa para promover e dirigir as operações eleitorais.

2 — A mesa é composta por um presidente, pelo seu suplente e por três vogais, sendo um secretário e dois escrutinadores.

3 — Os membros da mesa devem saber ler e escrever português e, salvo nos casos previstos no n.º 3 do art.º 47.º, devem fazer parte da assembleia eleitoral para que foram nomeados.

4 — Salvo motivo de força maior ou justa causa, é obrigatório o desempenho das funções de membro da mesa de assembleia ou secção de voto.

A U. E. D. S. tem como objectivo último a construção duma sociedade sem classes onde o poder democrático dos trabalhadores se transforme num sistema de autogoverno dos produtores facultando-lhes a satisfação das suas necessidades, empenhando-se assim num processo de construção da democracia socialista.

Ao contestar em bloco o sistema capitalista, procura a U. E. D. S. uma alternativa que enriquecida pelas experiências do movimento socialista internacional recusa simultaneamente as fórmulas burocráticas e alienantes de organização do Estado, considerando que a estatização dos meios de produção pode apenas significar a concentração do poder económico e do poder político numa tantas mãos e as fórmulas de conciliação e capitulação perante o capitalismo assumidas pela social-democracia.

A U. E. D. S. considera que o socialismo democrático deverá assentar em três princípios essenciais e indissociáveis: a autogestão, a propriedade social dos meios de produção e troca e a planificação democrática.

A autogestão não pode ser olhada como um simples meio de conceder às empresas uma autonomia limitada ou como a simples participação de uns quantos trabalhadores em órgãos de direcção, dominados em última instância pelos representantes do poder central. Para a U. E. D. S., a autogestão implica que os trabalhadores e os seus delegados eleitos sejam responsáveis pelas decisões essenciais da política geral das empresas no âmbito dos objectivos do plano democrático.

Para a U. E. D. S., a autogestão significa a possibilidade real dos trabalhadores — e de todos os cidadãos — intervirem de facto na definição do seu quadro de vida, quer na empresa, quer fora dela.

A propriedade social dos meios de produção e de troca é, para a U. E. D. S., condição indispensável a um poder económico, descentralizado, ele próprio, suporte indispensável a um poder político democrático.

Porém, considera a U. E. D. S. que a apropriação social dos meios de produção e troca não pode ser confundida com a estatização ou com a colectivização total de todos os bens e terá de resultar dum processo cujo ritmo será determinado pela própria evolução da sociedade.

Finalmente, considera a U. E. D. S. que a utilização racional, equilibrada e equitativa do trabalho e dos recursos da colectividade, assim como a redução progressiva das disparidades exigem um plano democrático.

No que respeita, aos princípios orientadores da acção legislativa citamos nomeadamente os que visam:

1. A criação de um Serviço Nacional da Habitação que permita, dentro dos limites conjunturais impostos pela crise económico-financeira, tornar progressivamente realidade o direito à habitação consagrado na Constituição da República.

2. A revogação imediata da legislação que liberalizou o regime de rendas de casa, substituindo-a por legislação que tenha em especial atenção a progressiva eliminação das zonas de habitação degradada e a definição de mecanismos de apoio aos jovens casais que procuram a primeira habitação.

3. A rápida implementação e

regulamentação do Serviço Nacional de Saúde.

4. A revisão dos estatutos dos reformados e pensionistas com fixação imediata da pensão mínima em metade do salário mínimo nacional e progressiva equiparação da pensão mínima a esse salário mínimo, sendo as actualizações das pensões simultâneas aos aumentos do salário mínimo.

5. A regulamentação da publicidade comercial e da participação das associações de consumidores ao combate e na fiscalização do açambarcamento, especulação e fraude, como forma de melhorar as condições de protecção ao consumidor.

6. A protecção aos jovens em busca de 1.º emprego e sua integração num esquema de subsídio de desemprego e definição de um sistema de acesso próprio a postos de trabalho criados exclusivamente para o efeito.

7. A garantia da liberdade religiosa com tratamento idêntico para todas as confissões.

8. A definição de uma lei-quadro de planeamento familiar e a criação de um Instituto Nacional do Planeamento Familiar, integrado na orgânica do Serviço Nacional de Saúde e pela corres-

pondente despenalização do aborto, bem como pela promulgação de legislação que garanta plenamente os direitos da mulher e suprima toda e qualquer discriminação baseada no sexo.

9. A defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, nomeadamente através de uma lei sobre política energética que rejeite um modelo de desenvolvimento baseado na energia nuclear e subordinado aos interesses estrangeiros das potências nucleares e que aponte para o desenvolvimento imediato e generalizado das fontes de energia alternativas (solar, eólica, etc.), impondo severas regras de protecção ao meio ambiente contra a poluição.

10. A revogação das leis antioperárias (da responsabilidade do P. S. ou das maiorias P. S./P. S. D./C. D. S.) nomeadamente aquelas que permitiram a liberalização dos despedimentos.

11. A revogação e substituição das leis que regulamentam a organização e funcionamento das Associações Sindicais e Comissões de Trabalhadores (da responsabilidade das maiorias P. S./P. S. D./C. D. S.) e que violam fron-

(Continua na página seguinte)



Aqui começa a hora da verdade. Nos votos entrados nas urnas tem que estar o seu



O Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP) apresenta-se às eleições intercalares para a Assembleia da República com dois objectivos políticos fundamentais.

O primeiro objectivo é o de «pedir contas». Pedir contas à anterior Assembleia da República, aos deputados que a integraram, aos partidos que a constituíram e aos Governos que à sua sombra se formaram pelo estado calamitoso a que conduziram o país e pela situação verdadeiramente dramática a que arrastaram o povo.

A dívida pública total do Estado, que era de 96 milhões de contos em fins de 1973, elevava-se em Dezembro último a 394 milhões de contos, o que representa um agravamento de mais de 300%. A nossa dívida externa subiu 79% só no ano de 1978, ascendendo agora a mais de 130 milhões de contos. As nossas reservas de ouro são hoje um pouco mais de metade do que eram no 25 de Abril. Em cinco anos, o escudo desvalorizou-se em 190% por comparação com o marco alemão, moeda do nosso principal fornecedor.

Ainda que tenham formalmente subido, os salários reais dos trabalhadores baixaram ao nível dos salários praticados nos últimos tempos do fascismo, se bem que a produtividade do trabalho haja aumentado em mais de 25%. Faltam-nos um milhão de casas para alojar, em mínimas condições de decência, as famílias trabalhadoras. Há, no melhor dos cálculos, meio milhão de desempregados e apenas 60 000 recebem subsídio de desemprego. Entre duas eleições para o Parlamento, o pão de 2.ª subiu 100%, o leite 100%, o azeite 120%, o queijo 160%, a carne de vaca 200% e a pescada congelada 300%. A quarta parte da capacidade produtiva industrial do país está paralisada, e importa-se do estrangeiro mais de metade do que se come.

Ora, é sempre devido ao povo o que se promete ao povo. Os partidos responsáveis — responsáveis pela acção do Parlamento e pela acção dos Governos — prometeram muito, mas não cumpriram nada.

A política económica defendida pelo PCTP/MRPP assenta nos seguintes eixos principais:

— Inventário da força de trabalho nacional e das riquezas e recursos portugueses e elaboração dum plano para a sua utilização racional ao serviço da classe operária e do povo trabalhador e em reforço de independência de Portugal;

— Nacionalização dos monopólios estrangeiros, de IIT à Aminter;

— Nacionalização dos sectores básicos da economia, particularmen-

te na produção e nos transportes, e controlo de todo o sector nacionalizado pelos próprios trabalhadores;

— Expropriação dos latifundiários e grandes agrários, nacionalização dessas terras e sua entrega aos assalariados rurais e camponeses pobres, com expulsão dos povos latifundiários social-fascistas do P.C.P. no Alentejo;

— Combate à inflação, com controlo da contabilidade das empresas pelos trabalhadores, com garantia de preços remuneradores e estáveis para a produção agrícola e com fixação dos preços das mercadorias de consumo popular;

— Semana das 40 horas e melhoria progressiva dos salários reais;

— Eliminação do défice orçamental com redução drástica das despesas com as Forças Armadas, forças de segurança, aparelho do Estado e da administração e o não pagamento de quaisquer indemnizações aos capitalistas justamente expropriados;

— Combate aos crimes da sub-facturação, sobrefacturação, tráfego de divisas, especulação e açambarcamento;

— Redução dos impostos sobre o trabalho e aumento dos impostos sobre os lucros, as grandes fortunas e os consumos sumptuários;

— Ajuda aos pequenos agricultores, industriais e comerciantes e apoio aos médicos e proprietários rurais, comerciantes e industriais patriotas.

No campo do ensino, da educação e da cultura, o programa do PCTP/MRPP para um Governo democrático e popular compreende designadamente:

— A eliminação do analfabetismo;

— Ensino geral e gratuito para os filhos dos trabalhadores em todos os graus e a todos os níveis da instrução;

— Transportes gratuitos para os estudantes;

— Democratização do ensino e sua reestruturação para poder adequar-se e servir a emancipação do povo e a independência do país;

— Definição de uma política nacional de investigação científica e tecnológica e sua aplicação imediata;

— Salvaguarda do património histórico, artístico e cultural do povo português e sua ampla divulgação;

— Apoio à criação artística e cultural e descentralização das actividades de difusão;

— Combate à penetração da ideologia dos imperialistas e social-imperialistas e divulgação da produção artística, literária e cultural democráticas e revolucionárias;

— Laicização do ensino, não per-

mitindo a leccionação de matérias religiosas em nenhum dos estabelecimentos de ensino mantidos ou subsidiados pelo Estado;

— Apoio às actividades pedagógicas, científicas, culturais, recreativas e desportivas das associações de estudantes e das associações ou sindicatos de professores;

— Reconhecimento legal e ajuda às associações democráticas de pais e encarregados de educação.

— No domínio da «saúde», o PCTP/MRPP propõe-se instituir um Serviço Nacional de Saúde geral e gratuito para os trabalhadores e suas famílias; o controlo do Serviço Nacional de Saúde pelos trabalhadores da saúde, pelas organizações de massa democraticamente representativas dos trabalhadores em geral e pelos doentes; aplicar na implantação das estruturas hospitalares e sanitárias requeridas pela realização prática do Serviço Nacional de Saúde até três quartos das verbas que têm sido destinadas às Forças Armadas e de segurança, do mesmo passo que reduzir as verbas das Forças Armadas e de segurança na mesma proporção; definição do estatuto profissional dos trabalhadores médicos e sanitários, com garantia dum salário adequado à sua formação técnica e à sua função social; política de prioridade à profilaxia, des-pistagem e prevenção da doença; investimento adequado para solucionar os problemas fundamentais do saneamento básico do país.

O PCTP/MRPP, que denuncia a desigualdade de tratamento de que é vítima por parte dos órgãos do Estado e dos meios de comunicação social, propugna, para que se possa tornar efectiva uma autêntica liberdade e uma real democracia para o povo, um conjunto de medidas políticas que subsequentemente se resumem:

— Igualdade de oportunidade e de tratamento para todos os partidos políticos;

— Proibição da actividade política dos partidos e organizações fascistas e social-fascistas;

— Completa e total liberdade sindical, incluindo a de constituir sindicatos, sem qualquer ingerência da parte dos órgãos do poder;

— Revogação da Lei das Associações Sindicais e da Lei das Comissões de Trabalhadores;

— Liberdade para a classe operária e para o povo de constituir e eleger os órgãos democráticos indispensáveis à defesa dos seus interesses específicos;

— Liberdade de organização dos soldados e marinheiros e de propaganda política nos quartéis;

— Liberdade e igualdade do acesso de todos os partidos e correntes de opinião aos órgãos da chamada informação social estatizada;

— Completa separação do Estado e da Igreja, o que pressupõe, designadamente, o não reconhecimento legal do casamento religioso, a proibição estrita de as confissões religiosas e os seus agentes se intrometerem enquanto tais na actividade política dos cidadãos e do Estado, proibição de quaisquer subsídios estatais a Igrejas ou organismos religiosos e igualdade de direitos e deveres para todas as confissões religiosas;

— Direito ao aborto

— Salário igual para trabalho igual e apoio à mulher trabalhadora;

— A abolição do exército permanente.

A finalidade política do PCTP/MRPP é a instauração do Socialismo e do Comunismo, a edificação de uma sociedade sem exploradores nem explorados.

## UEDS

(Continuação da página anterior)

talmente a liberdade sindical e a liberdade de auto-organização dos trabalhadores.

12. A aprovação de legislação garantindo e alargando a participação dos trabalhadores, moradores, inquilinos e consumidores, etc. na solução dos problemas que lhes dizem directamente respeito.

13. A revogação da Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária (da responsabilidade da maioria P. S./P. S. D.) e apresentação de uma nova lei que garanta o acesso à terra dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores, a liberdade de organização e o funcionamento democrático das unidades de produção geridas por trabalhadores.

14. A revogação da Lei de Arrendamento Rural (da responsabilidade da maioria P. S. D./D. C.S.) e garantia de uma efectiva protecção ao pequeno agricultor rendeiro.

15. A reposição dos direitos dos compartos à gestão dos baldios tal como o previa o Decreto-Lei 39/76, de 19 de Janeiro.

16. A revisão da política de integração de Portugal no Mercado Comum de modo a garantir-se a independência nacional dos trabalhadores portugueses e da economia nacional.

17. A revogação e substituição das leis que regulamentam o funcionamento das empresas auto-geridas no sentido de assegurar o respeito pelo espírito da Constituição criando-se um quadro jurídico que favoreça o seu desenvolvimento.

18. A definição de uma política de acção cultural virada para o combate ao analfabetismo, para a definição de uma vida cultural quotidiana e desalienada para a ocupação dos tempos livres e o incentivo e apoio às associações e grupos culturais, recreativos e desportivos, e ainda para a vivência criativa e renovadora dos valores histórico-culturais que definem a nossa entidade nacional enquanto povo.

Quanto às tarefas imediatas que a U. E. D. S. considera como objectivos da acção governativa, serão essencialmente:

1. Reestruturação, dinamização e rendibilização dos sectores público e nacionalizado que deverão constituir o «motor» da recuperação económica de acordo com o projecto constitucional.

2. Apoio efectivo às experiências de autogestão e o fomento e incentivo de novas experiências nesse campo.

3. Intensificação dos investimentos nos sectores público, nacionalizado e social tendo em vista o incremento da actividade económica com particular relevo para as indústrias de substituição das importações.

4. Incremento da produção agro-pecuária e florestal através da consolidação e prosseguimento da consolidação e prosseguimento do processo da reforma agrária e do apoio técnico e financeiro às unidades de exploração colectiva

por trabalhadores e aos pequenos agricultores.

5. Apoio técnico e financeiro à reorganização e reapetrechamento do sector das pescas, nomeadamente às cooperativas de pescadores e aos pequenos e médios armadores em ordem à exploração racional da zona económica das 200 milhas.

6. Protecção das águas interiores e sua utilização para a produção piscícola.

7. Reestruturação dos circuitos comerciais e o combate as práticas especulativas e de açambarcamento, nomeadamente através do controlo dos preços e da fiscalização em colaboração com as populações através das autarquias locais e das organizações de base.

8. Contenção dos preços dos bens essenciais cuja definição deverá ser feita em colaboração com as organizações de trabalhadores.

9. Termo da política de desintervenção que tem vindo a entrar em vigor ao patronato muitas empresas cuja sobrevivência se deve ao esforço dos trabalhadores assim como a revisão dos casos em que a vontade dos trabalhadores não tenha sido respeitada.

10. Execução de uma política de austeridade nos consumos, nomeadamente nas importações de bens supérfluos e contribuição para a redução dos défices da balança de pagamentos através de uma política equilibrada de preços e rendimentos que não afecte o sector produtivo nem os bens e serviços essenciais às classes trabalhadoras.

11. Aproveitamento racional dos recursos nacionais num quadro que tenha em conta a necessidade de eliminar progressivamente as disparidades regionais.

12. Salvaguarda da independência nacional no domínio económico designadamente através de uma regulamentação dos investimentos estrangeiros que tenha em atenção esse objectivo.

13. Reforço das relações de colaboração comercial e apoio técnico e económico com os novos países de expressão portuguesa.

14. Manutenção dos níveis de emprego, quer pelo apoio financeiro e económico às empresas em crise, quer pelas reconversões sectoriais, quer ainda pela utilização intensiva dos equipamentos existentes.

15. Defesa do poder de compra dos trabalhadores através de uma política de aumentos salariais que procurem acompanhar os aumentos do custo de vida complementada por uma política de contrapartidas de carácter social (saúde, habitação, transportes, etc.).

16. Combate ao desemprego através da concretização de projectos de equipamento social compensadores das restrições aos aumentos salariais.

17. Reforma imediata da administração pública.

18. Reestruturação dos grandes meios de cultura e informa-

(Continua na página seguinte)

### NOVIDADES NA TRANSMISSÃO DOS RESULTADOS ELEITORAIS

A sala de imprensa que o Ministério da Comunicação Social montou, mais uma vez, na Fundação Gulbenkian, com vista aos próximos actos eleitorais, apresenta, desta vez, e em relação a 1976, uma novidade: dois terminais de «vídeo» que transmitirão os resultados totais nacionais e distritais.

Numa visita às instalações de que vão dispor, ali, os jornalistas foram informados de que terão, também, de 30 em 30 minutos, um mapa de totais nacionais, distribuído por telex. Por outro lado, foram experimentados já os equipamentos a utilizar na transmissão dos resultados dos distritos do Centro. Instituto Nacional de Estatística, Regimento de Transmissões e Fundação Gulbenkian estiveram, para isso, em contacto com o Centro de Informática do Ministério da Justiça, onde funciona o centro de escrutínio. Realizar-se-ão mais dois ensaios semelhantes.



# ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES

# ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES



As eleições do dia 2 de Dezembro assumem uma importância decisiva. As principais forças da direita apresentam-se coligadas com vista a, em função de uma vitória eleitoral, formarem governo e intensificarem os seus ataques contra os trabalhadores.

A candidatura do PSR é uma candidatura de lutas; as nossas listas integram operários e trabalhadores que se têm distinguido nas mais recentes lutas (como a dos sapateiros, por exemplo), sendo cerca de 40% do sexo feminino, todas elas comprometidas no combate pela imposição dos direitos das mulheres.

Os eixos centrais do nosso programa são:

«Por uma maioria de esquerda na Assembleia da República; derrotar a «Aliança Democrática», os governos de Eanes e a sua política».

É cada vez mais claro o objectivo do PSD/CDS/PPM: trata-se de redobrar os ataques ao nível de vida e de emprego dos trabalhadores, de destruir, por exemplo a Reforma Agrária, de aniquilar todas as conquistas do pós-25 de Abril. Nessa via, têm actuado, aliás, os governos do general Eanes, incluindo o actual governo Pintasilgo.

A política do presidente Eanes e dos seus governos tem sido uma política de ataque aos trabalhadores: tanto Mota Pinto como Lurdes Pintasilgo aumentaram os preços dos géneros de primeira necessidade, reprimiram os trabalhadores alentejanos e permitiram ou impulsionaram mesmo os despedimentos. Esta acção prepara o terreno para uma vitória eleitoral da direita e as questões em jogo são tenticamente democráticas, pode ser feita hoje em Portugal que «Aliança Democrática» e Eanes dizem respeito à «forma» do ataque ao movimento operário, que os partidos de direita exigem seja mais brutal e profundo do que tem sido até agora; Eanes não tem tido a força suficiente para derrotar os trabalhadores, como pretendia, e os confrontos que a «Aliança Democrática» exige têm vindo a ser adiados até estas eleições.

Derrotar o PSD/CDS/PPM, colocando-os em minoria na Assembleia da República e eleger uma nova maioria de esquerda é um objectivo fundamental para todos os trabalhadores.

As anteriores eleições legislativas, em 1976, colocaram o PS e o PCP em maioria no Parlamento. Mas, ao contrário do que os trabalhadores exigiam, o PS preferiu governar em nome da direita e chegou mesmo a coligar-se com o CDS; o PCP, por seu turno, não se opôs eficazmente aos governos antioperários (chegou mesmo a deixar passar o governo burguês de Nobre da Costa) e submeteu-se, por completo, a Eanes.

Assim, apesar de existir uma maioria de esquerda numérica na Assembleia da República, essa maioria não se concretizou em termos políticos. O PSR luta para que a maioria de esquerda numérica correspondia uma maioria política. Se estivermos representados na Assembleia da República batalharemos intransigentemente por um acordo entre o PS e o PCP para que formem um governo independente da burguesia e de Eanes, um governo que dê satisfação às reivindicações dos trabalhadores portugueses.

O PSR antes e durante a campanha eleitoral defendeu e defende a unidade de esquerda. Por isso propusemos e mantemos a proposta de um compromisso público das candidaturas de esquerda, pelo qual PS e PCP e demais partidos de esquerda concorrentes às eleições, afirmem a sua disposição em defender os trabalha-

dores e em apoiar a constituição de um governo sem patrões.

Apesar das atitudes negativas da direcção do PS e do PCP, o PSR batalhará insistentemente pela unidade de esquerda e por um compromisso público das candidaturas e dos deputados do PS e do PCP. O nosso partido dispõe-se mesmo a lançar o abaixo assinado e a realizar iniciativas várias com esta perspectiva.

O PSR opõe-se à política de austeridade que os sucessivos governos têm aplicado. Austeridade quer dizer aumento constante do custo de vida, aumento desenfreado do desemprego e a quebra acentuada do valor real dos salários.

Evidentemente que esta política — a política do FMI e dos patrões portugueses — não serve os trabalhadores.

Opondo-se à demagogia propagada pela direita e por todos os governos de que «Não há dinheiro», o PSR afirma que «o dinheiro existe, está é mal distribuído!» Não se paguem as indemnizações aos capitalistas, não se gastem as somas vultuosíssimas com a GNR e a PSP, com as comemorações e as manobras militares e logo se verá que esse dinheiro pode ser utilizado com fins socialmente úteis.

Contra a austeridade que pretende fazer pagar aos trabalhadores a crise de que só os capitalistas podem ser acusados, o PSR defende:

— Aumento imediato de 7 500 escudos para todos os trabalhadores.

— Inclusão nos CCT's de uma cláusula que imponha o aumento imediato dos salários, na proporção do aumento do custo de vida, calculado pelas organizações sindicais;

— salário mínimo nacional de 10 000\$00 para todos os trabalhadores;

— semana de trabalho de 40 horas;

— por um Plano Nacional de Obras Públicas para absorver o desemprego e criar novos postos de trabalho;

— por um Serviço Nacional de Saúde eficiente e gratuito;

— pelo direito ao ensino, contra a selecção.

«Pela unidade de acção entre a CGTP e a UGT».

Independentemente do partido ou da tendência sindical em que se reconheçam os trabalhadores têm os mesmos problemas: sofrem, da mesma forma, o aumento do custo de vida e a magreza dos salários; os patrões, quando fazem despedimentos, não perguntam, primeiro, de que partido ou tendência são os despedidos... Daí que a unidade sindical seja absolutamente necessária para responder aos ataques do governo e dos patrões.

Até hoje, a CGTP e a UGT têm preferido os ataques mútuos, o insulto e a calúnia. Aceitam negociar com o patronato, mas recusam-se a discutir entre si a unidade de acção. O PSR considera que, hoje, é uma realidade a divisão do movimento sindical; a responsabilidade tal facto é tanto da UGT que tomou a iniciativa de construir sindicatos paralelos, como da direcção da CGTP que impede a expressão das minorias no seu interior e não reconhece o direito de tendência.

Mas, apesar da divisão existente no movimento sindical, a unidade de acção é possível e necessária! O sectarismo revelado pelas direcções da CGTP e da UGT «facilita» a ofensiva patronal. A unidade de acção entre as várias correntes sindicais é condição para responder com eficácia aos governos antipopulares e para pôr na ordem do dia a unificação sindical, com garantia da liberdade de expressão para todas as tendências, numa mesma central sindical organizada democraticamente.

«Pelo aborto e contracepção livres e gratuitos, a pedido da mulher».

Portugal é dos poucos países da Europa onde o aborto é proibido. Alguma mulher que aborte está sujeita a prisão de 2 a 8 anos. Entretanto, vão proliferando as «curiosas» que fazem abortos clandestinamente, em condições de higiene e de segurança absolutamente precárias. Num país em que não é permitida, a prática clandestina do aborto é negócio para muita gente...

O PSR, através das suas militantes, tem-se empenhado profundamente pelos direitos das mulheres. Entre esses direitos destaca-se a despenalização do aborto e a gratuidade dos contraceptivos, permitindo a cada mulher decidir sobre os filhos que quer ter. Em 1976, a LCI, uma das organizações que juntamente com o PRT originaram o PSR, foi o primeiro partido a defender a legalização do aborto; hoje, outras vezes se nos juntam. Esse é um facto que saudamos e a partir do qual nos dispomos a, em conjunto com todas as forças que já fazem sua essa reivindicação, continuarmos a trabalhar para que, nomeadamente o PS e o PCP se comprometam a aprovar uma lei pela legalidade do aborto na próxima Assembleia da República, não capitulando às pressões da Igreja e da direita.

Mas os direitos das mulheres não dizem somente à questão do aborto. Por isso defendemos a total igualdade das mulheres, a nível económico, jurídico e social, o que passa pela efectiva aplicação do princípio a «trabalho igual salário igual», pela garantia do emprego e pela socialização das tarefas domésticas, criação de uma rede de lavandarias, creches e cantinas populares a preços acessíveis.

O PSR é, de facto, um partido pequeno. O PSR não possui nenhum dos grandes diários ou semanários nacionais. Há terras em Portugal onde provavelmente nunca se ouviu falar de nós. Somos um partido pequeno. É verdade.

Mas um partido pequeno que defendeu sempre os interesses dos trabalhadores, sem nunca hesitar.

Nas grandes lutas dos trabalhadores, o PSR esteve presente. Lutámos e lutámos pela unidade de esquerda; lutámos e lutámos contra o aumento do custo de vida e contra o desemprego; lutámos e lutámos pelo direito ao aborto.

Os grandes partidos não podem tirar esse balanço. Calaram-se, muitas vezes, deram o dito por não dito...

Não há dúvida que o PSR é um partido pequeno. Mas também não há dúvida que é um partido que defende e continuará a defender sempre os interesses dos trabalhadores.

## UEDS

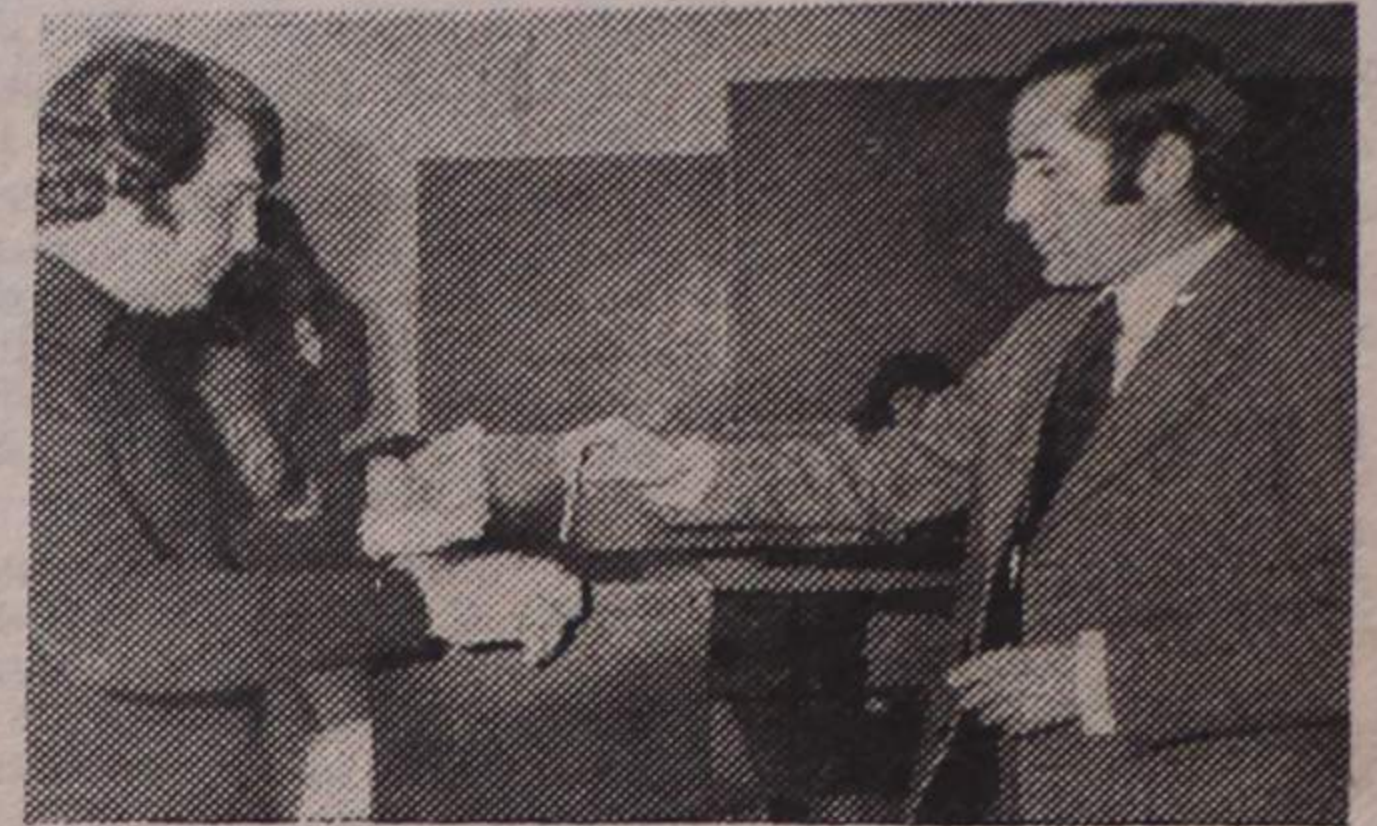
(Continuação da página anterior)

ção de modo a colocá-los ao serviço do projecto constitucional.

19. Luta pela democratização do ensino, que passa em primeiro lugar pela eliminação do analfabetismo e exige a reestruturação do sistema educativo com a participação das entidades representativas dos professores e dos estudantes.

20. Extensão e reestruturação dos esquemas de Previdência e da real participação dos beneficiários na sua gestão.

21. Descentralização efectiva do poder económico e político nomeadamente ao nível das regiões e autarquias locais.



O Presidente Eanes no cumprimento do dever

## A CAMPANHA NO «UNIDADE»

Do artigo de António Galhordas — «APU — uma dinâmica unitária» — publicado no «Unidade», jornal do MDP/CDE.

«A constituição da APU para as próximas eleições, intercalares constitui um acto de grande realismo político» — pode ler-se no artigo de António Galhordas, publicado no «Unidade», sobre a «movimentação popular» que a APU constitui.

Insurgindo-se contra o «ensaio fascizante de Mota Pinto», bem como contra a aberração política que foi a aliança do Partido Socialista com o CDS, o articulista afirma mais adiante:

«É neste quadro que surge uma nova fase na evolução do progresso político. Consiste no agrupamento de forças políticas que correspondam mais claramente às fronteiras das próprias alianças sociais, quer no seio das forças reacionárias que fazem

apelo ao sentimento conservador de certos sectores, quer no seio das forças democráticas consequentes que procuram justamente criar uma dinâmica unitária que aglutine em defesa da Liberdade e da Democracia, todas as forças democráticas capazes de a sustentar».

Afirmando que a APU «terá apanhado de surpresa muitas, senão a grande maioria dos sectores da vida política portuguesa», o articulista conclui:

«Será (a APU) uma potente campanha de massas vivida através do sentimento popular e democrático de grandes camadas sociais que reflectindo o espírito do 25 de Abril contribuirão decisivamente para consolidar a Democracia, manter minoritárias e derrotadas as forças reacionárias e abrir para o Povo português o promissor caminho da Liberdade, da Paz e do Socialismo».

## A CAMPANHA NO «AVANTE»

Do editorial inserto no «Avante», de 15-11-79, sob a epígrafe «Poderosos Testemunhos da Influência Política do PCP»: «Somos um todo nacional num espaço territorial continental e insular mas apesar disso indissolúvel e uno. Estes factores de coesão não anulam, contudo, a realidade social e política portuguesa marcada por alguns profundos antagonismos e por diametrais diferenças de opinião.

Depois de se referir à evidência da natureza das forças em presença que se apresentaram ao país nos primeiros dias de campanha eleitoral, o articulista salienta: «...a clareza não é positivamente uma qualidade das forças da AD e do próprio PS que é uma força democrática. Os principais inimigos e o principal adversário da APU nas eleições de Dezembro procuram marcar sob um palavrão falso, de mentira, diversão e calúnia, objectivos reais e acções cujo carácter nada tem a ver com o comportamento democrático, com o chamado «jogo democrático».

Em alusão directa ao Partido Socialista e a Mário Soares, o editorialista do «Avante» caracterizaria a campanha eleitoral aberta pelo PS «como o equilibrista no arame, fazendo demagogia à esquerda e concessões reais à direita, deformando a História, entreabrindo verdades comprometedoras». Finalmente, destacando alguns problemas sociais agudos que coincidem com a campanha eleitoral, como o custo de vida, desemprego, revisão salarial e questões laborais, o articulista defende: «votar contra a exploração capitalista, contra o desemprego, contra a resistência e repressão patronais, contra as obstruções a nível do governo é votar APU».

## O COMÍCIO DA PISCINA

«Se a AD ganhar, o problema do emprego fica automaticamente resolvido, pois os empreendedores perderão o medo e investirão o dinheiro que está a criar bolor nos bancos» — disse José Luís Cristo, candidato por Aveiro, no comício de terça-feira, dia 13, na Piscina Municipal.

A realização destas eleições intercalares — segundo o professor Cristo — deve-se ao PS «que foi Governo, tendo apenas maioria relativa». Por isso, «a AD é a alternativa devido à falta de um partido maioritário para formar um Governo estável».

E acrescentou: «Não houve cedença de nenhum dos partidos da AD. Houve, sim, uma conjugação de esforços para possibilitar uma opção entre a sociedade democrática ou ditatorial e entre a economia colectivista ou a liberal».

Falaram, também, Strech Teixeira, José Carvalho da Fonseca, Adão e Silva e Fernando Rodrigues, pelas diversas sensibilidades.

Strech Teixeira, primeiro candidato à Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, recordou a figura do «inegável democrata da Vila da Feira, Alcides Strech Ribeiro».

A comunicação do candidato à presidência da Câmara de Espinho, José Fonseca, centrou-se na necessidade de alteração dos caminhos da sociedade portuguesa: «A AD significa mudança. Votar na AD é um dever» porque — precisou — «a AD sabe o que quer e pode fazer o que propõe».

O independente reformador Adão e Silva, candidato por Aveiro, reclamou «justiça verdadeira para o povo português».

Por fim, Fernando Rodrigues, actual presidente da Câmara de Ovar e candidato pelo círculo aveirense, para além de, à semelhança doutros intervenientes, se haver debruçado sobre aspectos da proposta AD ao eleitorado, explicou que «a AD foi feita para conciliar o povo deste País».



## COMÍCIO EM AVEIRO

Da Comissão Coordenadora Distrital de Aveiro da Aliança Democrática, com o pedido de publicação recebemos a seguinte informação:

Com a presença dos seus três líderes, Francisco Sá Carneiro, Diogo Freitas do Amaral e Gonçalo Ribeiro Teles, realizou-se na noite do passado dia 15, no Pavilhão da Feira de Março, em Aveiro, um comício da ALIANÇA DEMOCRÁTICA.

As três figuras políticas que, vindas de Braga haviam entrado no distrito de Aveiro por Espinho onde chegaram cerca das 11 horas, percorreram em caravana oito concelhos nomeadamente os de Vila da Feira, S. João da Madeira, Oliveira do Azemeis, Vale de Cambra, Sever do Vouga, Albergaria-a-Velha e Águeda, onde contactaram com elementos das populações locais.

Em Aveiro, com cerca de uma hora de atraso devido à mais demorada permanência em Sever do Vouga e Águeda onde a recepção por parte das populações locais foi particularmente entusiástica, teve lugar o comício a nível distrital com a presença dos candidatos da ALIANÇA DEMOCRÁTICA.

CRÁTICA por Aveiro às eleições para a Assembleia da República.

Mau grado a noite fria e chuvosa, o público compareceu em bom número acompanhando e aplaudindo entusiasticamente as diversas intervenções dos candidatos e líderes da ALIANÇA DEMOCRÁTICA.

A abrir a sessão usaram da palavra os candidatos: Pontes de Gouveia (PPM), Rui Pena (CDS) e Ângelo Correia (PSD), seguindo-se-lhes as intervenções dos três líderes.

Destes, a abrir, Gonçalo Ribeiro Teles referir-se-ia, em particular, aos problemas de âmbito distrital nomeadamente os relacionados com a protecção e defesa da costa marítima e aproveitamento das potencialidades da bacia hidrográfica do rio Vouga.

A terminar, Ribeiro Teles, afirmou: «Portugal é um país rico e cheio de gente nova para trabalhar. O pior é que não tem toda a gente para o governar».

Coube então a vez, no uso da palavra, ao líder do CDS, Freitas do Amaral que, verberando a desastrosa actuação dos governos da maioria de esquerda, chamou a atenção para a imperiosa necessidade de reformas de fundo em

todos os sectores da actividade nacional, com particular acuidade nos assuntos de política económica. E diria: «Precisamos de um novo governo, precisamos de uma nova política económica que mobilize as novas forças portuguesas».

A terminar, referindo-se às relações de Portugal com o Mundo, diria: «Queremos que exista uma só política externa e não uma política externa feita pelo Primeiro-Ministro, outra feita pelo Melo Antunes e outra ainda pelo Conselho da Revolução».

E mais adiante: «Portugal é um país da Europa, mas da Europa ocidental e não do Leste».

Por fim, usou da palavra o líder do PSD, Francisco Sá Carneiro que, constantemente interrompido por vivas e aplausos acompanhados do slogan «PORTUGAL VAI VOTAR, A ALIANÇA VAI GANHAR» afirmou a determinado passo: «Os portugueses terão de optar por manter o mesmo rumo da degradação do país ou por iniciar um novo rumo com a ALIANÇA DEMOCRÁTICA». E mais adiante afirmaria que «é fundamental para a segurança das instituições democráticas e para uma verdadeira democracia, acabar com o Conselho da Revolução e fazer-se a revisão da actual Constituição».

A finalizar a sua intervenção, Sá Carneiro, chamou a atenção de todos os presentes para a importância do voto consciente, única possibilidade de garantir bem-estar e segurança aos portugueses.

## A CAMPANHA NO «POVO LIVRE»

Do artigo de António Maria Pereira — «O fim das ambiguidades» — no «Povo Livre».

«A política externa portuguesa tem vivido, desde o 25 de Abril, ao sabor das contradições da política interna».

Apontando para o terceiro-mundismo durante os Governos Provisórios, abriu-se para a Europa no I Governo Constitucional para voltar, a partir dos Governos de confiança presidencial — e sobretudo do Governo Pintasilgo — a enveredar novamente, e em força, para o terceiro-mundismo».

Mais adiante, caracterizando as «ambiguidades da nossa política externa, o articulista afirma:

«Ao falar com a Europa, afirmávamos - nos incondicionalmente europeus e atlânticos — enquanto,

à sorrelfa, Conselheiros da Revolução eram despachados para Luanda e Maputo, com a missão de sossegar o Terceiro Mundo, afirmando que as nossas simpatias estavam, na realidade, com os não-alinhados...».

Numa alusão à acção diplomática desenvolvida pelo Presidente da República, o articulista comenta: «O Presidente da República não tem competência para fazer política externa, a não ser relativamente a três ordens de actos, rigorosamente delimitados no art. 138 da Constituição: a nomeação de Embaixadores, a ratificação de tratados internacionais e a declaração de guerra».

E em conclusão afirma: «Todas as ambiguidades desaparecerão quando a Aliança Democrática for Governo».

## COMÍCIO DO LARGO DE S. PEDRO

Em comício realizado no passado dia 10 no Largo de S. Pedro, em Espinho, a APU culpou, pela boca de Vital Moreira, do PCP, o PS de, «conjuntamente e em aliança com a direita reacçãoária, ter agravado as condições de vida dos portugueses, ter aprovado na Assembleia da República a contra-revolução legislativa, entre elas a «lei Barreto».

Disse ainda: «Votar PS, sem saber o que este vai fazer ao voto dos trabalhadores, é um risco. Dar um voto de esquerda ao PS para este se juntar à direita como o fez no passado recente é não ter a certeza de contribuir para a transformação de uma maioria numérica democrática, numa maioria política democrática».

Falaram também Jaime Serra (PC) e Helena Cidade Moura (MDP). O primeiro falou do engrandecimento da APU.

«O MDP tem-se preocupado muito mais com a organização das populações do que com a sua organização partidária» — disse por seu turno Helena Moura.

E acrescentou, referindo-se ao PS: «Que fizeram os homens do PS dos votos de esquerda que receberam? E que aconteceu?»

A APU é a certeza da vitória democrática. Os votos que nos forem confiados não serão traídos» — concluiu.

No final do comício actuaram os grupos musicais «Unidade» e «Brigada Vítor Jara».

# ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES

### SUPERMERCADO DO LAR

RUA 62 N.º 227 A 231 — TEL. 922986 — ESPINHO  
OFERECE A PREÇOS AINDA MAIS BAIXOS

Alcatifa em caraculo de 1.º, 220\$00 m2 \* Papéis de parede laváveis, 100\$00 Rolo \* Pavimentos plásticos importados para cozinha, salas, Q. B., etc., 200\$00 m2.  
COZINHAS POR ELEMENTOS: «SÓNIA», CARPETES, MAPLES, CANDEIROS, TAPETES, COLCHÕES, MÓVEIS  
É TUDO PARA O SEU LAR

### Dr. Jaime Magalhães

MÉDICO ESPECIALISTA

Ouvidos, nariz e garganta.  
Consultas c/ hora marcada às 4.ª e 6.ª feiras a partir das 16 horas.

Rua 19 n.º 364 — 1.º — Esq.  
Telefone 921218

### RESTAURANTE ONDA SNACK-BAR

ABERTO ATÉ ÀS 4 HORAS DA MANHÃ  
— JUNTO AO CASINO — TELEF. 922526  
DE 1 DE OUTUBRO A 30 DE ABRIL  
ENCERRA ÀS SEGUNDAS-FEIRAS PARA  
DESCANSO DE PESSOAL



## COTESI — COMPANHIA DE TÊXTEIS SINTÉTICOS, S. A. R. L.

GRIJÓ — VILA NOVA DE GAIA

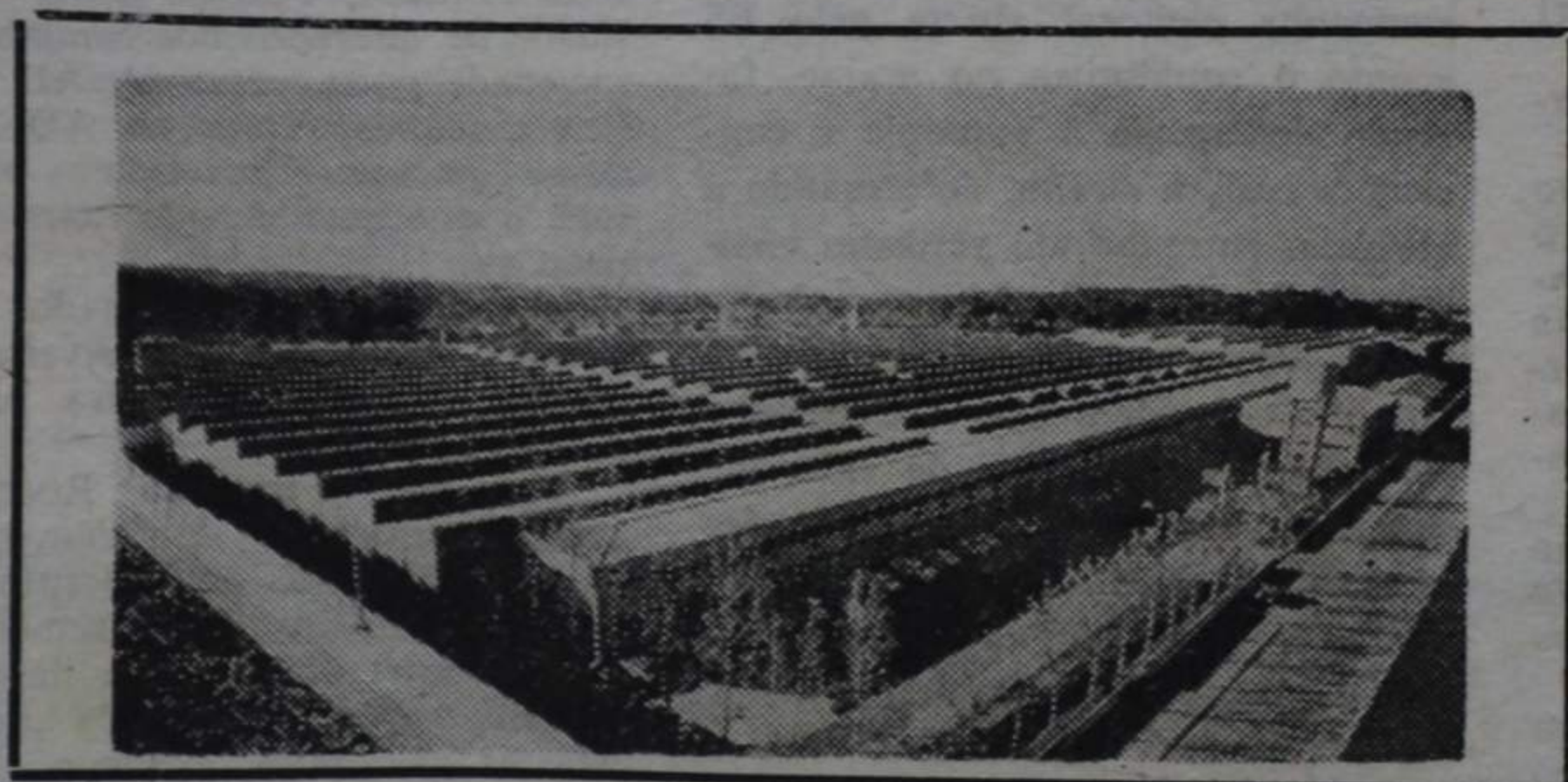
4415 - CARVALHOS

Telefone 9644351 \* Telex 22572 COTESI P  
22677 CORFI P

Telegramas COTESI \* Apartado 3

FABRICANTE DE:

CORDOARIAS SINTÉTICAS, REDES DE PESCA  
E DESPORTO, SACOS DE RÁFIA E TECIDOS  
DE RÁFIA



- Fundada em 1967, sendo hoje a maior Empresa nacional é uma das maiores da Europa dos seus ramos de actividade
- Um dos casos mais extraordinários de rápida expansão industrial no nosso País
- A primeira Empresa nacional a fabricar sacos e telas de ráfia sintética e também fios agrícolas sintéticos
- Virada para a exportação, coloca 99 % da sua produção nos mercados externos
- Classificada em lugar de relevo no Livro de Ouro «Os 100 MAIS DA EXPORTAÇÃO PORTUGUESA»
- A excelente qualidade dos seus produtos, foi já reconhecida internacionalmente pela atribuição de diversos prémios

★ GALARDOADA COM O TROFÉU INTERNACIONAL DE QUALIDADE  
EM 1976, 1977 E 1978

# ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES - ELEIÇÕES

## COMO VOTAR ... POIS, NÃO TE DEIXES ENGANAR, ZÉ!

No dia de cada eleição — 2 e 16 de Dezembro, deverá dirigir-se à sua assembleia ou secção de voto entre as 8 e as 19 horas e levar o bilhete de identidade. Caso tenha extraviado o cartão de eleitor, deve dirigir-se à Junta de Freguesia, que para o efeito se encontra aberta nesse dia, e obter informação sobre o seu número de inscrição, para o poder indicar no acto da votação.

Caso não possua bilhete de identidade deve levar qualquer outro documento com fotografia actualizada e que seja geralmente utilizado para identificação ex.: passaporte, carta de condução, etc.

Se não possuir qualquer destes documentos, a sua identidade poderá ser atestada por dois cidadãos eleitores ou ainda ser reconhecida unanimemente pelos membros da mesa.

Após a identificação e a indicação do seu número de eleitor ser-lhe-á entregue pelo presidente da mesa um boletim de voto. Dirija-se à Câmara de Voto, assinale com uma cruz no quadrado respectivo a lista em que vota, dobre o boletim em quatro e entregue-o ao presidente para que o introduza na urna. Se, por qualquer motivo se enganar entregue ao presidente o boletim deteriorado e receberá um novo boletim.

Note, no entanto, que na eleição das autarquias locais em 16 de Dezembro depois de se identificar re-

ceberá do presidente da mesa não um boletim, mas três, visto que são três órgãos que vai eleger: Assembleia de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal.

A cada órgão corresponde um boletim de voto de cor e símbolos diferentes.

Qualquer pessoa afectada de doença ou deficiência física que não possa praticar os actos necessários à votação pode ir acompanhada de um cidadão eleitor por si escolhido que deve garantir a fidelidade de expressão do voto e que fica obrigado a segredo absoluto.

Deve tomar especial atenção ao modo como assinala o quadrado da lista em que vota.

Lembre-se que, dentro da Assembleia de Voto e fora dela, até à distância de 500 m. não pode revelar em que lista vai votar ou já votou.

### ELEIÇÕES A CORES?

Segundo informação que nos chegou, embora não confirmada, a R.T.P. prepara-se para transmitir a cores no dia das próximas eleições.

Pelo menos, aos partidos políticos e coligações concorrentes às eleições intercalares a televisão pediu cópias coloridas dos seus símbolos.

— Sabes o que é que aquilo me parece? Uma feira pojada de propagandistas onde cada um procura arrebatar a multidão com palavreado barato, mas cheio de intenção, promessas impossíveis à mistura...

— Não sei lá muito bem a que é que te estás referindo mas concordo que o propagandista é capaz de prometer este mundo mais aquele só para levar a água ao seu moinho. Ele é capaz de afirmar que uma inofensiva pomada é a cura milagrosa para todos os males quando bem sabe que nem para amolecer um calo serve...

— É de outra coisa que me refiro. É dessa palhaçada fornecida por um sem número de candidatos às próximas eleições... Onde se promete, se insulta, se protesta, se ameaça, se mente despudicamente e se ofende de forma mais grosseira a inteligência e a memória do povo deste país... É preciso ter lata para nos julgarem todos estúpidos e desmemoriados!

— Mas...

— Não é verdade dizerem que amam muito este país, a sua liberdade e independência, o bem estar de toda a gente mas tudo têm de forma inversa negando a sua intenção ou incompetência só com o fim de confundirem o Zé votante? Tivessem eles vergonha!...

— Amigo Zé, tu tens razão! Abre os olhos e não te deixes enganar! Ser enganado mais que uma vez só se deixa quem quer e gosta!

— Dizem que defendem as liberdades e não mais quê... mas eu vejo-me cada vez mais espoliado de poder aspirar a viver condignamente! Falam também em trabalho mas o que eles querem é viver, à grande e à francesa, sem nada fazerem porque trabalhar... que o façam os outros! Afirmam-se todos — coitados! — muito católicos... Para quê? Para confundir, não é? É possível um Marxista ser católico? Claro que não...

— Eles dizem que sim...

— Pois dizem! Mas repara que o art.º 122 do Código Penal da URSS diz: «O ensino da doutrina religiosa às crianças e aos menores nos Institutos públicos ou particulares e nas escolas, e a violação das disposições ditas para este fim merecerão trabalhos forçados até um ano». E um Decreto de 8 de Abril de 1929, desse mesmo país, dizia: «O ensino das crenças religiosas, sejam quais forem, não é permitido em nenhuma escola ou instituto de educação».

— Mas amigo Zé, não achas que isso...

— ... Espera que ainda não acabei! Repara que, por exemplo, o dr. Cunhal, no seu livro «Rumo à Vitória» define os comunistas portugueses ao afirmar: «Nós, comunistas, somos marxistas-leninistas, somos ateus. «O Jornal Pravda» de 19 de Outubro de 1972 não dizia: «É preciso não esquecer que todos os comunistas se devem converter em ateus militantes?». E quem foi que escreveu: «Deus é o inimigo pessoal da sociedade comunista; devemos, pois, combater a religião?».

— Pois olha, amigo Zé, se sabes o que queres não te deixes enganar e diz, alto e a bom som, BASTA!

— Lá isso é verdade! Mas deixa-me dizer-te ainda o que sobre a religião disse Engels; e o texto ori-

ginal da constituição da R. P. Chinesa, de 1954.

«É preciso saber combater a religião. Deve-se explicar a origem da fé e da religião das massas no sentido materialista» Engels.

19.º — Há que usar da dialéctica marxista e introduzir germes de contradição no interior da igreja, das associações, dos conventos, pondo assim em movimento um processo destinado a provocar a decomposição e a auto-destruição da religião».

41.º — Há que fazer esforços sistemáticos no sentido de criar uma tensão interior capaz de provocar a desunião em todos os níveis: Introduzir por toda a parte elementos marxistas ou conquistar para o marxismo alguns elementos das próprias igrejas que terão depois por tarefa fazer evoluir a situação interna».

38.º — Há que atribuir a certos elementos escolhidos das diferentes

religiões a função de levar os grupos religiosos a adaptar-se ao sistema marxista e aceitar a sua feição filosófica materialista e, para isso, guiá-los num trabalho intenso de doutrinação e auto-crítica».

— Falam, também, p'raí à boca cheia em patriotismo... mas alguém disse: «A nossa moralidade está inteiramente subordinada aos interesses da luta de classes. Para isso há que estar pronto a usar todos os estratagemas, a astúcia, os métodos ilegais, e decidido, a calar e esconder a verdade». Não é um insulto à memória dos nossos antepassados? Diz lá se não é... Que cada um tenha lá as suas ideias, é uma coisa, mas mentir, enganar, abusar da simplicidade da gente é que não está certo...

LUSITANUS

## VOTE MAS, VOTE COM CONSCIÊNCIA!

Num destes últimos dias, diziam dois amigos estarem convencidos que, se outros interesses mais altos se não levantassem, as próximas eleições seriam a estocada final nas forças de indole Marxista. Que, para que isso fosse um facto, bastaria que o voto fosse obrigatório e que a grande massa dos nossos imigrantes pudesse usar o direito de votar.

Não sei se você, que me lê, tem a mesma opinião ou, se pelo contrário, acha isto utópico. Seja como for, o importante é que você se não esqueça que é já no próximo domingo que vai ser chamado às urnas para votar, fazendo uso dum direito que lhe assiste, na continuidade ou na mudança. É um facto que terá que decidir entre estas duas hipóteses que são tantas quantas se lhe aprezentam. A continuidade significa a não modificação no actual estado de coisas da nossa sociedade, enquanto que a mudança algo de novo nos poderá trazer. Quem é que não aspira mudar para melhor?

Vote pensando menos em si que no futuro dos meninos de hoje — aqueles que serão os homens de amanhã.

Pergunte a si mesmo — meta a mão na consciência — se é digno de ser português e descendente de Viriato ou de D. Afonso Henriques.

Pergunte, e responda, se quer que ensinem aos seus filhos a História da gente Lusitana e dos nossos heróis ou se, em vez disso, prefere que lhes ensinem a proliferação da droga e da prostituição, dos covardes e dos medrosos, que Miguel de Vasconcelos foi o maior herói da nossa História e que Camões era um analfabeto, um traidor...

Pense naquilo que pensarão de si, os meninos de hoje, se quando homens tiverem que perguntar a homens idosos que homens eramos nós, que geração foi esta.

É por isso que você deve votar, tem que votar!

Você vai escolher?! Escolha bem no presente, pensando no futuro.

Não se deixe influenciar por palavras balofas ou por demagogos sem escrúpulos, aos quais apenas lhes interessa a defesa dos seus próprios interesses sectoriais. Isso, para eles, é que é o povo...

Se o voto é a arma do povo, você é esse mesmo povo... Já sabe, antes de meter o pé na argola, meta a mão na consciência. Vote por quem ela lhe ditar!

Se ama a liberdade perca o medo e vote por Portugal ou os vindouros jamais lhe perdoarão ter traído quem devia amar...

LUSITANUS

## SABE ONDE VAI VOTAR?

|                 |  |     |    |               |
|-----------------|--|-----|----|---------------|
| 1.ª SECCÃO VOTO | Câmara Municipal                               | ... | de | 1 A 810       |
| 2.ª »           | Câmara Municipal                               | ... | »  | 811 A 1.624   |
| 3.ª »           | Escola Primária n.º 1-Rua 19                   | ... | »  | 1.625 A 2.438 |
| 4.ª »           | Escola Primária n.º 1-Rua 19                   | ... | »  | 2.439 A 3.252 |
| 5.ª »           | Palacete Pena — Rua 19                         | ... | »  | 3.253 A 4.068 |
| 6.ª »           | Palacete Pena — Rua 19                         | ... | »  | 4.069 A 4.881 |
| 7.ª »           | Ciclo Preparatório — Rua 30 (ângulo da Rua 21) | ... | »  | 4.882 A 5.695 |
| 8.ª »           | Ciclo Preparatório — Rua 30 (ângulo da Rua 21) | ... | »  | 5.696 A 6.509 |
| 9.ª »           | Escola Primária da Tourada — Rua 22            | ... | »  | 6.510 A 7.322 |
| 10.ª »          | Escola Primária da Tourada — Rua 22            | ... | »  | 7.323 A 8.136 |
| 11.ª »          | Escola Primária n.º 2-Rua 23                   | ... | »  | 8.137 A 8.950 |
| 12.ª »          | Escola Primária n.º 2-Rua 23                   | ... | »  | 8.951 A 9.797 |

## A distribuição dos deputados

| Círculos eleitorais | Deputados |
|---------------------|-----------|
| Lisboa              | 56        |
| Porto               | 38        |
| Setúbal             | 17        |
| Braga               | 15        |
| Aveiro              | 15        |
| Santarém            | 12        |
| Coimbra             | 12        |
| Leiria              | 11        |
| Viseu               | 10        |
| Faro                | 9         |
| Castelo Branco      | 6         |
| Viana do Castelo    | 6         |
| Vila Real           | 6         |
| Açores              | 5         |
| Guarda              | 5         |
| Madeira             | 5         |
| Beja                | 5         |
| Évora               | 5         |
| Bragança            | 4         |
| Portalegre          | 4         |
| Europa              | 2         |
| Fora da Europa      | 2         |

## médicos

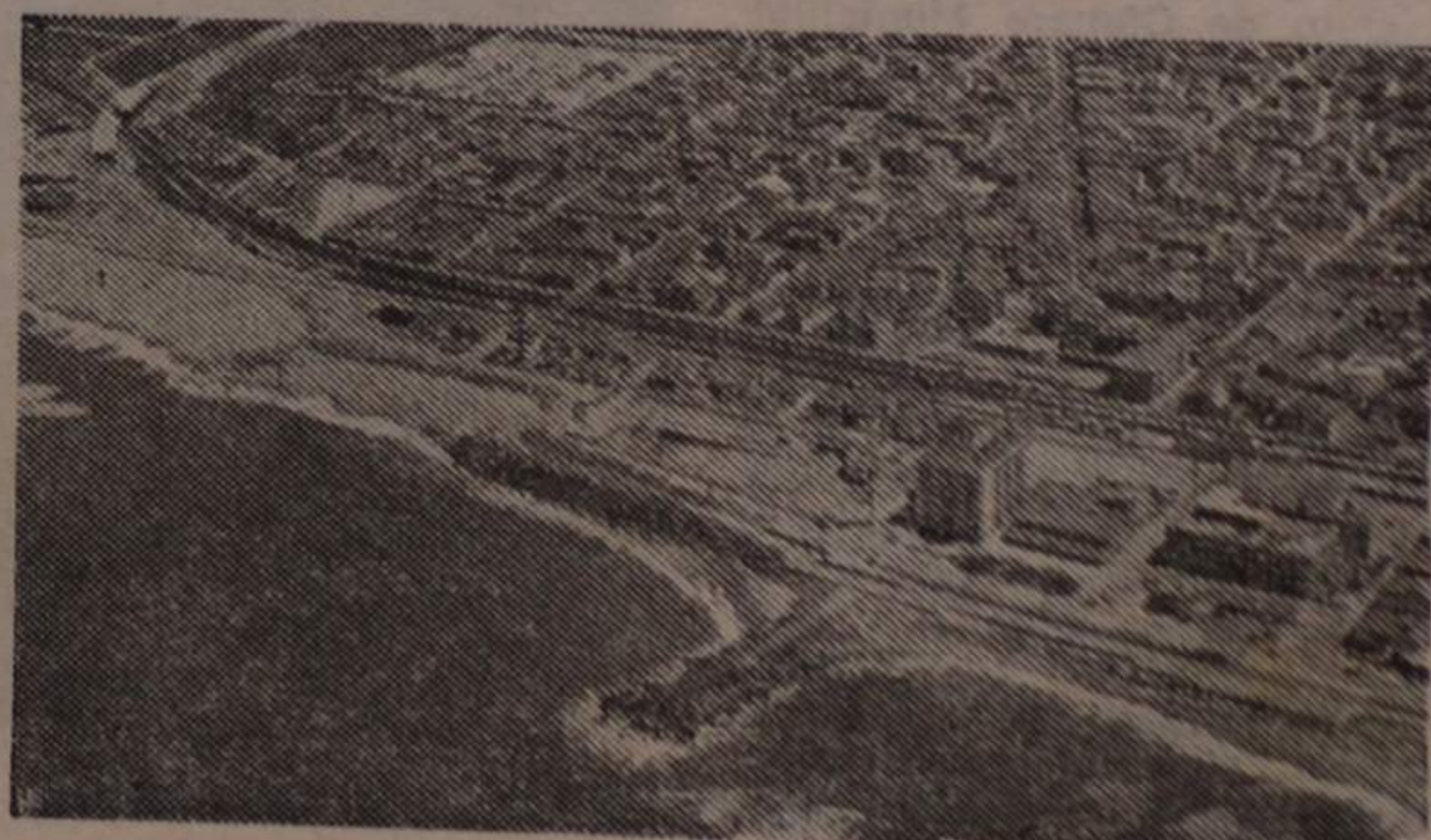
### DR. RICARDO ROMEIRA

Médico especialista de Cardiologia (Carreira Hospitalar e Ordem dos Médicos). Consultórios: Esmoriz — Telef. 72579. Espinho — Telef. 923398. Porto — Tel. 494299. Clínica Geral e Cardiologia 2.ª a sábado das 17 às 20 h.

### MÉDICO

JOAQUIM FERREIRA MENDES

Rua 9 n.º 295-2.º Esq.º — Espinho — Telefone 921710



## REVELA O RELATÓRIO DO LIONS DE ESPINHO

## NÃO EXISTE PARQUE INFANTIL PORQUE A CÂMARA NÃO QUIS

O Lions Clube de Espinho elaborou o relatório relativo ao ano lionístico 1978/79, sob a direcção do dr. Manuel Baião Nunes dos Santos, no qual se referem as mais relevantes actividades desenvolvidas no segundo ano da sua existência.

No relatório, de 13 páginas, refere-se que «procurando não descorar o estudo e planeamento de novas tarefas», a Direcção pretendia imprimir ao seu trabalho uma orientação «que desse continuidade aos projectos e planos lançados pela anterior Direcção, pela validade de que se revestiam, e que a esta apenas por razões de ordem material e de tempo não foi possível dar conclusão».

Em linhas gerais, o documento foca depois o que foi a vida do Lions Clube em 1978/79.

No que respeita a companheirismo — salienta — «tanto as reuniões de trabalho, como a execução de tarefas ou o decorrer de festas e convívios, primaram por magnífica harmonia e sã convivência».

E prossegue:

«Consideramos terem sido muito boas as relações mantidas com outros Lions Clubs. Na verdade, em todas as nossas mais significativas actividades nos vimos acompanhados de representantes de outros clubes, nomeadamente dos que se situam na região Norte. Também por nosso lado estivemos presentes em quase todas as cerimónias por esses clubes levadas a efeito».

Referindo-se depois à prática de se realizarem reuniões periódicas interdirecções, quer dos clubes pertencentes à nossa divisão, quer destes com os da Divisão 6, o relatório nota que «a par de um maior estreitamento de relações que estas reuniões proporcionaram, tiveram elas o mérito de possibilitar e conscientemente nos impusemos cumprir».

Casos concretos de auxílio a situações de extrema gravidade são de seguida apontados, assim como colaborações pedidas e recebidas.

Relativamente à «Pirâmide», pelo Lions Clube foram entregues 1 caixa com utensílios domésticos, 4 colchões, 200 discos e 17 caixas com roupas».

«Quanto ao rastreio visual, além da participação que o clube teve na campanha levada a efeito no Palácio de Cristal e durante a qual, nas duas semanas que lhe couberam, procedeu a 624 observações, logo que recebeu a máquina cedida pela SOLVERDE procedeu a um rastreio na passagem subterrânea e deu início ao rastreio nas escolas primárias do concelho».

No capítulo das acções realizadas, o relatório destaca ainda a criação de Leo Clube de Espinho, um organismo lionístico juvenil.

«Ainda uma obra a que a anterior Direcção dedicou o seu melhor interesse e que esta direcção pretendeu realizar, foi a construção de um parque infantil. Feitas várias diligências, por escrito e pessoalmente, junto da Câmara Municipal de Espinho com vista à indicação do terreno em que tal parque pudesse ser implantado, acabamos por receber como resposta que «foi deliberado que o assunto fique para estudo», resposta que nos deixou perplexos, já porque é de todos conhecida a carência de recintos onde as crianças desta cidade possam distrair-se em segurança e desenvolvendo uma maior convivência, já porque, enfim, estava a aproximar-se em passos largos o Ano Internacional da Criança. Perplexidade que no entanto não envolverá qualquer desânimo ou propósito de desistência, porque nem essas são

características dos Lions nem as Câmaras são eternas».

Este e outros planos não realizados, como o da edificação de um bairro de casas modestas, continuarão a preocupar o Lions Clube de Espinho — deduz-se do relatório.

O Lions Clube conseguiu uma receita líquida de 181.690\$10, pois

«para a obtenção de fundos, foram várias as iniciativas efectivadas, todas elas com resultados muito positivos, tanto financeiros como sociais».

O extenso relatório termina com agradecimentos a diversas entidades nomeadamente «à SOLVERDE pelas facilidades que sempre nos dispensou».

## ...E POR AÍ VIZINHO COMO VAI ISSO?

### EM LOUROSA

#### NOSSO CENTRO SOCIAL DE ASSISTÊNCIA

Vão realizar-se até ao fim do ano, em data que será oportunamente tornada pública, inclusivé através de folhetos a distribuir como melhor se puder, a Assembleia Geral de todos os sócios desta nossa Instituição de Beneficência no uso pleno dos seus direitos adquiridos com o tempo e não recentemente, para prestação de contas por parte da Comissão actual e eleição de nova Direcção para o triénio de 1980/82.

#### PARQUE INFANTIL

Vão ser também instalados no terreno que faz parte do nosso mesmo Centro Social alguns apetrechos para as crianças brincarem, não só as que vão frequentar o aludido ensino pré-primário, mas também todas as outras que em horários a estabelecer se queiram igualmente divertir e que estejam dentro da idade para os frequentar, que cremos ser dos 6 aos 10 anos.

É mais uma iniciativa válida, neste Ano Internacional da Criança, que se fica a dever às nossas actuais Junta de Freguesia e Câmara Municipal.

In «Correio da Feira»

### EM MOZELOS

#### AGUAS DE ESGOTO

Como aqui dissemos correm pela feira, as mais imundas águas que tem afectado águas de consumo dos poços. É nossa firme opinião que elas podem e devem ser

canalizadas, e portanto dar-se-lhe o caminho de esgoto que existe ali próximo e por onde correm outras. Só assim se evitarão problemas no futuro e que podem trazer consequências graves, não só para essa urbanização, como noutros aspectos de relativo conhecimento público.

In «Correio da Feira»

### EM ARRIFANA

#### JUNTA DE FREGUESIA

Já há muito tempo que temos observado a falta de limpeza que se vem notando na nossa freguesia, quer após as feiras mensais dos quatro quer nas valetas dos caminhos que se encontram pejadas de silvas e ervas daninhas.

Sabemos também que a Junta de Freguesia só possui um funcionário para tratar destes assuntos e ainda acumula o lugar de coveiro. Ora isto demonstra interesse em ter a freguesia suja e pouco recomendável, ou então há falta de verba para pagar a mais um funcionário ou assalariado, o que nos parece pouco provável.

Também temos notado que se encontram derrubados vários sinais de trânsito e os autarcas não lhe têm ligado importância alguma, numa prova evidente de que a sua passagem pelos poderes locais foi obra de mero acaso, conforme também já na altura prevíamos.

Estão-se a aproximar as eleições e é preciso que os arrifanenses conscientemente saibam escolher aqueles que melhor nos possam servir com isenção e honradez, pondo acima de tudo os interesses locais, sem partidarismos nem falsas promessas.

In «O Regional»



Panorâmica aérea de Espinho

# PINCELADAS AMARELAS

Faltam 2 dias para as eleições que deverão ser de ansiedade para os principais partidos políticos, mas ainda mais para todos os portugueses que acima de tudo põem o prestígio da Nação.

O 25 de Abril gritou que iríamos, enfim, ter tudo: liberdade, igualdade e fraternidade. Destas só impera a liberdade mas já com tantas interpretações que o Portugal de hoje está diferente, está quase irreconhecível; financeiramente, culturalmente, moralmente, sem autoridade, sem respeito, sem prestígio, sem coragem, sem a força necessária para meter na ordem todos quantos nestes cinco anos só fizeram tolices quando tudo o poderiam ter feito na construção de um Portugal feliz.

Como é que os políticos tendo tudo nas mãos, inclusivé, uma pesada herança, levaram também tudo até ao ponto zero?

Como é que tais políticos, principalmente os comunistas e socialistas, mais que visto incompetentes, têm a «data» de se apresentarem na Televisão, na Radiodifusão, nos comícios, a chuchar com o povo, prometendo o que não cumpriram durante os ditos cinco anos?

Quem tem mandado em Portugal?

O povo sabe e, por isso, também saberá em quem votar no próximo dia 2 de Dezembro.

Nada de faltar.

O dia 1.º de Dezembro, data da Revolução de 1640, em que 40 portugueses sem medo liquidaram o traidor Miguel de Vasconcelos e expulsaram os espanhóis pode, poderá servir-nos de bandeira que guie os nossos passos para a assembleia de voto, para a salvação do país, para a restauração e segurança da nossa independência.

O Hino da Restauração começava assim: Portugueses é chegado o dia da redenção... caem dos pulsos as algemas... ressurgem livre a nação.

No Hino Nacional há aqueles versos: Heróis do mar, nobre o povo, nação valente e imortal... Brade à Europa a Terra inteira, Portugal não pereceu... Saudai o Sol que desponta... As armas, às armas... pela Pátria lutar...

As armas dos portugueses patriotas serão, no presente e no futuro, os nossos votos nas urnas, no dia 2 de Dezembro, a favor daqueles que tudo prometeram e pouco ou nada cumpriram.

Oxalá que a esperança do enorme maioria dos portugueses seja uma realidade, um Portugal Novo, redimido, feliz e próspero. E... contra os canhões, marchar, marchar!

ZINHO

## O PROBLEMA HABITACIONAL

O problema da habitação é, de entre os muitos com que o País se debate, um dos mais graves. Nunca será demais, portanto, chamar a atenção dos responsáveis pelo bem-estar moral e social dos cidadãos — e somos todos nós — para a necessidade, em cada ano que passa mais imperiosa, de se promover ou impulsionar a construção de moradias onde as classes trabalhadoras possam encontrar alojamento condigno. Famílias sem lar próprio, confortável e salubre, são permeáveis à indiferença, à perturbação, a tudo o que contraria uma saudável e útil convivência social.

A família é a base de uma sociedade digna e sã; e só com famílias convenientemente instaladas há ordem, paz, harmonia, possibilidade de valorização e maior rendimento do trabalho. Dar uma casa a cada família portuguesa é um problema cheio de complicações e erigido de espinhos. Mas é exactamente por isso que deve ser encarado com inteligência, perseverança e espírito de solução prioritário.

O rural — tão esquecido! — tem direitos iguais aos de qualquer cidadão do seu país. E para que ele não emigre, não abandone a terra em que nasceu em busca de uma existência mais favorável noutros meios, urge fixá-lo ao torrão natal, para o que há que proporcionar-lhe a melhoria, em todos os sentidos, das condições de vida. Acima, porém, de tudo o que possa e deva conceder-se-lhe, está a casa.

Não se pode criar uma nação próspera e forte, se um número considerável dos seus habitantes viverem, sem culpa própria, em espeluncas sombrias, numa promiscuidade que, se é nefasta sob o ponto de vista moral, também não deixa de acarretar os mais graves inconvenientes no que respeita à saúde e ao equilíbrio mental. É sabido que a maior parte das doenças, mormente as infecto-contagiosas, causam maior número

de vítimas sobretudo nas classes subalimentadas que vivem em mansardas e tugúrios sem ar e sem luz. Um lar acolhedor e arejado tem um alcance social que nunca é de mais encarecer, pois à medida que aumenta o bem-estar numa residência, mais presos a ela se sentem os que habitam ali; tornam-se mais sociáveis, adquirem mesmo novas maneiras, enfim, parece que a vida se lhes torna menos pesada.

Há que solucionar, como é de justiça, o problema habitacional. A empresa é vasta e é complexa, mas vale a pena envolver todos os esforços e fazer todos os sacrifícios para que o maior número possível de famílias disponham de uma casa condigna onde possam criar e educar os continuadores de Portugal.

## PARAMOS

### ESPECTÁCULOS

«Os Kueky Show», o já famoso conjunto de «play back» e o agrupamento «Tekos Band» estarão amanhã na Estalagem do Aeroclube, num espectáculo de variedades em que também actuarão Max do Norte, José António, Maria Amélia e Maria José.

Durante o mês de Dezembro serão exibidos no Cineteatro da Banda União Musical Paramense os seguintes filmes:

Sábado, 1 — «Sete Magníficos Lutadores», 18 anos; domingo, 2 — «O Herói do Ano 2000», 18 anos; sábado 8 — «007, Operação Relâmpago», 14 anos; domingo, 9 — «Eram Todos Filhos da Mãe...», 13 anos; sábado 15 e domingo 16 — «A Mãe», 13 anos; sábado 22 e domingo 23 — «Homens e Tubarões», 13 anos; terça, 25 — «O Vendedor de Sonhos», para todos; sábado, 29 — «Lado na Cidade», 18 anos e domingo, 30 — «O Grande Lutador», 13 anos.



## POR TERRAS DE ESPANHA — CORUNHA

# ACADÉMICO HONROU DESPORTO ESPINHENSE

PELO NOSSO ENVIADO ESPECIAL PAULO MALHEIRO

Em autêntico intercâmbio desportivo-social, esteve este fim-de-semana na capital da Galiza do vizinho país Espanha, uma caravana de 50 espinhenses, constituída por 16 atletas chefiados por esse verdadeiro condutor de homens que se dá pelo nome de Américo Freitas, fazendo parte ainda da comitiva espinhense vários sócios-simpatizantes e diversos familiares da terceira colectividade da nossa cidade.

A saída de Espinho deu-se pelas 20 horas do dia 23, sexta-feira, tendo a fronteira portuguesa sido alcançada passadas duas horas. Depois de cumpridas as formalidades habituais entramos em Tuy pelas 23 horas, sendo meia-noite em terra espanhola. Finalmente, e depois de seis horas termos saído de Espinho, demos entrada na maravilhosa cidade da Corunha, debaixo de um frio agreste, que nos levou mais depressa à Rua Riego de Água, onde nos instalamos como no ano transacto no Hotel Noroeste. Eram 3 horas da madrugada e a manhã de sábado estava ainda dormindo.

De manhã, todos os portugueses se levantaram pelas 9,30, sendo o pequeno almoço servido no Restaurante Platos Unicos, situado a 250 metros da pensão, e instalado na Plaza Azcarraga, onde por coincidência se encontra a Sede Social do Sporting Ciudad de La Coruña. De seguida, todos se dirigiram em passeio apeado pelo centro da cidade, onde a maioria dedicou a manhã a várias compras.

Pelas 13 horas, foi servido o almoço, constituído pela sopa habitual, dois pratos e a respectiva sobremesa. Terminado que foi o mesmo, toda a comitiva espinhense esperava ansiosa a hora do início do encontro de futebol, que estava marcado para as 16 horas, mas devido a ligeiro contratempo iniciou-se apenas passada meia hora.

### SPORTING CIUDAD, 3 ACADÉMICO DE ESPINHO, 2

Localidade: Oleiros, a 12 quilómetros da Corunha.

Campo: do G. D. Oleiros.  
Piso: Relva deficiente em terra batida.

Tempo: Sol magnífico, mas temperatura fria.

SPORTING — Rio; Paco, Suso Vidal, Lema e Berto (cap.); Bao, Quique e Toucho; Bella, Álvaro e Cedeira.

Também jogaram: Ito, Pucho, Tonin, Vilariño, Emílio e Calviño.

ACADÉMICO — Américo (cap.); Fernando (Alexandre), Feliciano, Maia e Lei; Augusto (Baptista), Fernandito, Hermínio e Beto; Passos e Nino (Mini).

Não jogaram: Couto e Pedro.  
Ao intervalo: 1-1.

0-1 — Logo no minuto inicial, o extremo-esquerdo Nino, que durante todo o jogo se revelou como o dianteiro mais veloz e perigoso, escapou-se à defesa local, depois de um passe atrasado ao guarda-riola, e marcou como quis.

1-1 — Por Quique, aos 20 m., a rematar à entrada da área, depois de ter recebido o esférico na posição de fora-de-jogo.

No segundo tempo: 3-2.

1-2 — Aos 55 m., Hermínio foi chamado a converter um castigo máximo, em virtude de um jogador espinhense ter sido derrubado em falta. O habilidoso médio do CAE com um toque em jeito e bem colocado bateu facilmente Rio, apesar dos esforços desesperados para ainda segurar o esférico.

2-2 — Aos 75 m., Pucho, depois de ter batido Alexandre em corrida, centrou bem, Américo não saiu ao encontro da bola e Cedeira teve uma entrada fulgurante de cabeça, a fazer um belo golo.

3-2 — Passados dois minutos (77 m.), Pucho foi derrubado por um defesa «academista». Cerdeira, encarregado da marcação do «penalti», fixou o resultado em 3-2, marca com que se atingiu o final do encontro, sem que a dois minutos do fim o árbitro espanhol (é claro), roubasse

nitidamente um castigo máximo, que foi das três jogadas que originaram «penalti» a mais descarada e o que daria sem dúvidas para isso o possível empate a três bolas.

O encontro decorreu numa disciplina que nos apraz registrar, sendo de realçar o espírito de combatividade por todos os jogadores intervenientes no desafio, a quererem com isso mostrar que o verdadeiro sentido do desporto é mesmo aquele: — jogar, lutar e confraternizar.

Os melhores em campo — Pelos espinhóis, Quique, Cedeira e Pucho; pelos espinhenses, Américo, Maia, Fernandito e Nino.

Depois de terminado o encontro e a digressão, ouvimos Américo Freitas:

«Foi mais uma jornada de confraternização tanto no campo desportivo como na parte social, êxito que ainda reforça mais as relações entre os dois clubes, com vista a próximos contactos para o futuro. Quanto ao acolhimento por parte dos espinhóis, foi maravilhoso, e no tocante ao espectáculo que nos foi dado observar, assim como na recepção que nos foi oferecida na sua sede.

Tenho a afirmar que todas as pessoas que nos acompanharam nesta viagem ficaram bem impressionadas com a maneira como um clube popular como é o nosso é tão bem recebido além-fronteiras. Quanto à parte dos atletas, digo que foi excelente em todos os aspectos, especialmente no tocante a disciplina. Com estes exemplos, vejo-me obrigado em continuar por mais algum tempo à frente dos destinos da Secção de Futebol, que é neste momento a minha maior alegria que posso dar aos meus colegas, que tanto me têm incitado e compreendido o meu esforço, muitas vezes em prejuízo da minha vida profissional».

Terminado que foi o encontro entre espinhóis e «espinhóis» (como ouvimos da boca de alguém), a caravana espinhense foi recebida, pelas 19 horas, na Tabacaria de La Coruña (fábrica galega de tabacos), onde no seu ginásio decorria um espectáculo de variedades. Foram-nos dadas a observar actuações de ballet, baladas por um grupo amador de gallegos e por fim a actuação de um Rancho Folclórico.

Pelas 21 horas, foi um dos pontos mais altos desta digressão. O Clube Académico de Espinho teve honras de ilustre visitante e teve uma recepção honrosa na Sede Social do Sporting Ciudad. Foi servido a todos os atletas e acompanhantes um copo-de-água, estando na mesa de honra o Presidente do Sporting, sr. Basílio Barral, Américo Freitas, chefe da comitiva portuguesa, e ainda o cônsul de Portugal naquela cidade, sr. Ramon Villas.

Houve uma simbólica troca de presentes, tendo sido por parte do CAE entregue um belo jarrão de porcelana da Vista Alegre ao Presidente do Clube Espanhol, e de uma garrafa de vinho do Porto e de uma caneca com os dizeres de «Espinho, Cidade Rainha da Costa Verde» a todos os jogadores.

De seguida, houve a habitual troca de palavras entre Basílio Barral e Américo Freitas, palavras que foram bastante aplaudidas e seguidas com muito interesse por todos os presentes em redor da mesa.

Acabada que foi a recepção na Sede, todos nos dirigimos, pelas 22,30 horas, para o restaurante, onde foi servido o jantar, que duraria até às 23,30.

Estava findo um dia que, como

sempre, não será tão cedo esquecido, em digressões do género, e todos precisavam de repouso, pelo que pela meia-noite todos se encontravam nas instalações da pensão.

Domingo de manhã, e depois de nos termos levantado às 8,30, fomos servido o pequeno almoço, para que às 10 horas a comitiva espinhense partisse para Vigo, onde chegamos às 13,30 e depois da paragem em Santiago de Compostela durante uma hora.

De Vigo para Tuy, e foi nesta vila fronteiriça que todos acabaram por gastar as pesetas que ainda dispunham, nas habituais compras de géneros alimentícios e outras especiarias.

## ACADÉMICA DE ESPINHO VENCEU EM INGLATERRA E MANTEVE DE PÉ O PRESTÍGIO DO HOQUEI PORTUGUÊS (A NÍVEL DE JUNIORES)

Numa das últimas edições tinhamos referido à brilhante vitória da Académica de Espinho, por intermédio da sua equipa sénior, do Torneio Internacional de Milton Keynes, pequena cidade nova a cerca de 50 quilómetros da capital inglesa.

A comitiva academista foi chefiada pelo presidente da direcção da AAE, dr. Amadeu Melo Moraes, tendo como seleccionistas os «carros» Cardoso e Bragança. Como técnicos dr. Virgínio Pereira (Seniores) e Vladimiro Brandão (Juniões), assim como Jorge Oliveira, mecânico da AAE.

Os resultados em que intervieram as equipas de Juniores e Seniores da Académica foram os seguintes:

### 1.ª jornada:

AAE (Juniões), 1-Southsea Rangers, 4.

AAE (Seniores), 9-Wolverhampton, 1.

### 2.ª jornada:

AAE (Juniões), 6-Seleccção Nacional Liga, 0.

AAE (Seniores), 11-Southsea Rangers, 3

### 3.ª jornada:

AAE (Juniões), 4-Seleccção Inglesa, 2.

AAE (Seniores), 4-Seleccção Nacional Liga, 0.

### 4.ª jornada:

AAE (Juniões), 1-AAE (Seniores), 5.

### 5.ª jornada:

AAE (Juniões), 2-Wolverhampton, 0.

### CLASSIFICAÇÃO

J V E D F C P

1.º A. Espinho (Sen.) 5 5 0 0 36 9 10  
2.º A. Espinho (Jun.) 5 4 0 1 20 11 8

Sobre a digressão em si, pouco ou nada haverá a comentar a não ser no aspecto competitivo, ao que para isso fomos contactar Vladimiro Brandão, um dos únicos componentes que dispunha de todos os dados referentes ao Torneio (é que o nosso negócio era números!).

V. B. — «Foi uma deslocação cem por cento vitoriosa, que tem sempre interesse a nível internacio-

nal, em que as nossas equipas (seniores e juniores), se bateram muitíssimo bem ao saírem vitoriosas em todos os jogos. As seleções inglesas apresentaram os jogadores da Seleccção de Juniores que estiveram representados recentemente no mês de Outubro em Harne Bay, bem como os jogadores que estão actualmente presentes na selecção inglesa a disputar o Europeu de Seniores em Barcelona.

De referir que o Vítor Hugo foi de longe o jogador mais brilhante de todos os que pisaram o rinko onde foi disputada a competição (por isso recebeu o «Troféu de o melhor jogador do Torneio») isto apesar de todos os restantes colegas terem também demonstrado boa técnica e terem-se portado à altura da sua categoria.

Palavras ditas pelo dr. Amadeu Moraes, informaram-nos que Mr. Teddy Bown (presidente da National Roller Association of G. B.) achou na sua opinião que a nossa equipa júnior era melhor do que a Seleccção de Portugal, que tão desastrosamente se quedou no 5.º lugar no recente Europeu da referida categoria. Realmente os resultados estiveram e estão à vista, e há quem diga, que a nossa equipa poderia ter feito melhor que a representação de Portugal no referido Europeu, e para o qual apenas foi chamado à Seleccção o fora de série Vítor Hugo.

Na cerimónia de distribuição de prémios e encerramento deste Torneio Internacional esteve uma alta figura da cena política da cidade local: o Lord Mayor, que segundo informações também teve uma opinião bastante idêntica à do presidente da Associação Nacional de Hóquei da Grã-Bretanha.

Será caso para dizer, que se os seniores e técnicos que «proliferam» pelas altas esferas do hóquei nacional, erraram, nunca mais poderemos cair no logro, que é tentar impingir ao resto do país e muito especialmente ao Norte (Porto), que Lisboa é a capital (doentia) do nosso desporto e logo de uma modalidade, em que já fomos reis e senhores, porque agora o Hóquei é outro!

Será caso para dizer, que se os seniores e técnicos que «proliferam» pelas altas esferas do hóquei nacional, erraram, nunca mais poderemos cair no logro, que é tentar impingir ao resto do país e muito especialmente ao Norte (Porto), que Lisboa é a capital (doentia) do nosso desporto e logo de uma modalidade, em que já fomos reis e senhores, porque agora o Hóquei é outro!

Será caso para dizer, que se os seniores e técnicos que «proliferam» pelas altas esferas do hóquei nacional, erraram, nunca mais poderemos cair no logro, que é tentar impingir ao resto do país e muito especialmente ao Norte (Porto), que Lisboa é a capital (doentia) do nosso desporto e logo de uma modalidade, em que já fomos reis e senhores, porque agora o Hóquei é outro!

### REGIONAIS PORTUGUESES

Iniciados  
F. C. Porto-A. A. Espinho ... 2-3  
A. A. Espinho-Paço de Rei ... 15-1

Juniões  
A. A. Espinho-Inv. Massarelos 22-0

Infantis  
A. A. Espinho-Inv. Massarelos 10-0

## ANDEBOL

### CAMPEONATO NACIONAL DA I DIVISÃO

Sábado, 24

Espinho-Académico ... 23-20

Domingo, 25

Beira Mar-Espinho ... 22-21

Arbitragem inqualificável, por incrívelmente parcial, não permitiu vitória dupla em jornada dupla.

O impossível aconteceu no Pavilhão do Beira-Mar em Aveiro. Uma arbitragem de elementos de Aveiro, entregou a vitória ao clube da casa numa forma verdadeiramente escandalosa. Assim não pode ser, há que fazer algo para que não se repita a vergonha a que se assistiu neste jogo. Os clubes e até os outros próprios árbitros terão que chamar a atenção de quem de direito para que se acabe com tais cenas, que degradam o desporto em geral, forjando resultados que deturpam a verdade dos jogos.

### Outros resultados

### CAMPEONATOS DISTRITAIS

#### Masculinos

Iniciados  
Espinho, 18 — CDUP, 12

Juvenis  
Infante, 15 — Espinho, 22

Juniões  
Coimbrões, 19 — Espinho, 22

#### Femininos

Juvenis/Juniões  
Espinho, 16 — Argonautas, 9

Seniores  
Espinho, 26 — Roudex, 8

Jogos para o próximo fim-de-semana

### CAMPEONATO NACIONAL DA I DIVISÃO

Sexta-feira, 30 — No Pavilhão Joaquim Moreira da Costa Júnior, às 22,00 horas:

Espinho — Desportivo da Póvoa

### CAMPEONATOS DISTRITAIS

#### Masculinos

Sábado, 1 — no Pavilhão Joaquim Moreira da Costa Júnior — às 16 h., Juvenis — Espinho-Litos; às 17 h., Juniores — Espinho-B.P.A.; Domingo, 2 — em Gaia, Iniciais — F. C. de Gaia-Espinho

#### Femininos

Domingo, 2 — No Pavilhão Joaquim Moreira da Costa Júnior: às 10 h. — Juvenis/Juniões — Espinho-Liceu Carolina Michael; às 11 horas, Seniores — Espinho-Leça F. C.

### F. BARBOSA

## MARIA GRAÇA PROENÇA

Médica Assistente do Instituto Português de Oncologia

CONSULTÓRIO:  
RUA 19, N.º 192-3.º  
Telefone, 921841

Marcações e consultas depois das 17 horas

## PORTIMONENSE, 1-ESPINHO, 1

# GANHAR EMPATANDO

Campo: Estádio de Portimão.  
Árbitro: Amândio Silva (Setúbal).  
PORTIMONENSE — Valter; César, João Cardoso, Almir e Murça; Carlos Alberto, Vítor Gomes e Racho; Paulo Campos, Mirobaldo e Diamantino.

ESPINHO — Gaspar; Coelho, José Freixo, Amândio e Raul; João Carlos, Vítor e Vítor Pereira; Sobral, Reis e Canavarro.

Substituições no S.C.E.: Aos 65 m., Canavarro por Mané.

Não jogaram: Ricardo, Vilaça, Moreira e Belinha.

Ao intervalo: 0-1. Golo de João Carlos aos 35 m.

No segundo tempo: 1-1. Aos 60m Mirobaldo obteve o tento do empate.

Disciplina: Vítor (cartão amarelo aos 77 m.) e ao massagista do S.C.E. aos 78 m.

É mesmo assim que o nosso Sporting de Espinho, lá vai ameaçando pontos preciosos, nas suas deslocações aos adversários, considerados à partida como fazendo parte do seu campeonato. Lembremos que, o S.C.E. na última estadia e passagem pelo escalão maior do nosso futebol, perdera todos os jogos onde esta época já conseguiu três pontos, relativos a três empates: no Estoril (1-1), na Madeira (0-0) e desta feita em Portimão, também a uma bola e depois de ter alcançado o intervalo a vencer por um golo de vantagem. Desta feita e decorridas que já foram 11 jornadas, os «tigres» ocupam um confortável 6.º lugar com 12 pontos, que aparentemente dão ao clube representativo da nossa cidade um aparente bem-estar.

Bastará ao S.C.E. pelo menos o empate no dia 9 de Dezembro com o grande S. L. e Benfica (agora sem Chalana e M. Wilson), que por certo aparecerá um tanto desmoralizado no jogo que disputará no Avenida, sem que o favoritismo vá todo inteirinho para os «águias» da Luz.

Por enquanto não pensemos nesse grande encontro de futebol, que irá encher o pequeno recinto do S.C.E., e aguardemos pela jornada da Taça, para depois sim, os pupilos de Manuel José trabalharem durante uma semana, para conseguirem o que já o Varzim conseguiu neste campeonato: derrotar o Benfica em casa, ou então fazerem como o U. de Leiria que no seu terreno impôs um empate também aos ex-campeões nacionais.

Quanto ao jogo de Portimão, não foi fértil em técnica, mas, foi cheio de emotividade até final, com o S.C.E. a desperdiçar muitas e boas oportunidades de poder alcançar um resultado justo, que seria a vitória. No entanto os algarvios também assediaram bastante as redes confiadas à guarda de Gaspar, e poder-se-ão dado por satisfeitos os espinhenses com o ponto trazido na bagagem, embora digamos que estiveram mais perto da vitória.

### CLASSIFICAÇÃO

|                | J. | V. | E. | D. | F. | C. | P. |
|----------------|----|----|----|----|----|----|----|
| F. C. do Porto | 11 | 8  | 3  | 0  | 23 | 2  | 19 |
| Benfica        | 11 | 7  | 2  | 2  | 27 | 9  | 16 |
| Belenenses     | 11 | 6  | 3  | 2  | 11 | 10 | 15 |
| Sporting (x)   | 10 | 7  | 1  | 2  | 25 | 10 | 15 |
| Guimarães      | 11 | 4  | 5  | 2  | 12 | 12 | 13 |
| Espinho        | 11 | 4  | 4  | 3  | 11 | 15 | 12 |
| Boavista (x)   | 10 | 4  | 3  | 3  | 17 | 12 | 11 |
| Marítimo       | 11 | 3  | 5  | 3  | 7  | 13 | 11 |
| Braga          | 11 | 4  | 2  | 5  | 15 | 15 | 10 |
| Estoril (x)    | 10 | 2  | 5  | 3  | 6  | 10 | 9  |
| Varzim         | 11 | 3  | 2  | 6  | 11 | 18 | 8  |
| Setúbal (x)    | 10 | 3  | 2  | 5  | 9  | 11 | 8  |
| Portimonense   | 11 | 3  | 2  | 6  | 8  | 21 | 8  |
| U. Leiria      | 11 | 2  | 3  | 6  | 14 | 18 | 7  |
| Beira Mar      | 11 | 2  | 3  | 6  | 12 | 19 | 7  |
| Rio Ave        | 11 | 1  | 1  | 9  | 8  | 21 | 3  |

(x) Têm um jogo a menos.

### JOGOS PARA 9 DE DEZEMBRO

U. de Leiria - Marítimo  
Estoril - V. de Guimarães  
Belenenses - Beira Mar  
Sporting - F. C. do Porto  
Varzim - Rio Ave  
Boavista - V. Setúbal  
Espinho - Benfica  
Braga - Portimonense

### MARCADORES

|                       |   |
|-----------------------|---|
| Nené (Benfica)        | 9 |
| Jordão (Sporting)     | 9 |
| Gomes (F. C. Porto)   | 7 |
| Móia (Espinho)        | 3 |
| João Carlos (Espinho) | 3 |
| Sobral (Espinho)      | 1 |
| Vitorino (Espinho)    | 1 |
| Mané (Espinho)        | 1 |
| Amândio (Espinho)     | 1 |
| Reis (Espinho)        | 1 |

### TAÇA DE PORTUGAL

Principia amanhã a disputar-se a segunda fase da Taça de Portugal em Futebol, com a disputa da 1.ª eliminatória, já com a presença das equipas do escalão maior.

O S.C.E. defronta assim amanhã no Avenida pelas 15 horas, o Desportivo Amiense, um dos mais pobres e fracos clubes concorrentes à III Divisão. Está integrado na série D, onde ocupa o 15.º lugar (penúltimo), com 1 vitória, 2 empates, 7 derrotas e um goal-average de 5-13 a que correspondem apenas 4 pontos, disputadas que já vão 10 jornadas.

### NACIONAL DE JUNIORES DA I DIVISÃO

#### Resultado

S. C. E.-Sanjoanense ..... 1-0

#### Classificação

|             | J. | V. | E. | D. | F. | C. | P. |
|-------------|----|----|----|----|----|----|----|
| Académico   | 7  | 5  | 2  | 0  | 20 | 2  | 12 |
| Sp. Espinho | 7  | 2  | 2  | 3  | 2  | 6  | 6  |

#### Amanhã, às 15 horas:

Guarda - S. C. E.

### REGIONAL DE JUVENIS DA I DIVISÃO

S. C. E.-Milheiroense ..... 5-0  
Fiães-S. C. E. .... 0-2

#### Próximo jogo

S. C. E. - Valecambrense

## VENDE-SE

5 Lotes de terreno em zona urbanizada na Idanha - Anta. 1 Lote de terreno à face de arruamento para construção em Esmojães - Anta.

INFORMA: J. RIBEIRO  
Rua 19, 192 - R sala C  
Telef. 923063 ESPINHO

## A FIGURA DA SEMANA

PAULA RODRIGUES:

### POR FALTA DE JOGOS EM ESPINHO «EM CASA» NINGUÉM NOS CONHECE

«O andebol feminino só não acaba em Espinho porque o nosso técnico dá-nos todo o apoio e resolve-nos todos os problemas que surgem contra a existência desta tão salutar modalidade» — principiou por nos afirmar Paula Rodrigues, andebolista do Sporting de Espinho.

Acerca das mulheres praticarem o andebol, modalidade desportiva considerada violenta, a jo-



vem Paula Rodrigues disse-nos:

«É uma modalidade com grande motivação. Ao contrário do que para aí se diz, o andebol é uma modalidade de luta, sendo tecnicamente bem dirigida. A «porrada» é das equipas tecnicamente muito fracas. É lamentável que durante estes dois anos não tenha havido um só jogo aqui em Espinho. Somos mais conhecidas lá fora que em casa. Como prova do nosso mérito temos as boas classificações e a chamada de algumas atletas à selecção.»

— Por que nunca se realizou um jogo em Espinho?

«É um problema associativo. A Associação de Andebol do Porto não funciona em termos de andebol feminino, ao contrário da congénere de Lisboa que tem um departamento exclusivo para a parte feminina, levando a cargo várias acções que incentivam e motivam o elemento feminino à prática da modalidade. Enquanto no Porto há dez equipas, em Lisboa, existem dezenas delas, dado haver, como disse, toda uma acção de mobilizar e sensibilizar as pessoas para a prática da modalidade.»

— Como surgiu a ideia de se formar uma equipa de andebol feminino?

«Foi de uma conversa na praia entre mim e o actual treinador que resolvemos fundar uma equipa de andebol feminino. Ao princípio chegamos a ter 36 atletas, mas com o tempo muitas desistiram. Ficaram somente as que gostam de jogar.»

### AS MULHERES E O DESPORTO

Não é só a nível de andebol que as mulheres praticam desportos que antigamente eram exclusivos dos homens. Os tabus desportivos acabaram. Ela hoje já joga futebol, já concorre em competições velocipédicas, etc.

Que pensa a Paula, quanto à mulher praticar qualquer modalidade desportiva?

«As mulheres devem praticar desporto — disse-nos —. Deve pôr-se ponto final nessas mentalidades retrógradas que vêm a

mulher como um elemento decorativo de sua casa. É com certa gravidade que vejo determinadas pessoas em atitudes meramente anti-desportivas. Nós, as atletas, convidamos essas pessoas a ir para casa ou para o café onde melhor se enquadram. Por outro lado, convidamos os verdadeiros desportistas a vir em maior número assistirem aos jogos, dando, até, uma lição de moral aos denegridores e desrespeitados.»

— Há pessoas que vos desrespeitam quando estão a jogar?

«Como exemplo, posso dizer que no jogo Espinho-São Bernardo aconteceu o que menos se esperava. O responsável máximo pela condução desse jogo, o árbitro, deu-se ao luxo de não olhar a meios e, abusando da sua qualidade de juiz, dirigiu-se às atletas em atitudes menos correctas. Como é que a prática desta modalidade, ou de qualquer outra onde entre o elemento feminino, pode evoluir enquanto não forem banidos do desporto indivíduos como o que apontei.»

Aconselho todo o elemento feminino à prática do desporto especialmente do andebol, visto ser uma modalidade salutar. E esta possível aderência de espinhenses servirá de resposta aos opositores do andebol feminino que podem dormir descansados porque

ele continuará cada vez com mais força. E aconselho as mulheres a praticarem desporto, pois para além do convívio desportivo há o social. Tive contactos, conheci pessoas não só a nível nacional, mas também de selecção que não os teria se não praticasse desporto.

— Como atleta qual é a sua máxima ambição?

«É, sem dúvida, a de envergar a camisola das quinas. Tudo isto depende dos apoios não só dos técnicos mas dos responsáveis dos clubes, das associações e, como é evidente, da federação. Irei trabalhar cada vez mais se me derem condições.»

— Quais as condições que necessita?

«Nós estamos sujeitos às sobras das outras modalidades. Nós só temos pavilhão para treinar quando nenhuma outra modalidade dele precisa. Eu entendo que hoje isto já não se justifica. Não é por acaso que, em apenas dois anos, conseguimos conquistar um lugar de relevo a nível nacional. Mas tudo o que grangeamos deve-se a muito espírito de sacrifício. É necessário que as pessoas vejam com outros olhos a equipa de andebol feminino do Sporting de Espinho.»

J.G.

## LUSOTUFO

TAPETES • CARPETES • ALCATIFAS

Telefone 72005

CORTEGAÇA

Uma casa especializada em fios de tricot e industriais

## Boa Lã

Rua 14 n.º 647 ★ Telefone 922191

(entre as Ruas 21 e 23)

DESCONTOS ESPECIAIS PARA TRICOTADEIRAS

## ADELAIDE GONÇALVES

### FERREIRA

AGRADECIMENTO

Seu irmão, cunhada e sobrinhos vêm por este ÚNICO MEIO, agradecer muito reconhecidos às pessoas que se dignaram assistir ao funeral e missa do 7.º dia, ou às que de qualquer modo lhes manifestaram o seu pesar. Pedindo desculpa por qualquer falta involuntariamente cometida.



### TABELA DAS MARÉS

| Dias | Praia-Mar   | Baixa-Mar   |
|------|-------------|-------------|
| 30   | 00,42/13,03 | 06,48/19,16 |
| 1    | 01,35/13,55 | 07,41/20,04 |
| 2    | 02,22/14,43 | 08,29/20,48 |
| 3    | 03,06/15,28 | 09,14/21,30 |
| 4    | 03,48/16,10 | 09,57/22,11 |
| 5    | 04,28/16,52 | 10,39/22,50 |
| 6    | 05,08/17,32 | 11,21/23,29 |

### ALTURAS

|    |            |            |
|----|------------|------------|
| 30 | 3,09/ 3,25 | 0,09/ 0,70 |
| 1  | 3,27/ 3,37 | 0,72/ 0,60 |
| 2  | 3,42/ 3,45 | 0,59/ 0,55 |
| 3  | 3,52/ 3,48 | 0,52/ 0,55 |
| 4  | 3,58/ 3,45 | 0,51/ 0,60 |
| 5  | 3,57/ 3,37 | 0,57/ 0,70 |
| 6  | 3,51/ 3,25 | 0,68/ 0,84 |

## TELEVISÃO

Sexta-Feira, 30-11-79

### PRIMEIRO CANAL

ANO PROPEDEÚTICO.  
Das 9.15 às 12.30.CICLO PREPARATÓRIO TV  
Das 13.20 às 17.40.

18.10 — Abertura e Sumário.  
18.15 — Velhos Contos. «A ervilha saltitante».  
18.30 — Bonecos Animados.  
19.00 — País, País.  
19.20 — Condição Mulher.  
19.55 — Manuel e Beatriz.  
20.00 — Telejornal.  
20.30 — Campanha Eleitoral.  
21.05 — Dancin'Days.  
21.55 — O Lorde Vagabundo.  
22.25 — Em Questão.  
23.25 — O Último Fado.  
23.40 — 24 Horas.  
23.50 — Fecho.

### SEGUNDO CANAL

ANO PROPEDEÚTICO  
Das 18.30 às 20.10.

20.30 — Abertura e os grandes rios «O Tejo».  
21.30 — Informação/2.  
22.00 — Tom e Julie.  
23.50 — País em Retrato.  
00.20 — Fecho.

Sábado, 1-12-79

### PRIMEIRO CANAL

14.00 — Abertura e Sumário.  
14.05 — Luculia e Brocolos.  
14.35 — Animação.  
15.10 — Os Cinco.  
15.35 — O Circo Chegou. «O Circo Voltará».  
16.05 — XX-XXI Ciência e Tecnologia.  
16.35 — Museu.  
17.00 — País, País.  
17.30 — As Florestas.  
18.15 — VIII — Concurso Internacional Vianna da Moura.  
18.35 — 4.300 Minutos.  
18.55 — Lin-Chung — O Justiciero.  
19.55 — Manuel e Beatriz.  
20.00 — Telejornal.  
20.50 — Top Sábado.  
21.20 — Sábado Especial.  
23.30 — Fecho.

### SEGUNDO CANAL

ANO PROPEDEÚTICO  
Das 18.45 às 20.10.

20.30 — Abertura e o Fabuloso Howard Hughes.  
21.30 — Tal e Qual.  
23.30 — Fecho.

## FARMÁCIAS

TURNO C

Sexta-feira — Farmácia Higlens — rua 19 n.º 393 — Telef. 920320  
Sábado — Grande Farmácia — Rua 62 n.º 457 — Telef. 920092  
Domingo — Farmácia Teixeira — rua 19 n.º 46 — Telef. 920362  
Segunda-feira — Farmácia Santos — rua 19 n.º 263 — Telef. 920331  
Terça-feira — Farmácia Palva — rua 19 n.º 319 — Telef. 920260  
Quarta-feira — Farmácia Higlens — rua 19 n.º 393 — Telef. 920320  
Quinta-feira — Grande Farmácia —

### AGRADECE-SE

a todas as pessoas que foram eventualmente agredidas ou ofendidas pelo 1.º sub-chefe da Esquadra de Espinho, António de Oliveira Mendes, o favor de contactar com Vítor Gomes Bacelar, pelos telefones n.ºs 921567 ou 921288, ou pessoalmente na Rua 23, n.º 457-1.ª, ou na Rua 16, n.º 1200.

## MÁRMORES E GRANITOS

MÁRMORES PARA TODAS AS APLICAÇÕES

DE  
**VITORINO LOPES DA CRUZ**

Telef. 920565 — Monte Lirio — ESPINHO

Novas Instalações da Oficina de Mármore — Rua 7, N.º 661

## DEFESA DE ESPINHO

JORNAL SEMANARIO

FUNDADOR:

BENJAMIM COSTA DIAS

Propriedade: EMPRES — Empresa de Publicidade de Espinho, Lda.

Redacção e Administração: Rua 19, N.º 62 — Telefone, 921525

Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas de «O Comércio do Portos»

TIRAGEM MÉDIA 3 500 EXEMPLARES

## OVNILOGIA

UMA CIÊNCIA DO SÉCULO XXI?



## RETROSPECTIVA:

O aparecimento de objectos voadores não identificados desta desde a antiguidade sem contudo, e até cerca de relativamente pouco tempo, os grandes cientistas se terem importado demasiadamente na tentativa do seu esclarecimento. Tão numerosos são eles nos Estados Unidos que a U. S. Air Force decidiu criar o «Projecto Livro Azul» destinado a examinar à lupa todos os testemunhos relativos aos U.F.O.s — «Unidentified Flying Objects». É certo que nessa altura lavrada a «guerra fria» e a U. S. Air Force estava mais interessada em verificar se se tratava de temíveis engenhos de espionagem soviéticos do que propriamente em apaziguar o medo que os «extraterrestres» pudessem causar. Face a isto, os crentes dos U.F.O.s ou O.V.N.I.s decidiram-se pela criação da sua própria comissão de inquérito, a N.I.C.A.P. — «Comité Nacional de Investigação Sobre os Fenómenos Aéreos» com correspondentes dispersos pelo conjunto do território e chefiados pelo oficial reformado da marinha, o major Donald Keyhoe, dirigente do N.I.C.A.P.

Em Novembro de 1966, o governo de Johnson criava uma comissão civil de estudo de objectos «não identificados», dirigida por uma figura eminente da ciência americana, prof. E. Condon, do departamento de física na universidade do Colorado. Um ano depois, exactamente a 10 de Nov. de 1967 os soviéticos, por sua vez anunciavam a criação dum instituto para o estudo dos objectos «não identificados» confiando a Anatoly Skolyaref.

O que se estava então a passar? No mês de Março de 1966, depois duma série de observações

que se fizeram durante mais dum ano no território dos Estados Unidos, M. Brown, secretário de Estado da U. S. Air Force, decidiu convidar os especialistas do «Blue Book» a virem expor o assunto perante a comissão da Air Force. O «Projecto Livro Azul» ou «Blue Book», instalado em Dayton, em Ohio, é dirigido na altura, pelo major Heltor Quintanilha, e cuja tarefa é inquirir sobre todos os casos de discos voadores que venham ao conhecimento do exército.

No seu nome há duas palavras: «Blue Book». Nas convenções habituais do governo americano isto significa que este trabalho não tem nada de secreto. Quando se trata de um trabalho secreto em que os resultados devem ficar sob guarda dos serviços de segurança e, se for necessário, com o auxílio de todo o poder militar americano, o nome do organismo é constituído apenas por uma só palavra: é o caso, por exemplo, do projecto Manhattan (primeira bomba atómica). Ora, aquela inofensiva comissão não é mais do que uma hábil camuflagem: nos mesmos locais da Air Force, em Dayton, e comandado pelo major Quintanilha, está o estado maior da Foreign Technology Division, serviço de ensino militar especializado nas técnicas científicas avançadas.

O que se estará a passar? Obs.: Por motivos de ordem pessoal, o nosso colaborador João não poderá receber pessoalmente os interessados no tema, podendo estes no entanto dirigir-se-lhe por via escrita.

Grupo de Reestruturação de Influência do Fenómeno O.V.N.I. (G.R.I.F.O.).

# Grande Casino de Espinho

TELEF. 920238

ONDE O NORTE SE DIVERTE

## NA BOITE (M/18 ANOS)

JANTARES - CONCERTO E BAILE PELOS CONJUNTOS:

SAMBA 4 ● SYGMA BAND

..... DIARIAMENTE .....

# VARIEDADES

1 A 15 DE DEZEMBRO

MAITE GALAN — Ballet Espanhol

GERARD DANN &amp; CHRISTINE — Equilibristas e Malabaristas Franceses

GLÓRIA MARIA — Fadista

SALA DE JOGOS E SLOT MACHINES (A partir das 15 horas)

PRESTÍGIO DE ESPINHO, ORGULHO DO NORTE, INVEJA DA EUROPA  
A nova Boite do Casino é MESMO uma maravilha  
O GOSTO COM PERSONALIDADE PARA PERSONALIDADES COM GOSTO



Leia, assine e divulgue «DE»

# INICIATIVA «DE», PATROCÍNIO SOLVERDE

## FESTA DA CRIANÇA

### O SOL, DESTA VEZ BRILHOU PARA TODOS

O Sol não se esqueceu (nem podia) das crianças de Espinho. Ele brilhou de facto naquela tarde mais primaveril que quase invernal, e para todas, mesmo todas, as crianças de Espinho.

Em cada rosto das 3 500 crianças havia alegria. Deu-nos vontade de ser também criança...

A Fanfara dos Bombeiros Voluntários Espinhenses melodiou a alegria reinante pelas bancadas do pavilhão da Académica.

Sem quebra de ritmo. Com os aplausos das crianças, o espectáculo principiou.

«O que o Mundo precisa é de Amor», cantou o conjunto infantil «A Comandita».

Cada criança dando a mão ao seu colega mostrava ao Mundo o amor de que se carece...

O conjunto espinhense «Os Maias» deu um colorido diferente ao espectáculo, interpretando e tocando canções ciganas. A ciganita de 3 anos de idade, Andreia, dançou o flamengo com toda a fleuma e salero.

O ventriloquo Jomart, com os seus bonecos Luisinho e Bolinhas fizeram reviver a alegria das crianças.

Os ilusionistas Edgar e Teresa mostraram àquela compacta multidão infantil os truques que, amanhã, no recreio, vão tentar fazer.

A voz feminina de Linita Onofre interpretou algumas canções do seu repertório.

E o momento mais ansiado chegou: eis os palhaços! O palco fica rodeado de crianças que saem dos seus lugares para, mais de perto, puderem ver as brincadeiras dos palhaços Abraão e Bany, sempre muito aplaudidos.

O conjunto musical Paulino Garcia e o locutor Manuel Monteiro, que

#### PARA ENSINAR MELHOR AS CRIANÇAS DEZASSEIS RETROPROJECTORES PARA AS ESCOLAS

«Graças ao seu dinamismo, a SOLVERDE, de mãos dadas com o «Defesa de Espinho», quis oferecer às escolas do Concelho onze retroprojectores. Não serão no entanto onze, mas sim dezasseis, um para cada escola. Por isso, todas as escolas estão de parabéns» — disse Manuel Monteiro, o apresentador do espectáculo, no início da entrega simbólica do retroprojector ao Delegado Escolar de Espinho, que os distribuirá depois pelas escolas.

O Engenheiro Edgar Ferreira, representante da SOLVERDE, faria depois a entrega simbólica de um retroprojector ao professor Duarte Ribeiro, dirigindo-se em seguida a todas as crianças presentes nestes termos:

«Estão contentes?» — perguntou. E prosseguiu: Os adultos comemoram este ano o vosso Ano Internacional, o ano dos homens do futuro. Para ajudar os professores a ensinar-vos melhor, a SOLVERDE vai dar dezasseis retroprojectores às vossas escolas. É um para cada uma. Continuem a divertir-se!»

Seguiu-se a entrega simbólica de um retroprojector, tendo o Delegado Escolar, com um abraço ao administrador da SOLVERDE, manifestado a gratidão daquelas 3 500 crianças que irão usufruir desta importante ajuda à sua aprendizagem.

#### O QUE ELES DISSERAM

A Festa Infantil de «Defesa de Espinho» e da SOLVERDE tinha o objectivo primeiro de divertir as crianças neste seu Ano Internacio-

Pavilhão da Associação Académica de Espinho. Mas a festa, propriamente dita, constituiu a tónica das declarações:

«Acho que foi muito feliz a ideia

«Quem sabe se nalgumas destas crianças aqui presentes estará o futuro Chefe de Estado? Os velhos sentem-se mais novos no meio de tanta criança».

mara não nos indica o local. Ele é necessário e não abdicamos desta ideia fixa. Para o efeito temos com seguio verbas e apoios em festas que temos feito. Precisamos, no en-



desta festa. Este ambiente é bom para as crianças e festas como estas devem repetir-se. Esta festa levanta nos adultos a questão de pouco ou nada terem feito pelas crianças da

**TENENTE-CORONEL LICÍNIO PINHO**  
(Comandante da Carreira de Tiro de Espinho)

«Isto tem um colorido muito lindo, o aspecto destas milhares de crianças é bonito. São crianças muito novas e a festa está a ser feita como elas gostam. Há movimentação, e penso que se está a conseguir o objectivo de se divertirem.

«Novas iniciativas serão de aplaudir. Construir um novo Parque Infantil, ou alargar aquele, seria desejável».

**PRIMEIRO COMISSÁRIO JOSÉ DOS SANTOS DOMINGUES**  
(Comandante da P.S.P. de Espinho)

«Houve uma pausa na festa e a criança ficou impaciente. Se se abrirem perspectivas para a continuação da realização desta festa em anos seguintes, acho muito bem. Não deve ser só uma vez».

**PROFESSOR DUARTE RIBEIRO**  
(Delegado Escolar de Espinho)

«Não há memória de nada igual. Se a festa foi feita para a alegria das crianças, a organização deve-se sentir realizada.

Outras iniciativas se impõem, no entanto. Temos pretensões de construir um Parque Infantil, mas a Câ-

tanto, de verbas maiores e para isso contamos com o apoio de entidades oficiais e da sempre generosa SOLVERDE. Se nos for dado terreno e autorização, em trinta dias pomos o parque a funcionar».

**ROMEU VITO**  
(Presidente do Lions Clube de Espinho)

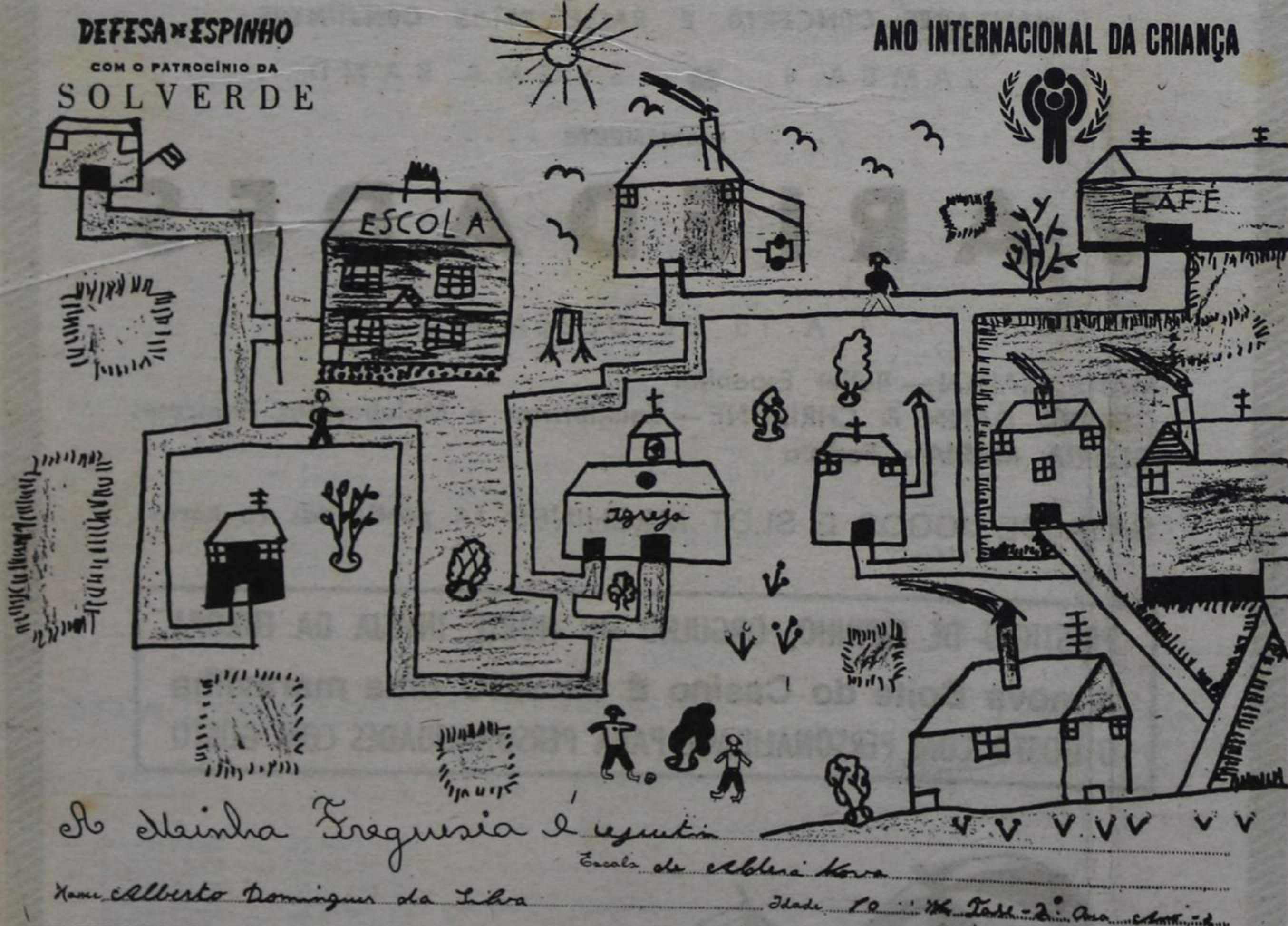
«É simplesmente maravilhoso. A Junta, logo que tenha conhecimento de qualquer iniciativa tendente a ajudar a criança, nomeadamente o tal Parque Infantil, fará pressão junto da Câmara».

**DELFIN PEREIRA LANCHÁ**  
(Presidente da Junta de Freguesia de Espinho)

«A primeira ideia era levar todas as crianças ao Jardim Zoológico, mas isso envolvia demasiados encargos financeiros. Conseguiu-se isto e penso que não está nada mal.

Relativamente a próximos anos, é ainda muito cedo para falar de algo em concreto. Esta festa ficou-se a dever ao Ano Internacional da Criança. Embora não deva haver anos internacionais, só aquele ano não sei para já se é possível dar continuidade a esta festa e outras iniciativas do género. Mas, enquanto há vida, há esperança e enquanto houver crianças...

**ENGENHEIRO EDGAR FERREIRA**  
(Administrador da «Solveverde»)



acompanharam todo o espectáculo, deram as suas despedidas.

Era o fim!

Cada criança dirigia-se para a saída, onde recebeu um saco de plástico contendo um pão com fiambre, uma lata «Toddy» e um pacote de rebuçados, seguindo depois para as dezasseis camionetas que as transportaram às escolas.

nal. De lhe proporcionar a festa que ainda não tinham tido. Mas a «grande tarde» de terça-feira última serviu também para avivar a memória dos adultos que, no seu «stress» do quotidiano, esquecem a criança, homem ou mulher de amanhã, o hoje feito futuro.

Disso fazem prova os depoimentos dalgumas entidades presentes no

nossa cidade e do Concelho. No campo do desporto, no dos divertimentos infantis, Parque Infantil, por exemplo. Há muita coisa que falta nesta cidade para lhe dar um crescimento que se traduza num futuro de bem-estar».

**DR. MIRANDA VALENTE**  
(Delegado de Saúde de Espinho)

**DEFESA DE ESPINHO SEMANARIO**

Camara Municipal de Espinho  
Rua -19  
ESPINHO

FORTE PAGO